

CICLO DE ESTUDOS
HISTÓRIA DA ARTE, PATRIMÓNIO E CULTURA VISUAL

Palácio das Artes - Fábrica de Talentos: memória(s), mediação e comunicação

Ana Gomes

M

2025



Ana Gomes

Palácio das Artes: memória(s), mediação e comunicação

Volume I

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pela Professora Doutora Maria Leonor Botelho e pelo Professor Doutor Tiago Trindade Cruz.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

Índice

<i>Declaração de honra.....</i>	<i>5</i>
<i>Agradecimentos</i>	<i>6</i>
<i>Resumo</i>	<i>7</i>
<i>Abstract</i>	<i>9</i>
<i>Índice de figuras</i>	<i>11</i>
<i>Índice de Tabelas</i>	<i>13</i>
<i>Lista de abreviaturas e siglas</i>	<i>14</i>
<i>1. Introdução</i>	<i>15</i>
1.1. Justificação do tema	15
1.2. Apresentação do estágio e da instituição de acolhimento	18
1.3. Descrição das atividades realizadas	18
1.4. Objetivos, metodologia e contributos.....	22
1.5. Estrutura do Relatório de Estágio.....	24
<i>2. Palácio das Artes: Estado da Arte</i>	<i>25</i>
<i>3. O Palácio das Artes: Levantamento documental</i>	<i>31</i>
3.1. Fontes cartográficas e visuais.....	32
3.2. Arquivo da Fundação da Juventude	37
3.3. Arquivo digital Arquiv@	38
3.4. Arquivo do Banco de Portugal.....	41
3.5. Entrevista ao Arquiteto Alfredo Ascensão	46
<i>4. Práticas de mediação cultural no Palácio das Artes.....</i>	<i>48</i>
4.1. Guião e visita guiada: conceção, metodologia e prática.....	54
4.1.1. Conceção do guião de visita.....	54
4.1.2. Guião de visita	57
4.1.3. Realização da visita guiada e constrangimentos	79
4.2. Protótipo de Roteiro	84
<i>5. Considerações Finais</i>	<i>116</i>
<i>Referências.....</i>	<i>120</i>
<i>Anexos</i>	<i>128</i>

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

[Porto, 27 de Setembro de 2025]

[Ana Gomes]

Agradecimentos

Com o fim desta etapa, quero agradecer àqueles que me acompanharam e marcaram este percurso.

Em primeiro lugar quero agradecer ao corpo docente do Mestrado de História da Arte, Património e Cultura Visual. Mas, sobretudo aos meus orientadores, Professora Doutora Maria Leonor Botelho e Professor Doutor Tiago Trindade Cruz, pela paciência, disponibilidade e orientação científica ao longo destes meses.

Quero também deixar um agradecimento à Fundação da Juventude pelo acolhimento do estágio académico. A todos os elementos da equipa que me apoiaram, me receberam e acolheram. Ao Dr Nuno, supervisor na instituição de acolhimento, por ter estado sempre disponível para tudo o que precisei.

À Carolina e à Margarida, as minhas companheiras de longa data, pelo apoio, motivação e presença nos momentos importantes e desafiadores. Não só deste ano, mas de todos os que já passamos juntas.

E por último, um agradecimento especial e de coração cheio ao meu namorado, Rui. Por toda a força e apoio incondicional que foram necessários nos últimos meses.

Resumo

O presente relatório de estágio - *Palácio das Artes- Fábrica de Talentos: memória(s), comunicação e mediação* - desenvolvido no âmbito de Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, foi realizado na Fundação da Juventude, tendo como objeto de estudo o Palácio das Artes, situado no Largo de S. Domingos. Localizado no Centro Histórico da cidade do Porto (CHP), o edifício ocupa o lugar onde outrora se erguia o Convento de S. Domingos e acolhe, atualmente, a sede da Fundação da Juventude.

Ao longo dos séculos, o Largo de S. Domingos - assim denominado em referência ao antigo convento de S. Domingos - desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento urbano, económico e social da cidade do Porto. O edifício conventual foi ocupado, dando início a uma transformação gradual, convertendo-se no Palácio das Artes, tal como o conhecemos nos dias de hoje. Isto resulta das diversas ocupações ao longo do tempo, tendo albergado a Filial do Banco de Lisboa/Portugal, a Companhia de Seguros do Douro e, por fim, a Fundação da Juventude. Estas sucessivas ocupações originaram várias adaptações formais e funcionais que deram ao edifício um carácter singular, marcado pela acumulação de estratos materiais e sociais ao longo do tempo.

Destaca-se a escassez de estudos científicos dedicados ao edifício, lacuna que o nosso estudo pretendeu suprir, reforçando, assim, a pertinência do trabalho desenvolvido. No âmbito do estágio curricular foram desenvolvidos dois produtos de mediação cultural - um guião de visita e um protótipo de roteiro – destinados a aproximar o público do património e a promover a sua fruição. Estes materiais resultaram de uma investigação aprofundada, que implicou o cruzamento de informação proveniente de estudos de referência sobre a cidade do Porto, com documentação inédita, nomeadamente os arquivos do Banco de Portugal e da Fundação da Juventude. Assim, o trabalho não só colmata lacunas historiográficas, como também estabelece uma ponte entre a investigação científica e a valorização e transmissão do conhecimento do edifício em estudo, afirmando-se como um contributo para futuras ações de estudo, conservação e divulgação.

Palavras-Chave: Palácio das Artes, Largo de São Domingos, Centro Histórico do Porto,
Fundação da Juventude

Abstract

The internship report-Palácio das Artes-Fábrica de Talentos: memória (s), comunicação e mediação- developed as part of Master's degree in Art History, Heritage, and Visual Culture, was carried out at the Fundação da Juventude, with Palácio das Artes, located in Largo de S. Domingos, as its object of study. Located in the Historic Center of the city of Porto, the building occupies the site where the Convent of S. Domingos once stood and currently houses the headquarters of the Fundação da Juventude.

Over the centuries, Largo de S. Domingos- named after the former convent of S. Domingos-played a decisive role in the urban, economic, and social development of the city of Porto. The convent building was occupied, beginning a gradual transformation, becoming the Palácio das Artes, as we know it today. This is the result of various occupations over time, having housed the Lisboa/Portugal Bank Branch, the Douro Insurance Company, and finally the Fundação da Juventude. The successive occupations gave rise to several formal and functional adaptations that gave the building a unique character, marked by the accumulation of material and social strata over time.

It is worth noting the scarcity of scientific studies dedicated to the building, a gap that our study sought to fill, thus reinforcing the relevance of the work carried out. As part of the curricular internship, two cultural mediation products were developed- a visitor's guide and a prototype itinerary-aimed at bringing the public closer to the heritage and promoting its enjoyment. These materials were the result of indepth research, which involved cross-referencing information from reference studies with unpublished documentation, namely the archives of the Bank of Portugal and the Fundação da Juventude. Thus, the work not only fills historiographical gaps, but also establishes a bridge between scientific research and the enhancement and transmission of knowledge about the building under study, establishing itself as a contribution to future study, conservation, and dissemination actions.

Key-words: Palácio das Artes, Largo de S. Domingos, Historic Center of Porto, Fundação da Juventude.

Índice de figuras

FIGURA 1- PALÁCIO DAS ARTES-PISO TÉRREO. 1 ASSINALA O LOCAL ONDE SE INICIA A VISITA/GUIÃO.....	57
FIGURA 2- PALÁCIO DAS ARTES-PLANTA DO PISO SUPERIOR. ASSINALAM-SE OS VÁRIOS PONTOS DO PERCURSO DA VISITA GUIADA.....	66
FIGURA 3- PROJETO DE DIVERSAS OBRAS, DAS QUAIS OS GUICHETS MENCIONADOS NO GUIÃO DE VISITA. 1898. PT/BP/OB/PD/PORTO/000077.....	78
FIGURA 4- CENTRO HISTÓRICO DO PORTO COM A LOCALIZAÇÃO DO PALÁCIO DAS ARTES ASSINALADA. UNESCO. FONTE: HTTPS://WHC.UNESCO.ORG/EN/LIST/755/MAPS/	128
FIGURA 5-RECONSTRUÇÃO DA CIDADE DO PORTO NA IDADE MÉDIA. DESENHO DA AUTORIA DE LUÍS AGUIAR BRANCO. APOIO CIENTÍFICO DE MANUEL LUÍS REAL E JOSÉ AFONSO FERRÃO. 1999.FONTE: GISAWEB D- CDT/B\$-110.	128
FIGURA 6- ACENTUAÇÃO DA LIGAÇÃO DA RUA DAS FLORES. FONTE: JOSÉ AFONSO FERRÃO-A RUA DAS FLORES NO SÉC.XVI.2000.	129
FIGURA 7-PLANTA DA ZONA DE LARGO DE SÃO DOMINGOS COM O TRAÇADO DA CONTINUAÇÃO DA RUA DE SÃO JOÃO NOVO. ATRIBUÍDA A JOHN WHITEHEAD.1774. FONTE: GISAWEB D-CDT/A3-80.....	129
FIGURA 8- PLANTA COM TRAÇADO DE UMA PEQUENA PRAÇA ENTRE A RUA DE BELMONTE E A RUA DA BIQUINHA, SENDO UMA ALTERNATIVA COM MAIORES DIMENSÕES, ENTRE A RUA DAS FLORES, RUA DE BELMONTE E A RUA DE SÃO JOÃO. PLANTA DE AUTORIA DO CÔNSUL JOHN WHITEHEAD.1774. FONTE: GISAWEB (D-CDT/A3-75)	130
FIGURA 9- PLANTA DO LARGO DE SÃO DOMINGOS. TEODORO DE SOUSA MALDONADO. 179?. FONTE: GISAWEB (D-CDT/A3-77)	131
FIGURA 10-PLANTA DA CIDADE DO PORTO ONDE A IGREJA DO CONVENTO DE S. DOMINGOS APARECE VOLTADA PARA A PONTE. GEORGE BALCK. 1813. FONTE: GISAWEB (D-CDT/B2-1).....	131
FIGURA 11-PROMENOR DA PLANTA ANTERIOR, COM A CAPELA DO CONVENTO DE S. DOMINGOS.....	131
FIGURA 12-REPRODUÇÃO DE UMA GRAVURA DE JOAQUIM CARDOSO VILANOVA DO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS. ÁLBUM «EDIFÍCIOS DO PORTO EM 1833». FONTE: GISAWEB (F-C/CMP/8/202)	132
FIGURA 13-REPRODUÇÃO DE UMA GRAVURA, EM FRENTE À EXTINTA IGREJA DE S. DOMINGOS. ÁLBUM EDIFÍCIOS DO PORTO EM 1833. FONTE: GISAWEB (F-NV/FG-M/7/49)	132
FIGURA 14-RECONSTITUIÇÃO DOS ARCOS DE S. DOMINGOS. GOUVÊA PORTUENSE. FONTE: HTTPS://PORTOARC.BLOGSPOT.COM/2014/10/CONVENTOS-DE-RELIGIOSOS-I.HTML	133
FIGURA 15- A IGREJA DE S. DOMINGOS. APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA. BOLETIM CULTURAL, VOL. XV. SOARES DE OLIVEIRA. 1952. FONTE: GISAWEB (D-CDT/A1-8).....	134
FIGURA 16- SOARES DE OLIVEIRA-A IGREJA DE S. DOMINGOS DO PORTO SOBRE A PLANTA LEVANTADA POR GEORGE BALCK. BOLETIM CULTURAL, VOL.15. 1952. FONTE: GISAWEB (D-CDT/A1-9)	135

FIGURA 17- PLANTA DO CONVENTO DE S. DOMINGOS LEVANTADA POR J.L.LIMA JÚNIOR. BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, VOL.II. 1845. FONTE: BOLETIM CULTURAL DA CÂMARA DO PORTO, VOL.II, MARÇO 1939.....	136
FIGURA 18- MENÇÃO DA CAIXA FILIAL DO BANCO DE PORTUGAL. FOLHA DA PLANTA DA CIDADE DO PORTO DE AUGUSTO TELES FERREIRA. 1892. FONTE: GISAWEB (D-CDT/A4-51(259)).....	137
FIGURA 19- PLANTA ATUAL COM INDICAÇÃO DA CERCA DO CONVENTO DE S. DOMINGOS. FONTE: DISSERTAÇÃO- OS CONVENTOS DO PORTO: CONTINUIDADES, TRANSFORMAÇÃO E REUTILIZAÇÃO, ANA CRISTINA PEREIRA (2007)	138
FIGURA 20- SOBREPOSIÇÃO DE PLANTA COM A ATUALIDADE PARA O TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO, 2025. ...	139
FIGURA 21- DOSSIÊ CONSULTADO DO ARQUIVO DA FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE. EDIFÍCIO DOURO «POC». ELEMENTOS ENVIADOS PELA FJ. FOTO DA AUTORA.....	140
FIGURA 22- DOSSIÊ CONSULTADO DO ARQUIVO DA FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE. EDIFÍCIO DOURO «POC». ELEMENTOS ENVIADOS PELA FJ. FOTO DA AUTORA.....	141
FIGURA 23-DOSSIÊ CONSULTADO DO ARQUIVO DA FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE. OPERAÇÃO NORTE-08-03693- FEDER-00001-PALÁCIO DAS ARTES-FÁBRICA DE TALENTOS. DOSSIÊ DA OPERAÇÃO PARTE I- CANDIDATURA. FOTO DA AUTORA.	141
FIGURA 24- DOSSIÊ CONSULTADO DO ARQUIVO DA FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE. OPERAÇÃO NORTE-08-03693- FEDER-00001-PALÁCIO DAS ARTES-FÁBRICA DE TALENTOS. DOSSIÊ DA OPERAÇÃO PARTE I- CANDIDATURA. FOTO DA AUTORA.	142
FIGURA 25- DOSSIÊ CONSULTADO DO ARQUIVO DA FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE. SERVIÇO EDUCATIVO- INFORMAÇÕES-HISTÓRIA-PALÁCIO DAS ARTES. FOTO DA AUTORA.....	142
FIGURA 26- DOSSIÊ CONSULTADO DO ARQUIVO DA FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE. SERVIÇO EDUCATIVO- INFORMAÇÕES-HISTÓRIA-PALÁCIO DAS ARTES. FOTO DA AUTORA.....	143
FIGURA 27- CAPA DA REVISTA INTERNA DO BANCO DE PORTUGAL QUE FOI CONSULTADA E CONSTA NO DOSSIÊ. FOTO DA AUTORA.	143
FIGURA 28- CAPA DA REVISTA INTERNA DO BANCO DE PORTUGAL QUE FOI CONSULTADA E CONSTA NO DOSSIÊ. FOTO DA AUTORA.	144
FIGURA 29-PRINT DA PASTA ONLINE PARTILHADA PELA FJ.	145
FIGURA 30-PRINT DA PLATAFORMA DE ARQUIVO DO BANCO DE PORTUGAL.....	145
FIGURA 31- FOTOGRAFIA DO EDIFÍCIO PALÁCIO DAS ARTES QUANDO OCUPADO PELA FILIAL DO BANCO DE PORTUGAL. FONTE: BANCO DE PORTUGAL.	146
FIGURA 32-PROMENOR DA FOTOGRAFIA ANTERIOR, ONDE SE VÊ O LAMBRIL DE AZULEJO A INICIAR JUNTO À ESCADA E UM MEDALHÃO NO PORTÃO PRINCIPAL	146
FIGURA 33- PRINT SCREEN DA PROGRAMAÇÃO DO DIA NACIONAL DOS CENTROS HISTÓRICOS 2025.....	147
FIGURA 34- REGISTO FOTOGRÁFICO DA VISITA REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2025.	148

Índice de Tabelas

TABELA 1- PLANEAMENTO DE HORAS E ATIVIDADES DO ESTÁGIO CURRICULAR	19
TABELA 2-HORÁRIO PLANEADO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR	21
TABELA 3 - ORGANIZAÇÃO DO GUIÃO DE VISITA.....	80

Lista de abreviaturas e siglas

CHP	CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DO PORTO
CITCEM	CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR DE CULTURA , ESPAÇO E MEMÓRIA
FBP-----	FILIAL DO BANCO DE PORTUGAL
FLUP	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
FJ	FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE

1. Introdução

1.1. Justificação do tema

Em primeiro lugar importa mencionar que o presente estágio curricular foi realizado com o apoio do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM), através de uma bolsa destinada a estudantes inscritos no 1º ano de Mestrado que iriam transitar para o 2º ano, aplicada às seguintes áreas científicas: Arqueologia, Ciências da Comunicação, Cultura e Literatura, História, História da Arte e Museologia. Esta bolsa era dedicada a atividades de investigação científica, tendo resultado de um protocolo de contrato-programa de financiamento plurianual de unidades de I&D 2020-2023 estabelecido entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e o CITCEM, com a referência UIDB/04059/2020¹.

Este trabalho tem como título *O Palácio das Artes - Fábrica de Talentos: memória (s), mediação e comunicação*. O objetivo principal da presente investigação é analisar a história do edifício, lendo-o no contexto da cidade juntamente com as suas próprias transformações arquitetónicas. A disseminação de conhecimento constitui um eixo central deste trabalho, permitindo que os resultados da investigação se traduzam em produtos de mediação cultural. Estes foram concebidos para valorização, interpretação e aproximação da comunidade com o seu património.

Inicialmente, o foco da investigação centrar-se-ia num estudo/ investigação sobre a Rua das Flores, incluindo o Largo de S. Domingos, espaço no qual a rua desemboca. O arranque do trabalho iniciou-se com um levantamento das instituições presentes no local, seguindo-se o contacto com a Fundação da Juventude, nomeadamente com o Dr. Nuno Vieira de Almeida. Após uma reunião com o mesmo— diretor à época de Marketing e comunicação da Fundação da Juventude – tornaram-se evidentes as lacunas no conhecimento e escassez de estudos sobre o edifício atualmente ocupado pela instituição e que funciona também como sua sede. Face a esta constatação, optou-se

¹ Abertura de concurso da bolsa de investigação- <https://citcem.org/eventos/r59-24a038-flup-22-bolsas-de-investigacao-bi-para-estudantes-de-mestrado-financiamento-base-citcem/>

por converter o projeto inicial numa proposta de estágio direcionada ao estudo aprofundado do edifício do Largo de S. Domingos enquanto objeto de investigação. Com isto, visava-se realizar uma abordagem crítica à narrativa do Palácio das Artes e, por conseguinte, potencializar as suas atividades de práticas de divulgação cultural, reforçando e alertando para a necessidade da sua valorização.

O património tem vindo a ser entendido como um legado deixado pelos nossos antepassados, que pertence ao nosso quotidiano e impõe-se como um bem que nós, enquanto sociedade, devemos conservar, salvaguardar, valorizar e por conseguinte, legar às gerações futuras. Todavia, para tal, é necessário haver uma ação de sensibilização, no sentido de criar esta consciência e assim garanti-la na transmissão entre gerações. Desta forma, é indissociável a relação entre património e comunidade, cuja base é o conhecimento. Com essa finalidade, o presente estudo centra-se, não só no estudo do Palácio das Artes, mas, sobretudo, em indagar como o conhecimento pode ser transmitido ao público.

A componente essencial, e a grande base deste trabalho, foi a investigação desenvolvida ao longo dos primeiros meses de estágio, após a análise crítica de grande parte do material de arquivo disponibilizado pela Fundação da Juventude e pelo Banco de Portugal-organizado em tabelas que foram disponibilizadas em apêndice (sobre a documentação disponibilizada pelo Banco de Portugal, obras realizadas no edifício desde 1824, tipo de materiais decorativos, trabalhos arqueológicos, levantamento cartográfico e de ilustrações, da fachada do edifício com licenças de obras, plantas do interior e uma nova cronologia) . Importa salientar que a bibliografia existente remete pontualmente para a origem do edifício como Convento de S. Domingos, até às seguintes ocupações por diversas instituições como a Filial do Banco de Lisboa/Portugal, Companhia Seguros «Douro» e atualmente, a Fundação da Juventude. Não obstante, evidencia-se a escassez de estudos científicos que abordam de forma profunda as diversas transformações espaciais e funcionais que o edifício sofreu ao longo do tempo.

Neste sentido, o estudo propôs-se realizar uma leitura e uma análise histórica e arquitetónica do imóvel, com especial atenção à sua tipologia – incluindo os elementos decorativos ainda hoje preservados-, ao processo de demolição de grande parte do antigo convento e às sucessivas ocupações do edifício, bem como aos motivos do

acolhimento e da saída das diferentes entidades que nele se instalaram. Paralelamente, concebeu-se a ponte entre a comunidade e o património, através do desenvolvimento de ações de mediação cultural, que funcionaram também como um elo entre a componente teórica e a componente prática do presente trabalho de investigação. Isto, com o objetivo de transmitir o conhecimento e os resultados adquiridos a partir da análise, promovendo a valorização deste edifício. Daí o título *Palácio das Arte - Fábrica de Talentos*, que nos remete para o edifício como objeto de estudo, *memória(s)*, fazendo menção à reconstrução da sua narrativa histórica-, e *mediação e comunicação*- cujas ferramentas são os produtos concebidos e, por conseguinte, parte integrante do resultado alcançado.

O edifício, resultado de décadas de transformações, apresenta elevado potencial para a realização de visitas guiadas. Enquadradas no âmbito deste projeto de estágio ou, num âmbito mais alargado, estas podem funcionar como uma ferramenta que acentua a dinamização cultural, a educação e o conhecimento patrimonial sobre o CHP. Simultaneamente, as ações educativas levadas a cabo tiveram também um importante impacto na Fundação da Juventude, ao permitirem não só o envolvimento da comunidade com a instituição, mas também o esclarecimento de alguns equívocos históricos associados ao edifício em questão. Isto reforça a pertinência do estágio curricular realizado, ao articular o estudo académico com práticas de divulgação e de aproximação do público ao património edificado do CHP.

Em suma, o presente relatório de estágio justifica a relevância histórica e cultural do trabalho desenvolvido - centrado na construção de uma narrativa histórica e institucional- sobre o local onde está sedeadada a Fundação da Juventude. Combinando investigação científica com práticas educativas, permitiu, não só alargar o conhecimento sobre o objeto de estudo em questão, de grande significado cultural para o CHP, como também fomentar este elo entre o património e a comunidade. O trabalho desenvolvido constitui também, deste modo, um contributo que abre caminho a futuras investigações e ações educativas relacionadas com o Palácio das Artes.

1.2. Apresentação do estágio e da instituição de acolhimento

O estágio curricular realizou-se na Fundação da Juventude. Esta é uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada em 1989 e atualmente com a sede no Palácio das Artes, no Largo de S. Domingos, nº21, no Porto. Tem como missão promover a integração dos jovens na vida ativa profissional através da organização de projetos nas áreas de empreendedorismo, voluntariado, inovação, tecnologia e formação profissional.

Palácio das Artes - Fábrica de Talentos², é um projeto que apoia a criação artística e a formação de jovens. Foi este plano que atribuiu ao edifício a designação de Palácio das Artes. Atualmente, o local acolhe exposições, mercados, oficinas, conferências e outras iniciativas culturais que procuram aproximar o público com a arte e, simultaneamente, promover a formação das novas gerações.

A Fundação da Juventude opera a nível nacional, com maior incidência local na cidade do Porto, articulando-se com escolas, autarquias, empresas e instituições culturais, num empenho contínuo de promover a integração dos jovens na vida ativa e profissional, enquanto forma cidadãos socialmente conscientes³.

Em suma, as ações de mediação cultural desenvolvidas vão ao encontro da missão da Fundação da Juventude (FJ) de promover a formação cultural e cívica dos jovens, permitindo articular este objetivo com a valorização cultural dos mesmos.

1.3. Descrição das atividades realizadas

O estágio curricular teve início a 6 de novembro e terminou a 9 de abril, com uma carga horária total de aproximadamente 320 horas de estágio, concretizadas nos dias propostos pelo plano de trabalho. A presença na instituição foi inicialmente estipulada para dois dias por semana, com flexibilidade para realização de consultas em bibliotecas e arquivos. Com exceção da visita guiada realizada no dia dos Centros Históricos – 29 de

² Nome do projeto implementado após a compra do edifício.

³ Fundação da Juventude. Consultado em <https://www.fjuventude.pt/pt/sobre-nos> no dia 25 de Fevereiro de 2025.

março de 2025-, que teve duração de 40 minutos, e ainda duas visitas guiadas- 1 e 8 de abril de 2025- cuja duração foi de 20/30 minutos.

Na instituição de acolhimento, as atividades foram desenvolvidas sob a supervisão do Dr. Nuno Vieira de Almeida, Diretor do Departamento de Marketing e Comunicação da FJ, e enquadraram-se na área da mediação cultural e investigação patrimonial, com foco na construção da narrativa histórica e na valorização do edifício onde se encontra a instituição de acolhimento.

Tabela 1- Planeamento de horas e atividades do estágio curricular

Mês	Nº de dias	Total de horas	Descrição das atividades desenvolvidas
Novembro	2 dias por semana (Quarta e Quinta)	56h	• Início do estágio • Pesquisa e reunião de dados para a reconstrução da memória do local em estudo
Dezembro	2 dias por semana (Quarta e Quinta)	112h	• Observação e análise do edifício • Identificação e sistematização dos elementos relevantes para a construção da memória histórica e arquitetónica do edificado • Início de preparação da ação realizada a 28 de março (Guião cultural do edifício)
Janeiro	2 dias por semana (Quarta e quinta)	168h	• Construção da narrativa histórica do edifício • Produção do guião cultural • Continuação da pesquisa documental
Fevereiro	1 dia por semana (Terça)	196h	• Construção da narrativa histórica do edifício • Produção do Guia cultural
Março	2 dias por semana (Quarta e Quinta)	238h	• Finalização do Guia cultural • Realização da ação de celebração do dia 28 de março
Abril	1 dia por semana (Terça)	266h- Restantes distribuídas entre bibliotecas	• Condução de duas visitas de curta duração • Recolha e análise do <i>feedback</i> relativo ao produto

Mês	Nº de dias	Total de horas	Descrição das atividades desenvolvidas
			• Redação do relatório de estágio curricular • Encerramento das atividades na instituição

O estágio curricular envolveu trabalho de análise documental e bibliográfica, incluindo a produção de um guia de visita e de um protótipo de roteiro, bem como a implementação de ações práticas com o público, combinando as dimensões da teoria e da prática.

O calendário inicialmente proposto para a realização do estágio, conforme acima indicado, previa que este terminasse no fim de abril, com 266h realizadas na instituição e as restantes em bibliotecas e arquivos. No entanto este agendamento foi posteriormente alterado, tendo sido cumpridos 2 dias por semana, todos os meses, e terminado no dia 9 de abril.

Tabela 2-Horário planeado para o estágio curricular

Dia da semana	Dias do mês de Novembro			
Segunda	4	11	18	25
Terça	5	12	19	26
Quarta	6 Estágio – 10h-18h	13 Estágio – 10h-18h	20 Estágio – 10h-18h	27 Estágio – 10h-18h
Quinta	7 Estágio – 10h-18h	14 Estágio – 10h-18h	21 Estágio – 10h-18h	28 Estágio – 10h-18h
Sexta	8	15	22	29
Sábado	9	16	23	30
Domingo	10	17	24	

O horário atribuído, das 10h às 18h, também se modificou, passando a ser das 9h às 18h, correspondendo ao estipulado para os funcionários da instituição.

Ao longo dos cinco meses de estágio, pretendeu-se recolher o máximo de informação possível. Para este efeito, estabeleceram-se contactos com diversas entidades fundamentais para a reconstrução da narrativa histórica do edifício. Nomeadamente, o Banco de Portugal, o Banco dos Materiais e ainda os arquitetos Alfredo Ascensão e Paulo Henriques, responsáveis pelo projeto de reabilitação iniciado em 2005 e concluído em 2009, com o propósito de contribuir para o conhecimento científico, em especial a construção da história do edifício.

1.4. Objetivos, metodologia e contributos.

O objetivo geral deste estágio curricular consistiu em contribuir para o aprofundamento e divulgação da narrativa histórica do Palácio das Artes. Visou-se reconstruir a sua memória histórica e tornar esse conhecimento acessível ao público, através de práticas de mediação cultural. Estes objetivos serão desenvolvidos nos capítulos 3 e 4, nos quais se expõe em pormenor a metodologia adotada e os contributos do estado da arte. Para a sua concretização, definiram-se dois tipos de ações complementares, associadas à criação dos seguintes dois produtos:

- 1- Guião de visita – No apoio a uma ação que envolveu diretamente a comunidade, através da transmissão oral e experiencial dos resultados da investigação.
- 2- Protótipo de Roteiro Cultural do Palácio das Artes - Com um domínio científico, comunicativo e educativo. O roteiro serve como um instrumento de mediação cultural, ação em que o visitante pode utilizá-lo de forma autónoma.

Associados aos dois produtos propostos, as ações previstas caracterizam-se por possuírem diferentes níveis de comunicação: o roteiro é um produto de carácter mais duradouro, acessível e que permite autonomia ao visitante. Enquanto isto, o guião,

assume uma dimensão mais imersiva e direta, necessitando da presença de um mediador. Contudo, ambas permitem, de forma complementar, «materializar» a informação obtida através da investigação, de forma acessível e eficaz, contribuindo para a disseminação de conhecimento e criando uma ligação entre o edifício e o público.

Para a concretização destes produtos foi fundamental o acesso a fontes documentais, nomeadamente o arquivo do Banco de Portugal, cuja correspondência foi essencial para a reconstrução da cronologia e utilização do edifício. Ademais, foram ainda estabelecidos contactos com outras entidades diretamente relacionadas com o imóvel:

- Aaph arquitectos - Firma dos arquitetos Alfredo Ascensão e Paulo Henriques, responsáveis pela obra de reabilitação do edifício em estudo e aos quais se realizou uma entrevista sobre a mesma;
- Banco dos Materiais da Câmara Municipal do Porto - Entidade que recebeu os azulejos que foram retirados do interior do edifício;
- Arquiv@ - Entidade que disponibilizou documentação em relação à classificação da fonte que se encontrava no Largo de S. Domingos e ainda do processo de reabilitação do Edifício Douro (nome pelo qual o edifício foi conhecido entre 2005-2009).

A documentação inédita disponibilizada por estas entidades possibilitou um levantamento documental rigoroso, permitindo o cruzamento de dados com o levantamento da bibliografia existente que foi recolhida. Este processo, detalhado no capítulo dedicado ao Palácio das Artes: Estado da Arte e Palácio das Artes: Levantamento documental, encontra-se sintetizado em tabelas (ver Apêndice), que apresentam os resultados do mesmo.,

Através destes objetivos, pretendeu-se não só contribuir para o conhecimento histórico do Palácio das Artes, mas também encorajar a Fundação da Juventude enquanto agente de valorização patrimonial – dado a propriedade e uso do Palácio das Artes estar sob a sua alçada – e promover a aproximação entre o edifício e a comunidade. Além do mais, pretende-se que estes produtos possam ser replicados em iniciativas culturais e educativas futuras.

1.5. Estrutura do Relatório de Estágio

O presente relatório de estágio encontra-se dividido em três grandes capítulos, que materializam o processo teórico - a investigação e a sua aplicação metodológica - até à criação dos produtos finais. O primeiro capítulo - *Palácio das Artes: Estado da Arte*, onde consta uma revisão da literatura consultada. Sistematizando as informações **que** dispomos, apresentamos questões que foram sendo levantadas durante a análise bibliográfica. O segundo capítulo- *Palácio das Artes: Levantamento documental*, com o cruzamento de dados entre bibliografia já existente referente ao CHP e a documentação inédita recolhida- que estará ordenada por tipologias e por arquivos: Fontes cartográficas e visuais, arquivo da Fundação da juventude, arquivo do Banco de Portugal, entre outros. Isto com o objetivo de maior organização e sistematização documental e devido ao facto de o edifício ter acolhido várias entidades. Como foi referido anteriormente, a bibliografia identificada até à data aborda apenas, e de forma pontual, o Palácio das Artes, pelo que o contributo do presente relatório de estágio assume uma relevância particular. Assim, a investigação desenvolvida nos capítulos *Palácio das Artes: Estado da Arte* e *Palácio das Artes: Levantamento documental* constituem a base de conhecimento para os produtos que serão apresentados no capítulo seguinte, dedicado às práticas de mediação cultural.

O terceiro grande capítulo, *Práticas de Mediação Cultural no Palácio das Artes*, demonstra como os resultados da investigação apresentados no capítulo anterior foram aplicados em produtos de mediação cultural. São apresentados os produtos desenvolvidos e a metodologia seguida em cada um. O capítulo encontra-se dividido em dois subcapítulos: o primeiro dedicado ao *guião da visita* – onde é descrito o processo de conceção, a proposta desenvolvida e o relatório da visita realizada no dia 29 de Março - Dia Nacional dos Centros Históricos-, e o segundo referente ao protótipo de *roteiro do Palácio das Artes* - em que se desenvolve a sua organização e se apresenta a proposta que criamos.

2. Palácio das Artes: Estado da Arte

A investigação apresentada neste relatório de estágio, e em especial nos próximos dois capítulos- *Estado da arte* (presente capítulo) e *Palácio das Artes. Investigação e novos dados*, -constitui a base para a conceção dos produtos desenvolvidos no âmbito do estágio - o guião de visita e o protótipo de roteiro cultural. Toda a informação documental inédita, em articulação com a bibliografia existente, encontra-se sistematizada em Apêndice, não tendo sido tratada de forma integral no texto. No entanto, permitiu construir um discurso interpretativo consistente, como veremos no próximo capítulo.

A história urbana do Porto tem vindo a ser enriquecida por diversos contributos académicos, sobretudo no que toca à expansão da urbe, para a qual as ordens religiosas desempenharam um papel de destaque. No nosso estudo foram particularmente relevantes as obras centradas na História da Cidade do Porto, mais concretamente, no desenvolvimento e expansão da mesma.

O Palácio das Artes, situado no Largo de S. Domingos, no Porto, ocupa o espaço anteriormente pertencente ao antigo Convento de S. Domingos. Ao longo dos séculos, o conjunto edificado foi alvo de múltiplas transformações, que resultaram de sucessivas ocupações, intervenções e acontecimentos históricos. Para o nosso caso de estudo tem particular relevância o cerco do Porto (1832/1833), como veremos. Estas alterações contribuíram para a configuração atual do imóvel, cuja leitura revela sobreposição de diversas camadas estratigráficas.

Apesar de estar inserido no que é o Centro Histórico do Porto - área inscrita na Lista do Património Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1996 - subsiste uma notória lacuna de informação sobre o edifício em questão. O seu passado permanece pouco conhecido ao nível da produção escrita, quer para os residentes da cidade do Porto, quer em termos históricos, principalmente, após a expulsão das ordens religiosas.

Perante isto, surgiram algumas questões que motivaram a presente investigação: O que é se sabe, afinal, sobre o Palácio das Artes? Quando foi edificado? Que vestígios materiais podemos identificar das ocupações anteriores? Estas perguntas levaram ao contacto com a instituição que é a atual proprietária do edifício que é a

Fundação da Juventude - também instalada no Palácio das Artes desde 2019 e, por conseguinte, a instituição de acolhimento do estágio realizado. A Fundação da Juventude, desde logo, também mostrou curiosidade em relação a estas questões que permitiram orientar o estudo desenvolvido no âmbito deste Relatório de Estágio.

A investigação que fizemos teve como principal objetivo reconstituir a narrativa histórica do Palácio das Artes, destacando o seu valor patrimonial e cultural, bem como, a sua ligação ao antigo Convento de S. Domingos. A fundação desta antiga estrutura conventual remonta ao século XIII, tendo desempenhado um papel crucial na expansão da urbe portuense. A pertinência desta pesquisa é reforçada pelo facto de o edifício estar integrado numa zona inscrita na Lista do Património Mundial, o que implica na sua proteção. Isto é, dada a inscrição do centro histórico do Porto pela UNESCO, os bens que se encontram na área protegida são automaticamente considerados Monumentos Nacionais:

A zona tampão de bem imóvel incluído na lista do património mundial corresponde, para todos os efeitos, a uma zona especial de protecção⁴. (Fig.1)

E ainda:

Os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respectiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional.⁵

O Palácio das Artes em si não tem um reconhecimento institucional do seu valor histórico e artístico, não tendo sido sujeito a nenhum processo de classificação singular, estando, portanto, protegido pelo facto de se localizar no Centro Histórico do Porto.

Desde o início do nosso estágio, a Fundação da Juventude, enquanto instituição de acolhimento, mostrou interesse em ter conteúdos sobre o Palácio das Artes, que disseminassem a história do edificado. Assim, o principal objetivo do estágio curricular, a par da investigação desenvolvida, passou a ser a produção de material de mediação

⁴ Decreto-Lei nº309/2009, Artigo 72.º Património Mundial. Consultado em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2009-75525223-75533027>

⁵ Decreto-Lei nº107/2001, Artigo 15.º Categoria de bens. Consultado em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/107-2001-629790>

cultural. Com o intuito de promover o conhecimento e a valorização do Palácio das Artes, foram concebidos um produto de mediação cultural - um Roteiro - e ainda um guião para uma visita guiada, realizada no dia 29 de março, no âmbito de celebração dos Centros Históricos.

O primeiro passo a dar neste estudo foi perceber a integração e importância do edifício na estrutura urbana – no que concerne a organização espacial da cidade que se desenvolveu ao longo dos séculos, os fluxos do Largo de São Domingos enquanto nó de circulação e ponto de passagem e paragem, e ainda questões simbólicas relacionadas com o Convento de S. Domingos -, de forma a reconhecer a importância da compreensão do seu papel na configuração urbana da cidade e também enquanto espaço ligado ao comércio e reuniões de cidadãos.

A abordagem metodológica iniciou-se com a recolha e análise de bibliografia sobre a História do Porto, permitindo enquadrar o objeto de estudo num contexto alargado e fundamentar a investigação num entendimento científico e multidisciplinar. Importa aqui reforçar a importância desta etapa, pois permitiu; 1) um melhor enquadramento dos dados levantados na documentação e 2) ter um conhecimento mais profundo do contexto urbano envolvente e que é transmitido no guia de visita e no roteiro em diversos momentos.

Como ponto de partida, no que diz respeito aos estudos monográficos, destaca-se Manuel Luís Real, com a obra *Porto a Património Mundial* (1993). Considerando que o Convento de S. Domingos foi fundado em 1238, este estudo realça o impacto das ordens mendicantes, particularmente os franciscanos e dominicanos, na expansão da cidade medieval, em particular para este tópico, realça-se *A Imagem tem que saltar: A Igreja e o Porto no século XVI (1499-1606) Um estudo de história urbana*, de José Ferrão Afonso. O Convento de S. Domingos é evidenciado como ponto de mudança no ordenamento urbano. E ainda, Domingos Tavares, em *A Cidade da Pedra* (2024), por sua vez, reforça esta leitura, evidenciando mais uma vez a importância dos espaços conventuais na redefinição da centralidade urbana.

Para além da bibliografia monográfica, consultaram-se dissertações de mestrado, que ofereceram uma perspetiva mais aprofundada sobre as dinâmicas de circulação e uso do espaço medieval. Salienta-se a dissertação de Daniel Borges Bráz

Brandão, *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*), que analisa em detalhe o papel das ruas e praças, entre elas o Largo de S. Domingos, enquanto eixo estruturante na cidade. O autor menciona ainda a realização da Feira Franca, cuja primeira edição remonta a 1451, e destaca o papel da Rua das Flores como elo de ligação entre dois polos religiosos e comerciais - o Convento de S. Domingos e o Convento de S. Bento de Avé Maria. Como complemento desta dissertação, foi também consultada a publicação do CITCEM, *História da Arquitetura - Perspetivas Temáticas (III): A Rua na Estrutura Urbana*, com a coordenação de Manuel Joaquim Moreira da Rocha e Nuno Resende (2024). Aqui estão incluídos diversos artigos científicos relacionados com a Rua das Flores, e que consequentemente, abordam o Largo de S. Domingos. Destacamos, como exemplo, *A Rua das Flores, palco privilegiado de rituais urbanos e da religiosidade fora dos templos (séculos XVI-XIX)* de Francisco Ribeiro da Silva, *A Rua das Flores: Reabilitação e requalificação* de Joaquim Teixeira e Rui Fernandes Póvoas, *Equipamentos de fornecimento de água no bairro da Rua das Flores na época moderna. Primeiros contributos para uma cartografia* de Diogo Emanuel Pacheco Teixeira, e por último, *A Rua das Flores no século XVI: Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista* (2000), de José Afonso Ferrão.

Foram consultadas publicações periódicas, como *O Tripeiro*, onde constam os textos de Horácio Marçal, com o título *O Largo de S. Domingos* (I, II e III), que nos fornecem informações em relação a estas dinâmicas comerciais e políticas do Largo de S. Domingos. Por exemplo, diz-nos que:

*No citado alpendre, outrossim, funcionou durante muitos anos o Tribunal da Cidade, assim como serviu igualmente de recinto para leilões.*⁶

E ainda:

*O arco das Neves ou de S. Domingos, foi de facto demolido em 1792*⁷

⁶ MARÇAL, HORÁCIO, *O Largo de S. Domingos* (II), in *O Tripeiro*, Ano XI.

⁷ Idem, *Ibidem*.

Além deste texto, destaca-se também o de Nuno Viriato Cruz, *Palácio das Artes no Largo de S. Domingos, um edifício emblemático da cidade*, disponível online⁸.

A bibliografia recolhida permite, no geral, compreender a evolução do Convento e do Largo de S. Domingos ao longo dos séculos, evidenciando o seu papel estruturante. Contudo, há um momento imprescindível de análise que marca um ponto de viragem, a extinção das Ordens Religiosas, após o Cerco do Porto. O Cerco ocorre em 1832/1833 e a extinção das Ordens Religiosas inicia-se em 1833, sendo o decreto de 1834⁹. Marca o final da função conventual do local e o início de uma profunda transformação de adaptação da arquitetura existente às necessidades funcionais da nova entidade que iria ocupar o edifício na totalidade, ainda que só em 1865 - o mesmo ano em que ia começar a 1ª etapa de obras no edifício por parte da Filial do Banco de Lisboa (FBL). Em a *História do Porto*, dirigida por Luís A. de Oliveira Ramos, é mencionado que parte da zona ribeirinha é destruída durante o cerco do Porto, devido às bombas miguelistas, incluindo o Convento de S. Domingos.

*É o local preferido para a instalação de bancos, seguros, sedes de empresas comerciais, à custa sobretudo das cercas dos conventos de S. Francisco e de S. Domingos.*¹⁰

No Convento de S. Domingos instalou-se por essa época a Filial do Banco de Portugal, que em 1833 ainda era a Filial do Banco de Lisboa. Domingos Tavares menciona que:

*no Convento de São Domingos a perda foi total, visto que o bloco sobranste de alojamento dos frades com o seu alpendre foi transformado em edifício neoclássico pelas organizações financeiras que sucessivamente o ocuparam*¹¹.

É aqui que se identifica a primeira lacuna na narrativa do edifício que é atualmente o Palácio das Artes. Sabemos que restaram partes do edifício, mas que foi

⁸ CRUZ, Nuno Viriato, Artigo Tripeiro- Palácio das Artes no Largo de S. Domingos, um edifício emblemático da cidade. Disponível em <https://cciporto.com/2020/10/27/artigo-tripeiro-palacio-das-artes-no-largo-de-s-domingos-um-edificio-emblematico-da-cidade/>

⁹ TAVARES, Domingos (2024), Cidade da Pedra, DAFNE Editora, pág.244.

¹⁰ RAMOS, Luís A. de Oliveira (1994), História do Porto, O Porto Oitocentista, pág.384

¹¹ TAVARES, Domingos (2024), A cidade da Pedra, DAFNE, pág. 244

submetido a alterações. Que alterações foram realizadas? Porque razão? Seriam obras de adaptação à nova entidade? Qual era o estado do edifício após as transformações?

Após a saída da Filial do Banco de Portugal, em 1935, para a atual Praça da Liberdade, o edifício em estudo foi ocupado pela Companhia Seguros «Douro», já extinta.

Maria Clementina de Carvalho, no Inventário Artístico de Portugal-Porto, refere que esta entidade realizou obras de adaptação ao edifício. Que tipo de obras foram realizadas? Permanecem ainda visíveis? Qual era o estado do edifício nesse momento?

Aqui identifica-se outra lacuna relevante na história do imóvel.

Atualmente, o edifício encontra-se sob a tutela da Fundação da Juventude, tendo sido objeto de uma intervenção de reabilitação que lhe valeu o Prémio João de Almada em 2009. Mas que intervenção foi esta? Qual era o estado do edifício antes da obra? Qual era o principal objetivo da obra de reabilitação?

Ao longo do levantamento bibliográfico foram identificadas estas lacunas na narrativa histórica do edifício. Com o intuito de colmatá-las, esta investigação procurou responder a essas questões, sendo outro passo fundamental o estágio curricular realizado na Fundação da Juventude. Os estudos mais utilizados ao longo dos meses foram os seguintes:

- *A rua na construção da forma urbana medieval. Porto 1386-1521*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa, de Diogo Borges Braz (2012)
- *O Porto na época dos Almadás: arquitectura, obras públicas e Formas urbanas do Porto Setecentista: A Praça intramuros*, de Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves (1988)
- *Cidade da Pedra*, de Domingos Tavares (2024)
- *História do Porto*, coord. de Luís A. de Oliveira Ramos (2000)
- *Fontes e Chafarizes do Porto*, de Germano Silva (2000)
- Diversos artigos já mencionados anteriormente, da publicação do CITCEM, DA ROCHA, Manuel Joaquim Moreir, RESENDE, Nuno, coord. (2024), *História da Arquitetura: Perspetivas temáticas (III) A Rua na Estrutura urbana*
- *Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)*,

tese de doutoramento no ramo de História, na especialidade de Arte, Património e Restauro, de Rute Andreia Massano Rodrigues (2017)

A análise destas referências foi crucial para a compilar informações dispersas, permitindo fazer uma leitura cruzada, e por conseguinte, criar bases para o conhecimento.

3. O Palácio das Artes: Levantamento documental

Este capítulo, como já foi mencionado, resulta do levantamento de documentação inédita que foi possível recolher durante o estágio curricular e cuja informação será utilizada para complementar o que foi recolhido anteriormente.

Ao longo da análise dos vários conjuntos de fontes documentais foram realizadas tabelas em Excel, que constam no apêndice do relatório, com o objetivo de facilitar uma maior sistematização de novos dados acerca do edifício do Palácio das Artes. Este exercício ajudou-nos a construir uma nova cronologia do edifício e, por conseguinte, na construção da narrativa histórica que será apresentada no capítulo 4.1.2 - Guião de visita.

Ao todo, o Apêndice é constituído por 8 tabelas, a saber:

- 1- Referências do Banco de Portugal - Sendo este o maior arquivo disponibilizado, esta tabela apresenta o tipo de documento, o nº de livros e as páginas na totalidade
- 2- Obras e Reparos - Esta tabela é uma das mais significantes, pois através dos dados registados foi possível fazer uma lista das transformações realizadas no edifício, permitindo perceber as alterações a que foi sujeito e acompanhando a sua transformação -Estão inventariadas as intervenções identificadas na documentação desde a instalação da Filial do Banco de Lisboa no antigo convento.
- 3- Materiais - Foram listados, a partir de observação direta e do relatório arqueológico que abordarei mais à frente, os elementos decorativos que ainda

se podem observar no edifício e os que foram retirados - o que permitiu um cruzamento com a tabela anterior.

- 4- Trabalhos arqueológicos – Estas tabelas foram realizadas tendo como base o relatório arqueológico realizado durante a obra de 2005-2009. Detém uma tabela com as diferentes fases de sondagens arqueológicas e outra com as descobertas.
- 5- Cartografia - Foi realizado um levantamento cartográfico, com o intuito de ler o espaço envolvente do imóvel, acompanhar o desmantelamento do complexo conventual e das mudanças de denominação do edifício ao longo dos tempos.
- 6- Fachada - Para registar as alterações da fachada, dado existir uma gravura ou fotografia para cada época de diferentes ocupações do edifício e ainda licenças de obras.
- 7- Plantas - Foram recolhidas as plantas interiores do edifício, com a ocupação da Filial do Banco de Portugal, a Companhia Seguros Douro e da Fundação da Juventude, o que permitiu compreender a dinâmica de utilização dos espaços, identificar a respetiva função e as alterações também realizadas em resposta às necessidades da mesma.
- 8- Cronologia - Foi feita uma cronologia do edifício que compila os novos dados recolhidos a partir das fontes levantadas.

As tabelas realizadas refletem a importância deste novo levantamento documental, que permitiu recolher novos dados acerca do edifício, construir uma linha histórica e chegar a novas conclusões do mesmo.

3.1. Fontes cartográficas e visuais

Com o intuito de compreender a evolução morfológica do edifício onde hoje se encontra o Palácio das Artes – onde outrora estava o Convento de S. Domingos - e de acompanhar a sua progressiva diluição no tecido urbano da cidade do Porto, procedeu-se à realização de um levantamento cartográfico e visual sistemático (Ver apêndice, tabela 5). Esta componente de investigação permitiu não só validar aspetos da

documentação textual, como também identificar alterações espaciais e construtivas não documentadas em fontes textuais, permitindo novas pistas de análise.

As plantas e gravuras analisadas foram consultadas em diversas plataformas, nomeadamente no Arquivo Histórico Municipal do Porto (gisaweb-plataforma digital), publicações monográficas, dissertações académicas e periódicos históricos. A abordagem metodológica assentou na análise comparativa de documentos cartográficos de diferentes períodos - desde a reconstituição da cidade medieval até à cartografia topográfica do séc. XIX - com o objetivo de identificar continuidades, transformações no espaço conventual e na malha envolvente.

As fontes cartográficas foram tratadas tendo em conta a sua natureza técnica, interpretativa ou artística. A análise inclui gravuras com valor iconográfico que, apesar do seu cunho visual subjetivo, oferecem dados significativos como alterações arquitetónicas ao longo do tempo.

A investigação segue uma organização cronológica, distinguindo-se em três momentos de análise: a cidade medieval e moderna (séc. XV a XVII), os projetos urbanos do século XVIII e a cartografia de transformação e desaparecimento gradual do convento no século XIX. Esta organização visa evidenciar as fases-chave da presença e da progressiva desmaterialização do Convento de S. Domingos e, por conseguinte, a sua presença, na malha urbana portuense.

Relativamente à época medieval, destaca-se a Planta do Porto Medieval - Reconstrução da cidade do Porto na Idade Média, de caráter técnico, com desenho da autoria de Luís Aguiar Branco e com o apoio científico de Manuel Luís Real e José Ferrão Afonso (Figura 2) - esta planta deu origem à maquete da cidade que se encontra na Casa do Infante-, permite identificar o núcleo urbanístico desenvolvido em torno dos conventos dominicanos e da ribeira, já integrados com a muralha dita Fernandina¹². Em relação ao séc. XVI, realça-se a planta de José Ferrão Afonso em *A Rua das Flores no séc. XVI* (Figura 3), que evidencia a importância da Rua das Flores como eixo de ligação entre

¹² BOTELHO, Maria Leonor (2020), Oporto's Historic Center-From Historical Research to (Real) Virtual Heritage Visualization, in *Digital Cities: Between History and Archaeology*, pág. 179

o Largo de S. Domingos e a Porta dos Carros, sendo uma das ruas mais nobres da cidade portuense, que vai trazer movimento e comércio para esta zona.

Quanto a séc. XVIII, foram analisados sobretudo projetos urbanos, importando destacar três plantas do Largo que são propostas que se pretendiam realizar. A planta da zona do Largo de São Domingos com o traçado de prolongamento da Rua Nova de São João (Figura 4), atribuída a John Whitehead, de 1774. Segundo Joaquim Jaime Ferreira-Alves, em *Formas Urbanas do Porto Setecentista: A Praça intramuros*¹³, o Largo de S. Domingos era irregular e detinha um acesso difícil, precisando de uma intervenção (Figura 5). Também Teodoro de Sousa Maldonado, arquiteto da cidade, realizou um projeto para este mesmo local (Figura 6). No entanto, foram poucas as alterações efetuadas e ainda nos dias de hoje o Largo detém um traçado irregular. Todavia, estas tentativas de regularização do Largo revelam a sua importância na época.

A planta de George Balck, datada de 1813 (Figura 7), identifica o Convento de S. Domingos e a Igreja dos Terceiros, mas não representa a Igreja dos Dominicanos, o que levanta algumas questões em relação à implantação das igrejas e qual a orientação da capela-mor (fig.8- pormenor da planta).

No que concerne a gravuras do Convento dispomos de quatro. Duas são de Joaquim Vilanova, das quais uma gravura representa o que é a atual fachada do Palácio das Artes (Figura 9), e a Igreja de S. Domingos (Figura 10). Estas gravuras pertencem a um álbum denominado «Edifícios do Porto em 1833», representam os edifícios da cidade portuense e é de realçar que são cruciais pois permitem-nos perceber as alterações realizadas na fachada do edifício, ainda que tenhamos que ter em conta o cunho e a criatividade do artista. É de destacar que o Palácio das Artes é aqui representado como um edifício neoclássico, já Domingos Tavares afirma que o edifício foi convertido em neoclássico. Isto, permitiu confirmar e vai de encontro à 1ª fase de remodelação por parte da FBL, grandes obras que ocorreram entre 1865 e 1871 (mencionadas em documentação que iremos ver mais à frente e abordadas no guião de

¹³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (1997), *Formas urbanas do Porto Setecentista: A Praça intramuros*, IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. p.693.

visita que está no capítulo 4.2.1) - e de uma licença de obra de 1888 (Licença nº157, consultada na Biblioteca de Estudos Portuenses).

Ainda da fachada há uma reconstituição do Gouveia Portuense, publicada em *O Tripeiro* (Figura 11), da qual é importante salientar alguns aspetos. Primeiramente, os arcos encontravam-se junto à Capela da Sr^a das Neves e esta parte do edifício que observamos na gravura, e que é hoje a fachada do Palácio das Artes, era onde estavam os dormitórios dos frades (piso de cima) e os espaços comerciais (piso de baixo). Além disto, no topo do edifício consta um frontão, que só será colocado a partir da ocupação da Filial do Banco de Portugal, isto é, 1846, e os arcos são demolidos em 1792. Quer isto dizer que não se trata de uma representação do edifício à época, mas sim de uma imagem construída com base em diferentes momentos históricos, sendo uma gravura com um notório cunho artístico visível.

Regressando às plantas do convento, chegaram até nós duas plantas de Soares de Oliveira da Igreja de S. Domingos (Figura 12 e 13). E ainda, a planta do convento de Joaquim Lima Júnior (Figura 14), de 1845¹⁴. Contudo, é de realçar, que em 1845 o convento tinha sido destruído pelas bombas da revolução liberal e a Igreja dos Terceiros também já havia sido demolida para a abertura da Rua Ferreira Borges. Interessa citar Maria Clementina de Carvalho Quaresma:

*Importa referir, ainda, que tal levantamento foi feito numa altura em que o edifício, abandonado desde o incêndio de 1832 estava, por certo, já bastante arruinado. Nessa planta estará bem representada a localização do claustro mas, quanto ao resto, a fidelidade afigura-se problemática.*¹⁵

Neste sentido, estas plantas apenas nos permitem confirmar a localização e disposição geral de certos espaços, como o claustro.

Na planta topográfica da cidade do Porto de Augusto Gerardo Teles Ferreira, de 1892, já não aparece representado o Convento de S. Domingos, mas sim a Caixa Filial do

¹⁴ Consultada no Arquivo Municipal do Porto, em: <https://gisaweb.cm-porto.pt/>

¹⁵ QUARESMA, Maria Clementina de Carvalho, *Inventário Artístico de Portugal-Cidade do Porto*, Vol. XIII, Academia Nacional de Belas-Artes, pág.130.

Banco de Portugal (Figura 15), marcando a mudança definitiva da função e da morfologia do edifício.

Por último, salientamos mais duas plantas que nos ajudam a perceber o espaço que o Convento ocuparia nos dias de hoje. Uma planta está apresentada na dissertação de mestrado da Ana Cristina Pereira, *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*, (Figura 16), onde se propõe uma sobreposição do local de implantação do convento sobre uma cartografia atual. Além disto, ainda foi produzida uma planta no contexto do presente trabalho, como um instrumento de confronto entre desenhos. (Figura 17).

Esta análise cartográfica permitiu executar uma leitura diacrónica do espaço ocupado pelo antigo Convento de S. Domingos e pelo Palácio das Artes, demonstrando as suas transformações morfológicas e os momentos do progressivo desaparecimento do primeiro na malha urbana. O confronto entre as diferentes plantas e gravuras mostrou que, ao longo dos séculos, o edifício foi alvo de diversas intervenções urbanísticas - algumas concretizadas- como por exemplo a demolição da igreja lateral (igreja dos Terceiros) para a abertura da Rua Ferreira Borges (1835) -, outras somente projetadas - como é o caso da consideração de instalação da nova alfândega¹⁶, evidenciando a sua importância estratégica no contexto da cidade.

O levantamento cartográfico revelou-se uma ferramenta essencial para reconstituir, ainda que parcialmente, a presença histórica do convento no espaço urbano. A sua interpretação crítica contribui de forma decisiva para preencher algumas lacunas na narrativa histórica do edifício, servindo mais uma vez como base para o desenvolvimento do guião de visita que esta investigação propõe.

¹⁶ "(...) Fico sciente em fazer parar com as paredes e escada conforme VV. SS.ªs me ordenão e já há dias se tinha espalhado n'esta Cidade q. o Governo pertendia o Convento de S. Domingos p.ª Alfandega reservando-se a parte q. o Banco pertendesse p.ª o Estabelecimento da Caixa Filial o q. tem cauzado muita satisfação ao Corpo do Commercio.(...)"- Correspondência expedida para a Sé, Livro 001,PT/BP/BL-PORTO/017/000, nº73.

Os próximos subcapítulos abordam os arquivos de diversas entidades, tanto as que ocuparam o edifício, como de outras que, de algum modo, se relacionaram com o mesmo. Esta organização por arquivos permite uma maior sistematização e clareza na exposição, refletindo também o facto de o edifício ter sido sucessivamente ocupado por várias instituições ao longo do tempo.

3.2. Arquivo da Fundação da Juventude

Com o estágio curricular na Fundação da Juventude, atualmente responsável pela gestão do edifício onde se localizava o antigo Convento de S. Domingos, iniciamos com o arquivo da mesma. Esta colaboração revelou-se essencial para a investigação, permitindo o contacto direto com o edifício, bem como com a sua documentação. Além disto, o estágio possibilitou a articulação com outras entidades fundamentais para o aprofundamento da investigação, nomeadamente o Banco de Portugal.

O edifício, anteriormente à atual designação de Palácio das Artes, era conhecido como «Edifício Douro» - devido à ocupação da Companhia Seguros «Douro» e ao facto de ter a palavra «Douro» no espaldar, nome sob o qual estão organizados os primeiros registos institucionais da Fundação. Foram-nos disponibilizadas pela Fundação da Juventude, diversas capas com documentação relativa à sua aquisição, reabilitação e transformação no âmbito do projeto «Palácio das Artes-Fábrica de Talentos». Este fundo documental, complementado pelo acesso ao arquivo digital do Arquiv@ permitiu reconstituir a cronologia recente do imóvel e compreender os diferentes momentos de intervenção.

Entre as principais pastas consultadas destacam-se:

- O «Edifício Douro» (figura 18 e 19), que inclui a correspondência relativa à compra do imóvel, autorizações para obras de conservação e reabilitação (iniciadas em 2003), bem como fotografias do estado de degradação do edifício e memórias descritivas das intervenções;
- O dossier «Operação Norte-Centro: Palácio das Artes-Fábrica de Talentos» (figura 20 e 21), que contém propostas formais do projeto e documentação sobre a programação cultural associada;

- O dossier «Palácio das Artes» (figura 22 e 23), onde estavam reunidos diversos artigos de plataformas *online* e de revistas sobre o Palácio das Artes/Convento de S. Domingos. Entre estes estava a impressão de uma Revista Interna do Banco de Portugal¹⁷ (Figura 24), e ainda outra da Revista Património¹⁸ (Figura 25), que abordam as razões da instalação da Filial do Banco de Portugal no Convento;
- Uma pasta digital partilhada, com fotografias do edifício antes, durante e após a grande obra de reabilitação (Figura 26) - as fotografias não se encontram datadas nem com menção à sua autoria. Encontram-se sim separadas por pastas, «fotos antigas», «escadaria», «hall». Contudo, supomos que algumas serão da autoria de Inês D'Orey (mencionada na entrevista com o arquiteto Alfredo Ascensão).

As informações aqui recolhidas também constam nas tabelas do apêndice, na tabela 2-obras e reparos- com a obra de reabilitação (2005-2009), tabela 3-materiais, tabela 4-trabalhos arqueológicos- pois na Fundação da Juventude também estava disponível o relatório arqueológico que abordarei mais à frente e nas tabelas 6-fachada, 7-plantas e 8-cronologia.

3.3. Arquivo digital Arquiv@

Pelo Arquiv@, foi enviada correspondência relativa a pedidos de autorização, relatórios, projetos, intervenções de obras entre o Departamento de Museus, Palácios e Fundações do IPPC e o Ministério da Cultura, tal era o dever destas instituições em relação à salvaguarda do Património Cultural¹⁹. Ademais, tendo em conta que o edifício se encontra numa zona inscrita na lista do Património Mundial, como foi explicado no início deste capítulo, é obrigatória a obtenção de autorização da tutela-neste caso, um parecer da Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN) para a realização de obras. Nesta correspondência, cedida pelo Arquiv@, também se identifica ter havido interesse (1986) de o edifício ser utilizado como um Museu de Arte Moderna. Isto, mais uma vez

¹⁷ Sem referência (Capa em figura 23).

¹⁸ Sem referência (Capa em figura 24).

¹⁹ Arquiv@: objetivos, conceitos, concessão e produção [Património a Norte N.º 14 - 2023], pág.34.

revela a importância do edifício, o reconhecimento da sua centralidade urbana no Centro Histórico do Porto. Contudo, é mais um projeto proposto, mas que não chegou a ser realizado. Esta correspondência vinha acompanhada de plantas do edifício do período de ocupação da Companhia Seguros Douro, sendo esta a única informação a que se conseguiu chegar sobre esse período.

A análise deste arquivo permitiu apurar que a Fundação da Juventude adquiriu o edifício em 2001. O processo de licenciamento teve início em 2003 e as obras arrancaram em 2005, sendo interrompidas em 2007 para a realização de sondagens arqueológicas. Isto porque segundo o Decreto-Lei nº107/2001, artigo nº77, é necessária a autorização para a realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico antes de qualquer obra avançar. Essa suspensão das obras resultou num conjunto de cinco relatórios arqueológicos, todos da responsabilidade do arqueólogo João Paulo Barbosa:

- Estudo Histórico-Espacial (abril 2007)
- Sondagens de Avaliação Prévia- Relatório Preliminar (maio 2007)
- Sondagens de Avaliação Prévia- Relatório Intercalar (julho de 2008)
- Trabalhos Arqueológicos- Relatório Final (outubro 2010)

Estes relatórios revelaram vestígios materiais significativos pertencentes aos três períodos de ocupação distintos: o conventual, o bancário (Filial do Banco de Portugal) e o segurador (Companhia Seguros Douro). Isto levou ao contacto com o arquivo do Banco de Portugal, com o intuito de aceder à documentação complementar sobre a presença da Filial do Banco de Portugal no edifício que é agora o Palácio das Artes. Foram facultadas plantas, descrições e informações sobre as obras de adaptação, como veremos no subcapítulo «Arquivo do Banco de Portugal».

O relatório arqueológico assumiu um papel determinante na investigação, pois permitiu identificar os materiais anteriores, determinar a que entidade pertenciam e algumas das camadas históricas do edifício. Além disto, contribuiu para clarificar a sequência cronológica da sua ocupação, uma vez que a cada elemento anterior encontrado foi atribuída uma época. Por fim, o cruzamento dos estratos descritos no relatório com o cruzamento do arquivo do Banco de Portugal permitiu que se chegasse a algumas conclusões como veremos mais à frente.

Em relação à intervenção contemporânea, foram consultados na Fundação da Juventude, os volumes I e II do projeto de arquitetura assinado por Paulo Henriques, em 2005, o caderno de encargos e o índice de peças desenhadas da obra. Estes documentos permitem conhecer em detalhe as opções materiais e técnicas adotadas, bem como os critérios de adaptação funcional. As fotografias incluídas nestas pastas reforçam a perceção do estado de degradação anterior à intervenção.

No entanto é importante realçar que na memória descritiva e justificativa, de 2005 também assinada por Paulo Henriques, está redigido:

As obras de adaptação a que foi sujeito nos anos 60/70 para albergar a Companhia de Seguros «Douro», parecem unicamente decorrentes das necessidades programáticas e da tentativa de aproveitamento máximo de todo o espaço útil. Por esse motivo, e ainda porque não houve o cuidado de respeitar o edifício, entende-se ser agora o momento propício para tentar «limpá-lo» e devolver-lhe a sua dignidade inicial, uma vez que o programa agora proposto é compatível com essa ambição²⁰.

Este excerto confirma a realização de obras pela Companhia Seguros «Douro», consideradas desrespeitosas em termos de património. Perante tal, colocam-se várias questões essenciais para esta investigação: Que transformações foram efetivamente realizadas? Em que medida descaracterizaram o edifício original? E que critérios orientaram a proposta da última reabilitação?

Para tentar responder a estas questões colocadas, com o apoio da Fundação da Juventude, foi estabelecido contacto direto com os arquitetos responsáveis pela obra, Paulo Henriques e Alfredo Ascensão, com os quais foi possível agendar uma entrevista. Esta componente oral da investigação constitui um contributo valioso para a compreensão do projeto e da leitura contemporânea do edifício.

Além disto, foram disponibilizadas várias revistas da Fundação da Juventude, que já não são publicadas, mas que se encontram online, «Revista Fábrica de Talentos». Onde constam várias entrevistas sobre o projeto «Palácio das Artes-Fábrica de Talentos» ²¹e

²⁰ Projeto de Licenciamento de Alteração e Reabilitação do «Edifício Douro», Palácio das Artes-Fábrica de Talentos, LIC-11038, código de sistema 47582, fólio nº45.

²¹ Todas as publicações estão disponíveis em: <https://www.fjuventude.pt/pt/publicacoes>

o posicionamento do edifício Palácio das Artes como um polo cultural no Centro Histórico do Porto. Destas destacamos a Revista nº1 com a entrevista realizada a Rui Loza (2006). Para complementar, a integração da Fundação da Juventude/Palácio das Artes no plano de revitalização do centro histórico do Porto que estava a ocorrer, consultou-se o *Plano de Gestão Centro Histórico do Porto Património Mundial*, da Porto Vivo (2010).

No que concerne ao Prémio João de Almada, foi consultada a plataforma *online* com os resultados da 13ª edição onde consta a apreciação do júri:

*Constituir um exemplo cuidadoso de valorização do património*²².

E ainda o catálogo *Prémio João de Almada-25 Anos* (2013), onde constam os aspetos que os júris têm em conta para a apreciação do prémio.

Por último, para a leitura do edifício segundo o modelo casa nobre, foram consultados Joaquim Jaime Ferreira-Alves-*A casa nobre no Porto na época moderna*; Manuel Azevedo Graça-*Construções de elite no Porto (1805-1906)* e Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano-*Casas esguias do Porto e sobrade de Recife*.

O fator de observação direta do edifício, possibilitado pelo estágio, permitiu cruzar informação documental com a leitura espacial atual. Essa comparação revelou-se fundamental para identificar alterações visíveis, como por exemplo, na utilização dos materiais de construção e o reconhecimento de elementos preservados (Ex. estuque e cofres).

3.4. Arquivo do Banco de Portugal

Em dezembro de 2024 deu-se a deslocação até aos arquivos do Banco de Portugal em Lisboa. E a partir desse momento, avançamos com a leitura e análise da documentação disponibilizada.

²² Resultado da 13ª edição do Prémio João de Almada, Ordem dos Arquitetos. Disponível em <http://www.oasrn.org/concursos.php?pag=noticia&id=35>

Antes de entrarmos em contacto com o arquivo, verificamos qual a documentação que estava acessível na plataforma *online* do Banco de Portugal (figura 27). No entanto, foi possível consultar mais documentação, em suporte físico, e também de grande relevância para o desenvolvimento da investigação.

Na totalidade, a documentação analisada incluiu:

- 7 Livros de correspondência expedida para a sede, de 1824-1846;
- 3 Livros de correspondência confidencial expedida para a Sede, de 1840-1913;
- 12 Livros de correspondência especial expedida para a sede, de 1899-1937;
- Outros documentos relevantes, entre os quais destacam-se:
 - Contas de despesas dos reparos feitos pelas bombas (1832) - Fundamental para identificar os estragos causados pelas bombas durante o Cerco do Porto, bem como os nomes dos responsáveis pelas intervenções;
 - Visita do Diretor à Caixa Filial (1871) - Documento fulcral, descreve o edifício durante a primeira grande obra após a aquisição do lote pelo Banco de Portugal;
 - Correspondência recebida da Sede-Serviço de obras (1898) – Permitiu identificar o arquiteto Licínio Guimarães, figura de referência na arquitetura oitocentista. Foram também identificados os azulejos removidos durante a obra de reabilitação (2005), a introdução de novos elementos (como a claraboia), incluídos nos documentos técnicos como plantas de projetos, ilustrações da claraboia, do elevador hidráulico e dos guichets. No que concerne ao arquiteto Licínio Guimarães, foram consultados dicionários de arquitetos. Nomeadamente, *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses* (1845-1910) por Sousa Viterbo, *Dicionário dos architectos activos em Portugal do século I^ª a actualidade* (1994) por José Manuel Pedreirinho, nos quais nada se encontrou relativamente a Licínio Guimarães. No entanto, destaco que na dissertação de Nuno Paulo Soares Ferreira, *A arquitectura residencial portuense na primeira metade do século XX. Licenciamento de obras, autores, tipologias e morfologias*,

Licínio Guimarães é mencionado como condutor de obras públicas na cidade do Porto.

- Venda da antiga Caixa Filial à Companhia Seguros do Douro (1935)

Os dados destes documentos podem ser encontrados na tabela 1, do apêndice. É importante realçar que grande parte da informação que consta nas tabelas advém deste arquivo. Pois, a Filial do Banco de Lisboa/Portugal, acabou por ser a entidade que ocupou o edifício durante mais tempo (1824-1935). A Filial já se encontrava instalada em São Domingos aquando da transformação do complexo conventual, convertido na Casa nobre que hoje conhecemos. De facto, deve-se a esta instituição a responsabilidade pela maior parte dessas obras. Assim, importa também referir que este arquivo era um dos que dispunha de mais informações, também pelo facto de que não é um arquivo estudado.

Assim, para esta documentação se revelou inédita, especificamente, a sua análise foi sistematizada através da criação de tabelas que acompanharam o processo de leitura, com os seguintes campos:

Transcrição	Data	Informação	Referência
-------------	------	------------	------------

Apesar de estas tabelas não constarem no presente relatório, trata-se de um documento de trabalho com 78 páginas, organizado por tipologia de livros e por parcelas dos mesmos. As transcrições realizadas permitiram conhecer momentos importantes para a história do edifício, da relação entre os funcionários do banco com os frades e ainda com a cidade. Ainda que as tabelas que se encontram em apêndice tenham sido uma base fundamental para a investigação e para a conceção dos produtos de mediação, é de realçar que as tabelas eu não constam foram o maior alicerce na construção da narrativa referente à ocupação da Caixa Filial do Banco de Lisboa/Portugal.

Interessa destacar o contributo concreto desta documentação inédita para a investigação em curso. Entre os aspetos mais relevantes que foi possível apurar ou complementar, destacam-se:

- A escolha do convento para a instalação da Filial do Banco de Lisboa - Tal é mencionado na correspondência expedida para a sede em 1824;
- A relação entre os funcionários do Banco e os Frades do convento;
- Obras de ajustes realizadas para a instalação da Filial do Banco de Lisboa no convento, e que parte estava localizada inicialmente a Filial do Banco de Lisboa (Tabela 3 e 8 do apêndice);
- Os danos provocados pelas bombas do cerco do Porto - Assumindo também um valor como testemunho direto de um contexto de guerra;
- Algumas curiosidades documentadas, como a guarda dos bens do clero no edifício após a extinção das ordens religiosas;
- A grande obra levada a cabo após a aquisição definitiva do edifício pelo Banco de Portugal, sob a responsabilidade do arquiteto Paulo Barbosa. É de destacar aqui uma divergência em relação ao relatório arqueológico de 2008, que atribui a escada em cantaria ao séc. XX - contudo, esta já se encontra descrita na visita do Diretor à Filial em 1871 (Tabela 3, 4 e 8);
- A segunda grande obra de intervenção, realizada em 1898, sob a direção do arquiteto Licínio Guimarães. Esta intervenção, mais conservadora -no sentido em que o edifício vai ao encontro daquilo que é uma casa nobre, típica do séc. XVIII- adaptada à função bancária, contrastando com outros projetos seus, como o da atual Casa da Arquitetura-mais moderna-(antiga Companhia Real Vinícola)²³. Esta intervenção está documentada não só através de descrições textuais na correspondência enviada para a Sede de Lisboa, mas também por meio de plantas técnicas assinadas pelo próprio arquiteto (é desta obra que provêm as plantas utilizadas na tabela 7);
- As motivações que levaram à transferência da Filial para a atual Praça da Liberdade e subsequente venda do edifício à Companhia de Seguros do Douro.

²³ DA SILVA, Elias de Campos Alves (2020), Dinâmicas territoriais e evolução urbana- o caso de Matosinhos, Porto: Dissertação de Mestrado da Faculdade de Engenharia.

Por fim, o arquivo do Banco de Portugal forneceu fotografias do edifício durante a ocupação da Filial do Banco de Portugal, já com o lambril de azulejos instalado em 1898, o que permite datar a imagem entre essa data e 1935, ano da alienação do imóvel (Figura 28 e 29).

Como referido anteriormente, foi possível fazer um cruzamento de informação entre o relatório de vestígios arqueológicos realizado para a obra de reabilitação (2005-2009), o que nos permitiu não só ver camadas anteriores do edifício, mas também compreender melhor as duas grandes fases de obras realizadas pela Caixa Filial do Banco de Portugal. Este exercício fornece ainda uma visão aproximada de como seria uma das camadas do mesmo.

Paralelamente, importa ainda mencionar que foram recolhidas licenças de obras do Arquivo Histórico Municipal do Porto em relação ao edifício, que também constam na tabela 2, correspondentes à ocupação da Filial do Banco de Portugal. Estas dizem respeito sobretudo ao exterior:

- Licença de obra nº:365/1913- Inserir duas vigas de ferro com uma coluna no centro com o objetivo de alargar uma sala
- Licença de obra nº 157/1888- Modificar portas da fachada do edifício
- Licença de obra nº339/1877- Inserção de oleiras numa não loja do edifício da Caixa Filial do Banco de Portugal
- Licença de obra nº396/1872- Reconstrução do alçado nascente do edifício

Através do arquivo disponibilizado pelo Banco de Portugal foi possível preencher esta lacuna histórica do edifício e, com isto, contribuir para a apresentação do edifício que consta no guião da visita produzido no contexto deste estágio curricular. Pois, foi possível «desmontar» o edifício camada a camada.

O próximo capítulo destaca-se por resultar de uma fonte oral, neste caso, foi uma entrevista realizada a um dos arquitetos responsáveis pela obra de reabilitação de 2005 a 2009.

3.5. Entrevista ao Arquiteto Alfredo Ascensão

A entrevista ao arquiteto Alfredo Ascensão foi realizada no dia 31 de janeiro de 2025, no gabinete aaph architectos²⁴, com sede na cidade do Porto.

Esta tinha como intuito compreender alguns fatores sobre a obra de reabilitação que estavam mencionados na «memória descritiva» do edifício, bem como localizar alguns materiais retirados.

Assim, prepararam-se previamente diversas questões:

- Qual o primeiro contacto com o edifício? /Qual a impressão causada pela primeira visita ao edifício?
- O que tiveram em consideração para a reabilitação do edifício?
- Qual o princípio por detrás da reabilitação? Manter o traçado original/introduzir novos elementos? (Qual a liberdade que a equipa de projeto teve na definição de programa; se, por exemplo, participaram nas reuniões preliminares para a sua definição)
- Houve algum elemento que quisesse manter sem que tivesse sido possível devido ao seu estado de degradação?
- Qual foi a maior dificuldade técnica durante a reabilitação?
- Onde estão os azulejos com padrão que se encontravam em alguns compartimentos do edifício, nomeadamente no piso térreo?
- Como foi realizada a reabilitação do estuque?
- Fazia parte do projeto a integração no edifício os elementos que ainda hoje estão presentes?
- O que é que consideram intervenções menores e desrespeitadoras da dignidade do edifício que quiseram retirar, como consta na filosofia de intervenção?
- É mencionado na memória descritiva que as obras da Companhia de Seguros «Douro» não tiveram o cuidado de respeitar o edifício e que o objetivo era tentar «limpá-lo» e devolver-lhe a dignidade. Como? O que foi feito? Porque é que as obras anteriores não respeitavam o edifício? – Também se propôs a eliminação desta última intervenção realizada e estas obras foram mencionadas de qualidade arquitetónica duvidosa.

²⁴ Página oficial do gabinete dos arquitetos: <https://www.aapharquitectos.com/inicio>

- Como foi decidida a preservação de elementos históricos? Por exemplo, o estuque foi reabilitado, algumas portas e cofres encontram-se no local, contudo, saiu uma porta de um cofre que veio de Lisboa para o banco, os azulejos azuis colocados pelo banco também foram retirados, porquê?
- Alguma mudança significativa do projeto apresentado para o que se realizou?
- A alteração da cor no exterior
- A alteração dos vãos na fachada principal
- Prémio João de Almada: tem algum documento que possa partilhar? Apreciação do júri, notícias de jornal, etc.
- Como olha hoje para o edifício e para a reabilitação realizada? Que propostas para o futuro?

É de evidenciar que o Arquiteto Alfredo Ascensão, que foi o elemento do escritório de arquitetura que mais acompanhou a obra de reabilitação, já detinha experiência neste campo, nomeadamente na reabilitação do Convento de São Salvador de Vilar de Frades (1994-2009).

Após a entrevista, foi possível perceber melhor em que estado o edifício tinha sido deixado pela Companhia Seguros «Douro», o que auxiliou na tentativa de preencher a lacuna referente a esta entidade.

Realça-se a importância desta entrevista por ser uma fonte direta e oral da obra realizada. A partir desta foi possível reunir novos dados, como:

- Estado em que estava o edifício após a ocupação da última entidade e alguns anos em que esteve fechado;
- O que é que decidiram manter e o que é que decidiram retirar e porquê;
- Para onde foram alguns elementos decorativos que foram removidos (como portas de cofres e azulejos);
- Diferenças entre o projeto inicial e execução final ;
- Testemunhos pessoais sobre as impressões iniciais e avaliação atual da intervenção.

Em suma, este levantamento forneceu os alicerces científicos e históricos que permitiram estruturar os produtos de mediação cultural que serão apresentados no capítulo seguinte.

4. Práticas de mediação cultural no Palácio das Artes

Com base na investigação apresentada no capítulo anterior, este capítulo apresenta os produtos de mediação cultural concebidos no âmbito do estágio curricular. Descrevem-se os processos de conceção, as metodologias aplicadas e a forma como estes produtos procuram dar resposta ao objetivo de aproximar o público do Palácio das Artes.

No âmbito do estágio curricular desenvolvido nesta instituição, foram desenvolvidos dois produtos com o propósito de promover a mediação cultural e de disseminar o conhecimento resultante da investigação realizada ao longo dos meses. Produziu-se, assim, um guião para uma visita guiada - a 29 de março, no âmbito da celebração dos Centros Históricos - e ainda um protótipo de um roteiro infográfico de visita. Ambos os produtos centraram-se no edifício do Palácio das Artes e foram concebidos como produtos de aproximação entre o público e o património do Porto, sobretudo do próprio Palácio.

Assim, importa entender que:

A Mediação Cultural assume-se hoje como uma das preocupações mais amplamente reconhecidas no domínio da ação de valorização do património cultural²⁵.

A mediação cultural assume, atualmente, um papel de destaque nas estratégias do património, com o intuito de reconhecer e comunicar o valor intrínseco dos bens

²⁵ Património a Norte, Mediação Cultural: objetivos, modelos e públicos, Património a Norte, 2020, nº5. Pág.4.

culturais²⁶. Sobre esta dimensão destaca-se sobretudo a publicação nº 5 da revista Património a Norte, *Mediação Cultural: Objetos, modelos e públicos*, que demonstra a importância desta prática, com a discussão de diversos exemplos, que concorrem para facilitar a compreensão e fruição do património.²⁷ A vertente educativa começa a ter maior visibilidade quando se questiona a acessibilidade do património e dos seus conteúdos- particularmente em museus- bem como a articulação entre a educação e a cultura. É neste contexto, que, na Europa, surgem os primeiros serviços educativos em museus²⁸. Em Portugal, esta realidade começou a afirmar-se no final da década de 70 e início de 80 do séc. XX alastrando-se, posteriormente a outros espaços culturais, como por exemplo casas nobres, palácios e outros monumentos históricos²⁹.

Neste contexto importa destacar a Carta sobre a Interpretação e Apresentação de Sítios Culturais do ICOMOS (2008), que reforça a interpretação patrimonial como parte integrante da conservação, orientada por princípios de acessibilidade, autenticidade, participação e sustentabilidade. Enquanto forma de interpretação, a mediação cultural tem a responsabilidade de facilitar a compreensão crítica dos lugares culturais e de integrar as comunidades no processo de valorização do seu ambiente construído.

De grande destaque José da Silva (2021), *Inversão de Sentidos: Arte como Património e Património como Arte* - que aborda de forma profunda a mediação cultural, através de um caso prático. Para José da Silva, a mediação distingue-se da educação formal ao privilegiar a interação, a construção conjunta de sentidos e a adaptação dos conteúdos às características dos diferentes públicos, local e objetivos definidos para a ação. Neste sentido, a mediação pode assumir diversas formas, desde performances a

²⁶ DA SILVA, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA (2021), *Inversão de sentidos: Arte como Património e Património como Arte*. Porto: Relatório de estágio apresentado , pág.33.

²⁷ MENARES, Carmen (2021), *O conceito de mediação cultural contrapõe-se à educação nos museus?*, Observatorio de Mediación Cultural, pág.169/170.

²⁸ Como por exemplo o Museu de Arte Antiga de Lisboa.

²⁹ SÁ, Patrícia Oliveira (2019), *A relação entre Mediação Cultural e Educação: um olhar a partir de uma experiência de estágio no Serviço Educativo do FACE*, Porto: Relatório apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Pág.16.

programas escolares ou visitas guiadas, mas sempre com o objetivo de tornar a cultura próxima e experienciável pelo visitante³⁰.

A figura do mediador cultural é central neste processo, funcionando como uma ponte entre o património e os visitantes, com a função de provocar interesse, curiosidade e envolvimento dos visitantes no processo de conhecimento³¹. No contexto do presente estágio, a mediação foi conduzida pela própria estagiária, que após a recolha e interpretação dos dados, apresentou ao público os resultados alcançados através da visita guiada.

A mediação cultural afirma-se como uma responsabilidade coletiva pelo facto de envolver as comunidades que se apropriaram dos bens culturais e patrimoniais. Segundo Guilherme d'Oliveira Martins, quando abordamos a cultura temos que reconhecer o seu valor educativo, que proporciona uma relação consciente com a herança material e imaterial, e, por conseguinte, a sua proteção, apropriação e desenvolvimento. Desde 1974, com a implementação da democracia em Portugal, os sucessivos governos têm reconhecido o papel da mediação cultural como instrumento estratégico para a formação e captação de novos públicos. No entanto, as políticas de democratização cultural adotadas ao longo do tempo mantiveram uma visão hierárquica da cultura - erudita, popular e de massas - atribuindo à cultura erudita o estatuto de legitimidade³². Esta abordagem tem sido criticada por documentos como a Carta de Porto Santo (2021) que propõe uma perspetiva mais inclusiva e participativa do património e da cultura:

Neste paradigma hierarquização cultural desvaloriza, não só as práticas culturais, mas os próprios cidadãos-olhados como consumidores, tratados como desiguais e excluídos da função de agentes de cultura. É fundamental compreender, no desenvolvimento de políticas culturais, que hierarquizar valores culturais implica, sempre, formas de poder e de autoridade - de que é preciso estar muito consciente³³.

³⁰ DA SILVA, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA (2021), Inversão de sentidos: Arte como Património e Património como Arte. Porto: Relatório de estágio apresentado, pág.35.

³¹ Idem, Ibidem.

³² DA SILVA, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA (2021), Inversão de sentidos: Arte como Património e Património como Arte. Porto: Relatório de estágio, pág.38.

³³ Carta de Porto Santo, 2021, pág.5.

No que concerne ao acesso ao património e à cultura, este concretiza-se em três níveis: económico, social e intelectual - sendo neste último completamente dependente do mediador cultural. A Convenção-Quadro de Faro (2005) reforça esta necessidade, atribuindo aos próprios Estados o papel de:

*d) Adaptar medidas para melhorar o acesso ao património, especialmente entre os jovens e pessoas desfavorecidas, a fim de aumentar a sensibilização sobre o seu valor, sobre a necessidade de o manter e preservar e sobre os benefícios dele derivados*³⁴.

Esta preocupação também está presente na Carta do ICOMOS (2008), que destaca o papel educativo na promoção de uma consciência crítica e plural. A Carta Porto Santo (2021) acrescenta a importância de reconhecer as instituições culturais como territórios educativos, promovendo a articulação contínua entre cultura e educação:

*17. Reconhecer que as instituições culturais são territórios educativos e que as instituições educativas são polos culturais, promovendo a articulação de ações e projetos entre elas de forma estruturante e continuada*³⁵.

Complementarmente, e tendo em conta o consumo exponencial de património cultural veiculado pelo turismo a Carta Internacional do Turismo Cultural do ICOMOS (2022), adverte para a necessidade de uma gestão turística responsável e sustentável, com práticas que respeitam as comunidades locais e que incentivem as experiências educativas³⁶. Tal como se pode observar pelo objeto de estudo, o Palácio das Artes, está inserido numa área com uma forte pressão turística, o Centro Histórico do Porto, e ainda pelo facto de esta área estar inscrita na lista do Património Mundial da UNESCO.

Neste contexto, os produtos criados no âmbito do presente estágio - guião de visita e o protótipo de roteiro - foram concebidos com base em princípios de clareza

³⁴ A Convenção-Quadro de Faro, 2005, Artigo 12º, pág.4.

³⁵ Carta de Porto Santo, 2021, pág.12.

³⁶ The new ICOMOS International Charter for Cultural Heritage Tourism supports a more responsible and sustainable tourism management (2025). Consultado em <https://www.icomos.org/actualite/the-new-icomos-international-charter-for-cultural-heritage-tourism-supports-a-more-responsible-and-sustainable-tourism-management/>

discursiva, coerência temática, adequação ao público e valorização contextual, refletindo os sete princípios orientadores da Carta do ICOMOS (2008):

- O acesso a compreensão universal (Princípio 1):

Os programas destinados à interpretação e à apresentação devem facilitar o acesso físico e intelectual do público aos sítios culturais- Com a construção de um guião de visita adaptável aos diversos tipos de públicos- com uma linguagem acessível, não extremamente técnica nem informa- e ainda o roteiro do edifício que permite uma análise célere, clara e que detém aqui uma relação entre texto e imagem;

- Fontes de informação (Princípio 2):

A interpretação e a apresentação devem basear-se em fontes fidedignas, investigadas através de métodos científicos e académicos, genericamente aceites, bem como nas tradições culturais vivas- Aqui destaca-se a revisão da literatura - que permitiu contruir uma leitura integrada do edifício-, juntamente com os documentos disponibilizados pelo arquivo do Banco de Portugal, a entrevista como fonte oral com um dos arquitetos encarregues da obra de reabilitação, o contacto direto com o edifício e ainda a documentação cedida pela Fundação da Juventude;

- A valorização do contexto histórico e territorial (Princípio 3):

A interpretação e a apresentação de sítios culturais devem incluir a relação que esses locais possuem com o meio onde se implantam e com o seu contexto social, cultural, histórico e natural- Foi explorado o contexto do edifício desde a instalação do convento até aos dias de hoje, incluindo a relação com o espaço envolvente e com a evolução da urbe

- Preservação da autenticidade (Princípio 4):

A interpretação e a apresentação dos sítios culturais devem respeitar a sua autenticidade, no espírito do Documento de Nara (1994); -Aqui importa salientar o estudo e valorização da intervenção mais recente, que juntamente com as remodelações que foram realizadas desde 1825 -descobertas durante a investigação- permitem-nos compreender o edifício que vemos hoje

- Planeamento para a sustentabilidade (Princípio 5):

O projeto de interpretação de um sítio cultural deve ser sensível ao ambiente cultural e natural onde este se integra. A sua sustentabilidade social, financeira e ambiental, a longo prazo, constitui um dos seus principais objetivos- No que diz respeito ao facto de que com estes produtos criados se sensibiliza o público para a importância do edifício e por conseguinte, para a sua valorização e preservação futuras. Realça-se ainda o facto de estar localizado no Centro Histórico do Porto, sendo uma área classificada pela UNESCO, há esta obrigação de salvaguardar e para isso, é necessário, haver esta sensibilização.

- E a inclusão e participação dos públicos (Princípio 6):

A interpretação e a apresentação de sítios culturais devem ser o resultado de uma colaboração efetiva entre os profissionais do património, as comunidades de acolhimento e outros interessados. - Neste caso, os produtos criados durante o estágio permitem abrir as portas do edifício ao público, tornando-o mais acessível.

- Importância da investigação, da forma e da avaliação (princípio 7):

A interpretação dos sítios culturais é um processo gradual e evolutivo, de compreensão e de explicação, que requer atividades contínuas de investigação, formação e avaliação- Esta foi a primeira investigação realizada sobre o edifício, nas suas várias ocupações e como estas impactaram na orgânica do próprio.

O Palácio das Artes, apesar do seu valor arquitetónico e histórico reconhecido, não se encontra classificado como Património de Interesse Público. Dispõe apenas da proteção resultante da sua inserção no Centro Histórico do Porto, inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO. Assim, os produtos desenvolvidos concretizam e aplicam, na prática, os princípios da mediação cultural, consolidando-os como processo educativo, participativo e socialmente relevante.

4.1. Guião e visita guiada: conceção, metodologia e prática

4.1.1. Conceção do guião de visita

A elaboração do guião para a visita constituiu uma das principais tarefas desenvolvidas no âmbito do estágio curricular, assumindo-se como um instrumento de mediação cultural centrado na partilha e disseminação, após o tratamento de conhecimento sobre o Palácio das Artes. Através disto, desta forma, contribuiu-se para a mediação do edifício e para o fortalecimento da sua dimensão educativa, uma vez que o principal objetivo foi dar a conhecer a sua história, evolução funcional e valor patrimonial. Concebendo assim, uma ligação entre o público e o Palácio das Artes, que era parca até ao momento.

Após a conclusão da fase de investigação documental e bibliográfica, iniciou-se a construção do guião, sustentada por um enquadramento histórico-cultural do Largo de S. Domingos - Espaço Urbano em que se insere o edifício. Entre as fontes consultadas, destaca-se o arquivo do Banco de Portugal, que disponibilizou documentação fundamental para compreender o período em que o imóvel desempenhou funções bancárias- uma marca ainda hoje visível na sua configuração arquitetónica e pouco ou nada conhecida até ao momento.

Concebido para uma visita com uma duração aproximada de uma hora, e estruturado de modo a fomentar o diálogo entre o passado e o presente, incentivando a interpretação crítica do espaço e o reconhecimento do seu valor patrimonial. Como refere a Carta ICOMOS (2008):

A interpretação deve explorar o significado do sítio cultural, em todos os seus aspetos: histórico, político, espiritual e artístico. Deve ter em consideração todos os valores culturais, sociais e ambientais do sítio³⁷.

Para o desenvolvimento deste produto, utilizou-se a metodologia de *storytelling*, entendida como uma prática narrativa estruturada que permite transmitir conhecimento de forma envolvente³⁸. Com esta técnica procurou-se transformar a visita

³⁷ Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais, ICOMOS (2008), pág.3.

³⁸ DA SILVA, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA (2021), Inversão de sentidos: Arte como Património e Património como Arte. Porto: Relatório de estágio apresentado, pág.36.

guiada numa experiência interpretativa, indo além da simples exposição de dados factuais e assim criar ligação entre os visitantes e o património apresentado.

O modelo narrativo adotado assenta em quatro pilares fundamentais mencionados por José António Ferreira da Silva:

- 1) Perspetiva temática - definição do enquadramento e fio condutor da narrativa;
- 2) Narrativa histórica – seleção e organização do conteúdo a transmitir e interpretar;
- 3) Interatividade - promoção através do diálogo e envolvimento direto com o público durante a visita;
- 4) Meio de transmissão - concretizado através da mediação presencial, com o mediador a assumir o papel de contador da história³⁹.

A construção do guião seguiu princípios próximos dos que Luís Mota Figueira (2013) apresenta para a criação de roteiros culturais, particularmente no que respeita à lógica de percurso temático, coerência de narrativa e adaptação ao público. Apesar de não se tratar formalmente de um roteiro turístico, a proposta de visita incorpora elementos que reforçam a função de interpretação patrimonial e de valorização do território. Como é o caso da técnica de *storytelling*:

*A narrativa, em si mesma, é uma história que se conta e que carece de lógica descritiva, para se tornar sustentadora da efabulação e da imagem que o turismo reclama e que sabemos fazer*⁴⁰.

Isto encontra-se alinhado com a valorização de conteúdos interpretativos sugeridos pelo autor,

Relativamente aos pontos mencionados, estes foram tidos em conta na preparação do roteiro e, consequentemente, na visita realizada. Em relação à perspetiva temática, realizou-se uma narrativa que assentou na evolução funcional e formal do complexo. No sentido em que o guião se inicia com um contexto histórico-espacial,

³⁹ Idem, Ibidem.

⁴⁰ Figueira, Luís Mota (2013), Manual para a elaboração de Roteiros de Turismo Cultural, Instituto Politécnico de Tomar, pág.28.

sempre partindo do Palácio das Artes, e como a sua origem remete ao antigo Convento de S. Domingos. Como por exemplo:

*O Palácio das Artes, estabelecido no Largo de S. Domingos, deve o seu nome ao antigo Convento de S. Domingos. (...) Pelo facto de o Palácio se localizar no Largo de S. Domingos, é também conhecido como Palácio/Palacete de S. Domingos.*⁴¹

Ao longo da visita, são explicadas as diversas entidades que ocuparam o edifício. Tome-se como exemplo:

*Após a confirmação do local para a instalação da Filial e a aprovação da sede de Lisboa, em abril é realizada a escritura dos dormitórios do Convento de S. Domingos, entre o Banco de Lisboa e os frades dominicanos.*⁴²

*Referimo-nos à obra realizada pela Companhia Seguros Douro, que se instalou no edifício em 1935.*⁴³

Isto acompanhado pela técnica de *storytelling*, pois a visita começa no largo de S. Domingos e apresenta-se esse contexto histórico, passando para o interior do edifício onde se propõe uma leitura do mesmo e das suas diversas camadas, apontando curiosidades. Por exemplo:

*Passando para o interior do edifício, podemos notar que a sua estrutura segue o modelo das casas nobres do séc. XIX (...)*⁴⁴

*Esta grande escadaria de aparato foi construída entre 1865 e 1875, com a exceção da escada em pedra, cuja construção é ainda mencionada (...)*⁴⁵

E por último, interatividade, pois durante a visita houve contacto com o público, sendo que o meio de transmissão foi oral e o papel de mediador foi desempenhado pela estagiária.

⁴¹ Citação do guia de visita concebido no estágio (capítulo 4.1.2), pág.58.

⁴² Idem, pág.66.

⁴³ Idem, pág.71.

⁴⁴ Citação do guia de visita concebido no estágio (capítulo 4.1.2), pág.67.

⁴⁵ Idem, Ibidem.

4.1.2. Guião de visita

[Apresentação/ Saudação]

Bem-vindos ao Palácio das Artes, localizado no Largo de São Domingos, um local repleto de história e transformação. O meu nome é Ana Gomes, estou aqui no âmbito de estágio curricular de Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual. Este consistiu sobretudo na investigação do edifício que é agora o Palácio das Artes, sensivelmente, desde 1825 quando se deu a instalação da Filial do Banco de Lisboa, como irei falar mais ao longo da visita.



Figura 1- Palácio das Artes-piso térreo. 1 Assinala o local onde se inicia a visita/guião.

O Largo de S. Domingos

O Palácio das Artes localiza-se no que é o Centro Histórico da Cidade do Porto, que coincide com a parte mais antiga da cidade e foi inscrito na Lista da UNESCO como Património Mundial da Humanidade em 1996. O CHP é protegido por um plano de gestão que visa preservar a cultura e o património, com o objetivo de garantir a sua conservação, valorização e continuidade.

O Palácio das Artes, situado no Largo de S. Domingos, deve o seu nome ao antigo convento aí implantado. Ao longo dos séculos, este espaço desempenhou um papel central no desenvolvimento urbano e nas atividades sociais e comerciais da cidade, motivo pelo qual o edifício é também designado como Palácio ou Palacete de S. Domingos.

É importante atentar em alguns aspetos do contexto histórico que envolve a antiga estrutura conventual e o Largo de S. Domingos, para esclarecer a sua importância ao longo dos séculos e o espaço em que se encontra agora o Palácio das Artes.

Até ao séc. XII, o burgo centrava-se em torno do núcleo episcopal envolvido pela cerca velha, sob jurisdição do bispo do Porto. No contexto da tentativa de implantação dos dominicanos e dos franciscanos na cidade, surgiram disputas entre o rei D. Afonso III (1249-1279) e o bispo, que via com apreensão a implantação destas Ordens mendicantes na cidade. Pois, pretendiam instalar-se na faixa de terreno que se situava entre o rio da vila e o rio Frio (junto aos seus domínios). Como resultado desta disputa, o Convento de S. Domingos e o Convento de S. Francisco acabaram por se estabelecer num local mais afastado da jurisdição episcopal, a meio caminho da encosta, nas proximidades de Miragaia e da porta principal da cidade, a Porta Nobre^{46 47}. Sob o ponto de vista régio, isto permitia não só contribuir para a urbanização de novas áreas do burgo, como também desafiar a influência do bispo⁴⁸, levando ao desenvolvimento de um novo núcleo urbano⁴⁹.

Em 1354 é concluída a Alfândega, cuja construção fora ordenada por D. Afonso IV (1325-1357), - sendo hoje conhecida como Casa do Infante (por aí ter presumivelmente nascido o infante D. Henrique). A Alfândega -cuja própria função era de controlo de mercadorias, regulação de comércio- é construída próxima dos conventos mendicantes e visava afirmar o poder régio, promover a organização e crescimento urbanístico na zona ribeirinha, acompanhando a evolução urbana que já estava em curso⁵⁰. Isto levou à necessidade de construção de uma nova muralha - chamada de Cerca Nova -, concluída no reinado de D. Fernando I em 1370, pelo que é vulgarmente conhecida como «muralha Fernandina». Esta muralha delimitava o

⁴⁶ TAVARES, Domingos (2024), Cidade da Pedra, DAFNE Editora, pág.83.

⁴⁷ Apêndice, Tabela 5- cartografia.

⁴⁸ REAL, Manuel Luís (1996) (coord. Científica), Porto a Património Mundial, Câmara Municipal do Porto, pág.67.

⁴⁹ AFONSO, Diogo Borges Braz (2012), A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado, pág.65.

⁵⁰ REAL, Manuel Luís (1996) (coord. Científica), Porto a Património Mundial, Câmara Municipal do Porto, pág.67.

crescimento do burgo, protegendo e integrando os novos núcleos urbanos que surgiam ao redor dos conventos e da Alfândega⁵¹.

No que concerne à rede viária da cidade medieval, o Largo de São Domingos foi, durante vários séculos, um nó de circulação primordial nas ligações da urbe. Pois, era neste largo que as ruas se uniam⁵².

No início do século XIV, os burgueses da cidade afirmam a sua pretensão em assumir responsabilidades no ordenamento municipal, avançando nesta marcação de propósitos com a construção de uma Casa da Relação - um edifício destinado a funções judiciais e administrativas. A primeira estrutura realizada estava encostada à parede norte da catedral, a seguinte (em 1350) foi construída em terreno entre a Sé e a Porta da Sapataria. No entanto, o espaço disponível para as reuniões com os cidadãos era reduzido. Dado isto, pela sua proximidade e pelo fato de permitir albergar um grande número de pessoas, o alpendre ou claustro de S. Domingos foi utilizado para acolher estas assembleias de cidadãos. Assim, o Largo de S. Domingos começa também a marcar a sua presença e importância na vida política do burgo.⁵³

Mais tarde, durante o reinado de D. João I (1385-1433), o Largo de S. Domingos começa a destacar-se na vida comercial da cidade. Pois, em 1406 é aberta a Rua Nova, mais tarde conhecida como Rua Formosa, para casas e serviços dos reis. Esta rua tinha absorvido a feira regular que era realizada na Praça da Ribeira. Contudo, com o comércio e serviços instalados por famílias ligadas a profissões liberais, surge a pressão de afastar as feiras e mercados populares desta rua. Devido a isto, estas atividades comerciais instalam-se no Largo de S. Domingos⁵⁴. Além da Rua Formosa, também o caminho das Congostas teve impacto no desenvolvimento do Largo de S. Domingos. Levou à construção do alpendre, para acolhimento de feirantes, do povo e para utilização na vida comunitária⁵⁵.

⁵¹ AFONSO, Diogo Borges Braz (2012), A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado, pág.65

⁵² REAL, Manuel Luís (1996)(coord.Científica), Porto a Património Mundial, Câmara municipal do Porto, pág. 67.

⁵³ TAVARES, Domingos, Cidade de Pedra, DAFNE Editora, Pág.97.

⁵⁴ Idem, Pág.102.

⁵⁵ Idem Ibidem.

No séc. XV, devido ao crescimento do comércio marítimo, o Porto cresceu intra e extramuros. Deu-se um grande desenvolvimento na zona de Monchique, Massarelos e Miragaia. Esta última alcançou grande importância devido aos estaleiros navais que ali se instalaram. Reflexo deste crescimento é a substituição do Postigo da Praia por uma porta: a Porta Nobre de Miragaia. Além disto, surgem novos arruamentos que faziam a ligação ao Largo de S. Domingos, criando um ponto de cruzamento, e concedendo-se uma nova centralidade, essencial para a expansão da cidade a norte⁵⁶.

Em 1521, é aberta a Rua Santa Catarina das Flores, com o intuito de substituir caminhos antigos e facilitar a circulação de quem entrava pela alfândega. A Rua das Flores fazia ligação entre dois polos urbanos importantes, o Largo/Convento de S. Domingos e o Largo das Freiras do Convento de São Bento de Avé Maria, onde também ocorriam feiras⁵⁷. Para além de ser um nó de circulação e marco na expansão da cidade, o Largo de São Domingos era um ponto de passagem e de paragem, devido à vida comercial que ali ocorria⁵⁸.

Na 2ª metade do séc. XVI, inicia-se a construção do novo edifício da Misericórdia do Porto, na Rua das Flores, com a fachada principal direccionada para o Largo de S. Domingos. Esta nova construção converte a Rua das Flores numa das ruas mais nobres da cidade, pois é aqui que se vai instalar a burguesia mercantil, com casas de grande prestígio, dando início à construção de palacetes, cujo alguns ainda hoje conseguimos observar⁵⁹.

No séc. XVII, durante o domínio dos Filipes, assiste-se a um reordenamento de espaços públicos da cidade, com a criação das primeiras alamedas: a do Olival, Hortas e Batalha. Além disto, as ações filipinas também se refletiram na renovação das calçadas, no abastecimento de água e na melhoria dos cais. Ainda em 1677 são realizadas obras

⁵⁶ TAVARES, Domingos, Cidade de Pedra, DAFNE Editora, Pág.125.

⁵⁷ AFONSO, Diogo Borges Braz (2012), A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado, pág.55/56.

⁵⁸ Apêndice 1, Tabela 5-Cartografia.

⁵⁹ GAGO, Alice Borges (2021), A Rua das Flores: Um espaço familiar (Séc.XVI), in in História da Arquitetura: Perspetivas temáticas (III) A Rua nas estrutura urbana, CITCEM, pág.88/89.

na Alfândega e em 1688 dá-se o restabelecimento da Casa da Moeda. Iniciam-se diretrizes de desenvolvimento que vão ser, mais tarde, assumidas pelos Almadás⁶⁰.

No início do séc. XVIII (1703) é assinado o tratado de Methuen (Tratado dos Panos e Vinhos), que leva ao estabelecimento do domínio britânico sobre a economia portuguesa. Com isto, é construída a Feitoria Inglesa, talhada para promover e proteger as firmas de importação e exportação do vinho do Porto⁶¹. Em 1756, John Whitehead é nomeado cônsul britânico no Porto e é criada a Companhia dos Vinhos do Alto Douro⁶².

Em 1762 é criada a Junta de Obras Públicas, presidida por João de Almada e Melo (sendo o Prémio João de Almada assim designado em sua honra), uma figura importante no crescimento urbano da cidade. Para o desenvolvimento urbanístico que se pretendia realizar na cidade, havia uma lista de melhoramentos, onde estavam definidas diretrizes e condicionantes em relação à expansão da cidade e normas sobre a construção de edifícios. É aqui, com uma inspiração neoclássica, que se encontra a profunda influência da colónia inglesa na cidade portuense, cujo grande mentor será John Whitehead⁶³. Devido a esta ligação dos ingleses com o vinho do porto, a arquitetura desenvolvida neste período é também conhecida por arquitetura do «Port-Wine»⁶⁴.

Uma das maiores preocupações no planeamento/desenho urbano da cidade do Porto, era a falta de praças, pois dentro do espaço amuralhado apenas existiam pequenos largos que resultavam do encontro e cruzamento de ruas, como é o caso do Largo de S. Domingos⁶⁵. Neste contexto, foram várias as tentativas para regularizar o largo, o que reforça a sua importância urbana. Um dos projetos, da autoria de Whitehead, previa uma praça triangular para este local que não só regularizava o espaço como permitia uma melhor perspectiva da fachada da igreja da Misericórdia⁶⁶. Acabou

⁶⁰ REAL, Manuel Luís (1996)(coord.Científica), Porto a Património Mundial, Câmara municipal do Porto, pág. 68.

⁶¹ TAVARES, Domingos, Cidade de Pedra, DAFNE Editora, Pág.169.

⁶² Roteiros Turísticos do Património Mundial- No norte de Portugal, 2012, INCM, pág.22.

⁶³ REAL, Manuel Luís (1996)(coord.Científica), Porto a Património Mundial, Câmara municipal do Porto, pág. 71.

⁶⁴ FERREIRA-ALVES, J. J. B. F. (1988). *O Porto na época dos Almadás : arquitectura, obras públicas*. Câmara Municipal, pág.135.

⁶⁵ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro, in Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, I Série, Vol. IV, pág.148.

⁶⁶ Apêndice 1, Tabela 5- Cartografia

por não ser executado, devido às diversas demolições que teriam de ser realizadas e que os moradores não permitiram⁶⁷.

Assim como se foi mencionando, o alpendre e, por conseguinte, os arcos de S. Domingos, desempenharam um papel fundamental na cidade, enquanto espaço de comércio e de reuniões de assembleias/cidadãos. Pelo valor que foi adquirindo ao longo dos séculos, e ainda mencionado como *o Tribunal da Cidade*. Porém, foram entaipados em 1792, devido a essa parte do terreno ter sido cedida ao Senado pelos frades⁶⁸. Assim, o espaço privado, que até aí cumpria funções públicas, passou a ser encerrado, tornando-se, exclusivamente, interior.

No séc. XVIII, a Rua das Flores começa a ganhar mais destaque. É aqui que se estabelecem ourives a título individual. Acentuando mais o caráter nobre da Rua, com a burguesia que se tinha instalado e a ligação ao comércio de metais preciosos⁶⁹.

No início do séc. XIX, são vários os acontecimentos que marcam a cidade portuense, como é o caso das invasões francesas e a guerra liberal. Durante o cerco do Porto, entre 1832 e 1833, testemunha-se a destruição de parte da zona ribeirinha. Atingida fortemente pelas bombas miguelistas, levou à parcial destruição da parte baixa da cidade e provocou incêndios no Convento de S. Francisco e no Convento de S. Domingos⁷⁰.

Após o Cerco do Porto, surge a oportunidade de a burguesia comercial - que dominava a cidade - tomar as rédeas da renovação urbana que ia suceder. A extinção das ordens religiosas, decretada em 1833, leva ao abandono progressivo dos conventos. Pelas suas dimensões e localização privilegiada, entre outros fatores, estas estruturas tornam-se o local predileto para a instalação de bancos, seguros e sedes de empresas

⁶⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (1997), Formas urbanas do Porto Setecentista: A Praça intramuros, IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, pág.693.

⁶⁸ MARÇAL, Horácio, O Largo de S. Domingos (II), in O Tripeiro, Ano XI .

⁶⁹ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2021), Os Ourives na Rua das Flores: Das oficinas às casas de ourivesaria, um percurso dos séculos XVIII a XX, in História da Arquitetura: Perspetivas temáticas (III) A Rua nas estrutura urbana, CITCEM, pág.29/30.

⁷⁰ RAMOS, Luís A. de Oliveira (coord. científica) (1994). *História do Porto*, Porto Editora, 3ª edição, Pág.383/384.

comerciais. Surge uma nova área, ocupada sobretudo por entidades que refletem o poder mercantil e financeiro. Nomeadamente, a Associação Comercial do Porto⁷¹.

Em 1835 inicia-se a construção da Rua Ferreira Borges que vai ligar a Rua de Belomonte e o Largo de S. Domingos à Rua dos Ingleses⁷².

Em 1842, a Associação Comercial do Porto instala-se no abandonado Convento de S. Francisco e inicia-se um plano de obras que leva à construção do Palácio da Bolsa⁷³. Efetua-se uma evolução estrutural nesta zona ribeirinha, passando pela afirmação de uma rica burguesia mercantil e pela apropriação dos bens do clero que tinham sido nacionalizados e vendidos em hasta pública⁷⁴. Aquilo que era o coração comercial da cidade, passa a ser uma área urbana de vocação económica, com a instalação de instituições representativas da burguesia mercantil e da economia oitocentista⁷⁵. Ainda durante esta transformação, dá-se a construção da ponte pênsil, em 1843, que estabiliza as ligações com a margem sul do Douro, são criados novos arruamentos que facilitam a circulação ascendente e é construída uma nova Alfândega no areal de Miragaia em 1861⁷⁶.

Com o aumento da população e a expansão da cidade, era indispensável a criação de novas ruas, surgindo, então, a da Restauração e Mouzinho da Silveira. Bem como a conceção de jardins públicos burgueses que marcam o romantismo de oitocentos, como os jardins do Palácio de Cristal, a Praça do Infante D. Henrique em frente ao Mercado Ferreira Borges e a Cordoaria⁷⁷.

Em 1903, é inaugurada a Estação de S. Bento, onde antes se encontrava o Convento de São Bento de Avé Maria, surgia o símbolo arquitetónico da renovação do centro da cidade. Para além de organizar o espaço à sua volta, estabilizou-se uma rede de transportes públicos e inicia-se a transferência da antiga baixa da cidade, junto ao

⁷¹ Idem, Pág.384.

⁷² Património Imóvel, Mercado Ferreira Borges, consultado em <https://imovel.patrimoniocultural.gov.pt/detalhes.php?code=74815>, no dia 19 de Maio de 2025.

⁷³ RAMOS, Luís A. de Oliveira (coord. científica) (1994). *História do Porto*, Porto Editora, 3ª edição, Pág.384.

⁷⁴ REAL, Manuel Luís (1996) (Coord. Científica), *Porto A Património Mundial*, Câmara Municipal do Porto, Pág.72.

⁷⁵ Apêndice, Tabela 5- Cartografia.

⁷⁶ Idem, Pág.74.

⁷⁷ Idem, Pág.76.

Douro, para a parte alta. Ainda nesta altura a muralha *dita* fernandina continua a ser desmantelada, acontecimento que já se tinha iniciado na época dos Almadás. Marcando a passagem de vila medieval a uma nova era da cidade, que se prolongou entre o séc. XIX e XX⁷⁸.

Em suma, o Largo de S. Domingos sempre foi um polo urbano notável, devido ao fato de ser uma zona de ligação de diversas ruas importantes. Com o objetivo de ligar a vida da cidade, para a parte norte, juntamente com a Rua das Flores. O que se veio a acentuar com a instalação da Estação de S. Bento.

A instalação da Caixa Filial do Banco de Lisboa no Convento de S. Domingos

É neste contexto de instalação de entidades relacionadas com o poder económico (na primeira metade de oitocentos), que a Filial do Banco de Lisboa chega à cidade portuense.

A abertura desta filial na cidade invicta justifica-se por esta ser um «*notável centro de actividade comercial*», por causa da afirmação do mercantilismo que se intensifica com o Cerco do Porto, como já foi mencionado. Assim, para averiguar a viabilidade da presença de uma filial nesta cidade é enviado ao Porto um funcionário superior do Banco, Joaquim Pereira Pinto⁷⁹.

Em 1825 são vários os edifícios que se visitam pela sua disponibilidade de acolhimento da Filial. No entanto, é o Convento de S. Domingos que se destaca, pois uma parte da área conventual encontrava-se desocupada e pelo facto de se ter conseguido baixar a renda pedida inicialmente pelos frades. O Convento de S. Domingos ficava, portanto, numa zona onde estavam instaladas várias instituições comerciais importantes como a Alfândega Real e a Feitoria Inglesa. Próximo está também a Rua das Flores - extremamente importante no comércio de materiais preciosos e pela instalação da burguesia⁸⁰. Mais tarde, juntam-se outras instituições, dando mais valor a esta zona, como é o caso do Banco Comercial do Porto, a Associação Comercial do Porto (inspirada

⁷⁸ Roteiros Turísticos do Património Mundial- No norte de Portugal, 2012, INCM, pág.94.

⁷⁹ Revista Interna do Banco de Portugal, nº4 (mencionada na pág.38).

⁸⁰ Idem, nº4.

na Feitoria Inglesa), a Bolsa dos Mercadores, o Mercado Ferreira Borges e ainda a instalação do Instituto de Vinhos do Porto, no que é a atual Casa da Companhia.

Após a confirmação do local para instalação da Filial e a aprovação da sede de Lisboa, em abril é realizada a escritura dos dormitórios do Convento de S. Domingos, entre o Banco de Lisboa e os frades dominicanos. Uma das primeiras coisas a fazer, conforme se menciona na correspondência, são obras de ajustes, de forma a proporcionar uma maior segurança na utilização do edifício.⁸¹ Após estes ajustes, a Caixa Filial do Banco de Lisboa abre no dia 1 de agosto de 1825⁸².

É importante realçar que o edifício vai ao encontro do modelo de casa nobre, definida por autores como Jaime-Ferreira Alves, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano. A casa nobre começa a surgir no Porto em oitocentos e não se destina exclusivamente à habitação: reflete a ascensão da burguesia e as suas ligações ao poder económico. E sendo a Filial do Banco de Lisboa uma entidade com ligação ao capital financeiro, identificamos uma necessidade comum à burguesia mercantil, através de uma arquitetura representativa, na tradição tipológica da casa nobre urbana- como um ato de se impor e afirmar na construção da sua sede no Porto.

A fachada principal apresenta uma composição simétrica, destacando-se pela sua expressão neoclássica. A organização dos seus elementos remete-nos para o modelo da Casa Nobre, adaptando-se à escala e representatividade exigidas, à época, por esta instituição financeira. O edifício desenvolve-se em três níveis bem definidos: piso térreo, mezzanines e piso nobre. Com um desenvolvimento horizontal, que dá origem a uma fachada longa, apresenta uma forte presença urbana, sendo a fachada articulada por pilastras pouco salientes e, nos níveis inferiores, por uma sucessão de arcos em cantaria que criam um ritmo contínuo e equilibrado. No piso térreo, a altura dos vãos acompanha a pendente da rua, diminuindo progressivamente na direção Norte-Sul. O sobrepiso, de menor altura, possui janelas retangulares alinhadas com os vãos inferiores. O piso superior é pontuado por janelas de sacada, com guardas em ferro nos vãos dos extremos laterais e no central. O frontão acentua a verticalidade do eixo central do edifício que

⁸¹ Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Registo de correspondência expedida para a Sede. 1824-1846. PT/BP/BL-PORTO/017, carta nº 48 e nº55.

⁸² Apêndice 1, Tabela 8-Cronologia.

começa com o portão de entrada, e segue a eixo pela janela de sacada do piso nobre, reforçando a simetria do edificado. No remate do edifício, apresenta-se uma balaustrada contínua⁸³.

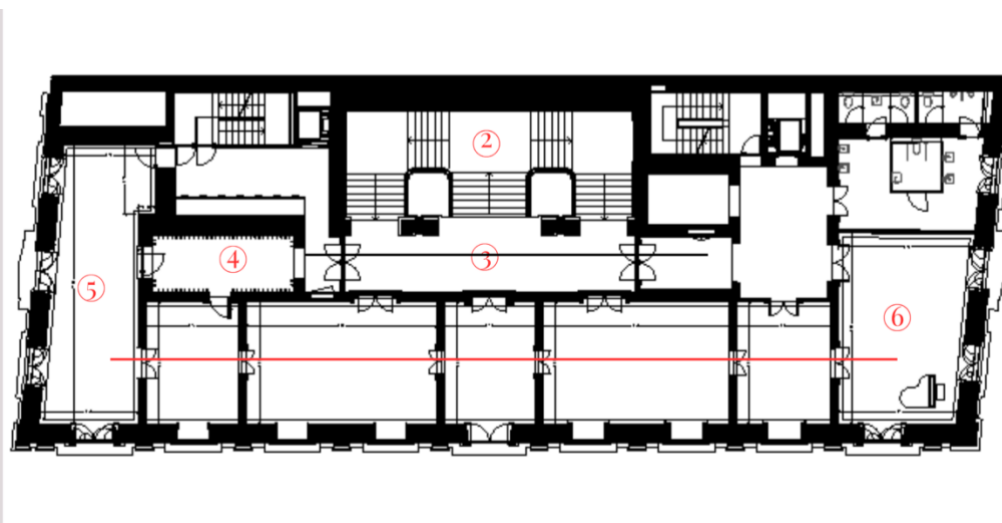


Figura 2- Palácio das Artes-planta do piso superior. Assinalam-se os vários pontos do percurso da visita guiada.

Interior

Passando para o interior do edifício, podemos notar que a sua estrutura segue o modelo das casas nobres do séc. XIX, assim como é mencionado pelos autores antes enunciados. A casa nobre é um tipo de edifício geralmente composto por um rés-do-chão e um andar nobre. As suas dimensões não muito reduzidas, mas também não suficientemente grandes para serem consideradas palácios. As escadarias são o elemento principal que permite a organização de todo o espaço. Apresentam geralmente uma maior variedade de elementos decorativos, bem como o desenvolvimento com lanços de escadas que divergem⁸⁴.

Como se pode observar há uma grande acentuação no que diz respeito à pendente⁸⁵ do primeiro lanço de escadas, isto devido ao facto de que a escadaria ter

⁸³ Apêndice. 1, Tabela 6-Fachada.

⁸⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime (2001), A casa nobre no Porto na época moderna, Inapa, Lisboa, pág. 18.

⁸⁵ Inclinação.

sido pensada de forma a adaptar-se ao que existia no rés-do-chão do edifício, que estava ocupado por espaços comerciais que os frades alugavam.

Esta grande escadaria de aparato foi construída entre 1865 e 1875, com a exceção da escada em pedra, cuja construção é ainda mencionada na correspondência sobre as obras de adaptação em 1825. Até então, a escada era de madeira⁸⁶. À medida que vamos subindo, conseguimos perceber que este edifício se implanta num lote estreito. Isto devido ao facto de o Banco de Portugal, em 1865⁸⁷, ter adquirido somente o lote onde se encontravam os dormitórios, e por conseguinte, onde já estava instalada a filial. Pois, após a extinção das ordens religiosas e a expropriação dos seus bens, o terreno do antigo Convento⁸⁸, foi dividido em lotes e colocado à venda em hasta pública⁸⁹. As restantes parcelas de terreno do convento foram cedidas para a construção de habitações e do Mercado Ferreira Borges, inaugurado em 1885⁹⁰.

Temos conhecimento das obras realizadas no edifício através da consulta de documentação inédita, consultada no arquivo do Banco de Portugal, de que destacamos o relatório da visita feita pelo presidente da Direção, José Lourenço da Luz, no dia 12 de julho de 1871. A visita foi acompanhada pelo Mestre de obras Paulo Barbosa⁹¹.

O edifício é descrito com uma escada no centro, com lanços de cantaria, tetos estucados e um novo portão de ferro, pois os antigos do convento tinham sido demolidos⁹².

⁸⁶ Com a exceção da escada em si, pois na correspondência do dia 3 de Junho de 1825 sobre as obras antes da abertura da Filia, é mencionado que como se acrescentou uma parede para sustentar o segundo lanço de escadas, é possível fazer a escadaria em pedra que até aí era de madeira.

⁸⁷ Apêndice 1, Tabela 8- Cronologia.

⁸⁸ A 19 de Novembro de 1846, resultado da união do Banco de Lisboa e da Companhia Confiança Nacional, surge o Banco de Portugal. E com isto, a Caixa Filial herdou as responsabilidades da antecessora.

⁸⁹ BANCO DE PORTUGAL (2009), Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico. «Filial do Banco de Portugal no Porto», nº2, ano 2.

⁹⁰ Idem, Ibidem.

⁹¹ Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Departamento do Serviço de Obras. Processo de manutenção ou beneficiação de edifícios das delegações. Informação da direção do Banco de Portugal do resultado da sua visita feita à Caixa Filial da cidade do Porto no dia 12 de Julho de 1871. 1871. [Documentação não tratada].

⁹² Idem, Ibidem.

O andar nobre, não por habitação mas por funcionalidade de uma instituição com poder monetário, é então onde estavam instalados os escritórios e outras repartições da filial.

Patamar central da escadaria

Encontramo-nos no patamar central da escadaria, de onde partem dois lanços laterais divergentes, mais curtos, que conduzem ao piso superior. Em ambos os lados do patamar intermédio, nos muros, vemos dois arcos cegos em cantaria, um de cada lado. Segundo o que consta nas plantas das obras de 1898⁹³, realizadas neste edifício, pelo Banco do Portugal, o arco que está no lado do alçado poente, daria para o saguão. Enquanto isto, o que se encontra no lado do alçado nascente (Rua Sousa Viterbo), foi criado com o intuito de dar simetria visual ao patamar.

Além disto, como já foi mencionado, as grandes escadarias das casas nobres são o elemento mais desenvolvido, comumente, realizadas com um grande aparato. Concebida para ser uma grande entrada e para tal, como podemos observar temos um estuque que cobre o teto deste patamar, nobilitando-o.

O estuque é neoclássico⁹⁴, branco, com uma composição marcada pela grande presença de elementos vegetalistas, rendilhados e arabescos. No entanto, realçam-se alguns motivos que remetem para um tema marítimo. No seu interior, na cúpula, estão presentes volutas, e ainda nos conjuntos que a ladeiam, conseguimos observar um brasão com uma âncora e um caduceu. Este remete para o deus Mercúrio, utilizado para representar o comércio⁹⁵. Encontramos outros exemplos da utilização desta figura mitológica como a representação do comércio, nomeadamente no Palacete Silva Monteiro, na Rua da Restauração na zona de Miragaia.

É de evidenciar que os elementos decorativos, não são meramente estéticos, articulam-se para enaltecer a entidade que aqui estava instalada, neste caso o Banco de

⁹³ Apêndice 1, Tabela 7-Plantas.

⁹⁴ Apêndice 1, Tabela 3- Materiais.

⁹⁵ CHAVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain (2010), Dicionário dos Símbolos, Editorial Teorema.

Portugal. Em 1846, passa de Banco de Lisboa a Banco de Portugal com a fusão do Banco de Lisboa e da Companhia Confiança Nacional⁹⁶. Esta entidade é representada pelo medalhão que se encontra sobre o arco da escadaria, no gradeamento de ferro, contém uma alegoria feminina coroada com um diadema, que segura na mão direita uma tábua, onde está escrito «Decreto 19 de Novembro de 1846», fazendo alusão ao decreto e à data em que nasceu o Banco de Portugal. Na mão esquerda encontramos o caduceu que é o emblema de Hermes/Mercúrio e que reforça a ligação ao comércio. Junto do escudo com as armas reais, encontra-se a palavra «Porto», cidade onde está instalada a Caixa Filial do Banco de Portugal^{97 98}.

Seguindo os lanços de escadas divergentes, passamos sob arcos em cantaria coroados por elementos decorativos em pedra. Acedemos a um patamar que faz a distribuição funcional dos espaços, identificado como «*corredor*», tanto na visita realizada pelo Diretor à Filial em 1871, como nas plantas das obras que ocorreram aqui em 1898⁹⁹.

Claraboia

Este patamar de distribuição, ocupa aquilo que é o Piso Nobre, dando acesso aos seus diferentes núcleos funcionais. Quando ainda ocupado pelos frades, estes espaços tinham funções habitacionais que ocupavam esta área. Com a Filial do Banco de Lisboa passaram a ser espaços de escritórios e repartições e agora, sob a gestão da Fundação da Juventude, são utilizados para exposições, palestras, entre outros eventos culturais. É de salientar que, atualmente, a arquitetura do Palácio não permite perceber aquilo que seriam os dormitórios do convento.

O que mais se destaca neste patamar é a claraboia, que foi realizada durante outra grande obra de reformulação que ocorreu em 1898, pela Caixa Filial do Banco de

⁹⁶ Apêndice 1, Tabela 8-Cronologia.

⁹⁷ Não há referências em relação à encomenda deste escudo. Contudo, como representa a origem do Banco de Portugal que foi em 1846, suponho que tenha sido colocado durante as grandes obras de reformulação que ocorreram entre 1865-1875.

⁹⁸ Apêndice 1, Tabela 3-Materiais.

⁹⁹ Apêndice 1, Tabela 7- Plantas.

Portugal, com o condutor de obras públicas¹⁰⁰ Licínio Guimarães¹⁰¹. Este foi um condutor de obras públicas da cidade do Porto¹⁰², no final do séc. XIX e início do séc. XX. Foi autor do primeiro plano de urbanização para Matosinhos Sul, em 1866, incluindo o projeto da Casa da Real Companhia Vinícola (atual Casa da Arquitetura).¹⁰³ Ademais, também trabalhou com a Filial do Banco de Portugal durante vários anos, na qualidade de avaliador de edifícios que seriam hipotecados¹⁰⁴.

A partir do final do séc. XIX, as casas burguesas e as casas nobres do Porto começam a integrar este elemento que se vai tornar característico da paisagem urbana da cidade do Porto, devido ao surgimento da arquitetura do vidro e do ferro¹⁰⁵.

Mais uma vez, com a evolução do modelo de casa nobre, assim como se vê na escadaria inicial do Paço Episcopal, também aqui era imprescindível a colocação deste elemento. As claraboias, também tinham o objetivo de iluminar uma escadaria central. Como se vê neste caso, não havia aberturas diretas para o exterior, resultando desta forma, e sem o apoio da claraboia, a luz natural menos abundante, predominantemente indireta.

Ainda neste patamar do piso Nobre, estava presente um lambril de azulejos-retangulares, da cor azul-bebé, e com 16 cm de comprimento da Fábrica do Carvalhinho, colocados durante a obra de 1898¹⁰⁶. Cobriam parte da escadaria central e

¹⁰⁰ É mencionado como mestre na correspondência da Filial do Banco de Portugal.

¹⁰¹ Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência recebida da Sede - Serviço de Obras. 1898-1978. PT/BP/BP-PORTO/170.

¹⁰² FERREIRA, Nuno Paulo Soares (2017), A arquitectura residencial portuense na primeira metade do século XX. Licenciamento de obras, autores, tipologias e morfologias, Volume II- Apêndices e anexos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pág.167.

¹⁰³ DA SILVA, Elias de Campos Alves, Dinâmicas Territoriais e Evolução Urbana- O caso de Matosinhos. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Pág.102.

¹⁰⁴ Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Registo de correspondência especial expedida para a Sede. 1899-1903. PT/BP/BL-PORTO/120/0001.

¹⁰⁵ DUNÕES, Maria Leonor de Albuquerque (2015), Diálogo entre Pré-existência e Intervenção Contemporânea: Estudo de cinco casas burguesas do Porto, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, pág.57.

¹⁰⁶ Apêndice 1, Tabela 3- Materiais.

prolongavam-se até ao patamar superior¹⁰⁷. Durante a obra de reabilitação foram retirados e doados ao Banco dos Materiais¹⁰⁸.

Em 2005, iniciou-se a obra de reabilitação do edifício, que foi interrompida por sondagens arqueológicas em 2007, e, eventualmente, concluída em 2009¹⁰⁹. A obra foi conduzida pelos arquitetos Alfredo Ascensão e Paulo Henriques. A reabilitação teve como principal objetivo requalificar o edifício enquanto objeto arquitetónico, que passou por várias intervenções ao longo do tempo, sendo que a última – segundo as próprias palavras dos arquitetos responsáveis pela reabilitação – não teve o cuidado em preservar o seu valor histórico. Referimo-nos à obra realizada pela Companhia Seguros «Douro», que se instalou no edifício em 1935¹¹⁰.

Ao longo do patamar, é possível observar sinais das intervenções realizadas no edifício. Exemplo disto são as pedras que se unem nos ângulos do patamar. Aqui conseguimos observar o diálogo entre a pré-existência e a contemporaneidade, observando a pedra em granito. A que se manteve já pertencia ao edifício, cruzando com a pedra calcária de lioz que foi colocada mais tarde. Isto visa proporcionar uma legibilidade do espaço, aproximando-se cromaticamente da pedra já existente, mas de maneira a deixar visível, ao mesmo tempo, que decorre de uma intervenção posterior pela diferenciação de cor dos materiais utilizados. Sabemos que isto é anterior à obra de reabilitação, através da análise de fotos do edifício de 2005.

É hoje possível observar e detetar os elementos inseridos posteriormente, quer com a diferença de material ou coloração, quer com a simplificação da forma.

Outro exemplo encontra-se na continuação de nobilitação do patamar, com molduras e feixes em granito das portas. Porém, há duas, as das extremidades, que se destacam cujas molduras são em madeira e pintadas de branco, estando visível mais uma vez esta diferenciação de materiais e dando assim provas de uma obra posterior.

¹⁰⁷ Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência recebida da Sede - Serviço de Obras. 1898-1978. PT/BP/BP-PORTO/170.

¹⁰⁸ O Banco dos Materiais é um projeto municipal a nível nacional, que promove a salvaguarda dos materiais que caracterizam a imagem da cidade. Os materiais recolhem-se de edifícios degradados, demolidos ou que se encontram em alterações. Isto com o intuito de posteriormente, serem devolvidos à cidade.

¹⁰⁹ Apêndice 1, Tabela 8- Cronologia.

¹¹⁰ Apêndice 1, Tabela 8-Cronologia.

Mas, estas molduras já estavam presentes quando o edifício foi intervencionado, apesar de estarem em mau estado de conservação, pelo que, foram refeitas. O que revela que a entidade que esteve aqui anteriormente, teve este fator em conta.

Cofre

A visita segue em direção ao alçado nascente do Palácio - voltado à Rua Sousa Viterbo -, passando pelo cofre que foi restaurado e mantido no edifício, neste caso ao nível do seu revestimento em metal.

Este cofre representa o clímax da intervenção, no sentido em que um elemento de ferro, com fácies moderna, é mantido e aberto para criar um espaço de circulação e que se destaca por ser diferente do resto do edifício¹¹¹.

Pelo facto de ser uma casa forte de uma Filial do Banco de Portugal, a única entrada era a porta de cofre que também ainda hoje conseguimos ver, que foi mantida. Realizada em 1921 por Joaquim Peixoto Alves & C^a L^a. Pertence a uma fábrica de cofres e fogões que se situava na Rua de Sá da Bandeira¹¹².

Contudo, com a ocupação da Companhia de Seguros «Douro», - a entidade a quem o edifício é vendido após a Filial do Banco de Portugal se mudar para a Avenida da Liberdade, onde ainda se encontra- em 1935, segundo as plantas que foram levantadas em 1978¹¹³, o cofre era utilizado como arquivo. Foram então rasgadas duas portas nas extremidades, confrontantes, para um melhor acesso ao arquivo. Durante a obra de reabilitação recente, este espaço foi mantido como um espaço de circulação, preservando a memória de uma camada da história funcional do edifício.

Esta casa forte, assim denominada também na planta de 1898, poderá ser a que é mencionada na correspondência em 1825. Pois, é mencionada uma casa forte que não tinha janelas e a única luz que dispunha era de quando a porta de entrada era aberta. Com a reabilitação recente, esta sala foi alvo de um projeto de iluminação que procurou

¹¹¹ Apêndice 1, Tabela 3-Materiais.

¹¹² Idem, Ibidem.

¹¹³ Apêndice 1, Tabela 7-Plantas.

acentuar os seus elementos estruturais e que, com os seus efeitos de luz e sombra, contribui para uma leitura cenográfica do espaço¹¹⁴.

A única casa forte que está no andar superior e que não tinha janelas seria esta, proporcionando uma maior segurança pelo facto de não ser acessível pelo exterior e por ter só uma porta. E o que nos leva a assumir que, inicialmente, quando a Filial do Banco de Lisboa se instalou no Convento de S. Domingos, ficou no piso nobre do lado do alçado nascente.

Em 2010, a reabilitação do edifício foi distinguida com o Prémio João de Almada, na sua 13.ª edição. É de realçar que aqui também se pode observar o que foi descrito pelo júri como «exemplo cuidadoso de valorização do património» e «caráter» e dignidade de intervenção», do Prémio João de Almada.

O Prémio João de Almada, em memória/homenagem de João de Almada e Melo, é concedido a edifícios que se destacam pela qualidade arquitetónica após uma obra de reabilitação, tendo como intuito incentivar e favorecer a recuperação dos bens arquitetónicos da cidade do Porto¹¹⁵.

O Palácio das Artes foi reconhecido pela sua singularidade. Sendo um modelo de articulação entre a preservação do passado e adaptação à modernidade¹¹⁶, no qual conseguimos ver as diversas camadas de ocupação do edifício.

Uma das grandes apreciações na entrega deste prémio, é o facto de o projeto/obra manter vivo e presente o passado visitável, sobretudo aquele que mantém potencialidades de reutilização social. Isto, sem excluir a importância cultural, arquitetónica ou histórica do monumento. O que se tem em consideração é a passagem do «silêncio», isto é, do momento de degradação e «adormecimento» do edifício em que este não é utilizado, à intervenção ativa cuja história do edifício é o tema do projeto de autor¹¹⁷.

¹¹⁴ Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Registo de correspondência expedida para a Sede. 1824-1846. PT/BP/BL-PORTO/017, carta nº55.

¹¹⁵ Prémio João de Almada. Consultado em <https://cultura.cm-porto.pt/premios-e-apoios/premio-joao-de-almada>, no dia 12 de março de 2025.

¹¹⁶ Resultados da 13ª edição do Prémio João de Almada, 2010. Consultado em <http://www.oasrn.org/concursos.php?pag=noticia&id=35>, no dia 12 de março de 2025.

¹¹⁷ Prémio João de Almada- 25 anos (2013), Caleidoscópio, pág.8.

Sala Rua Sousa Viterbo - A Fundação da Juventude e o seu papel na reabilitação do Centro Histórico do Porto

Atravessando pelo cofre chegamos à sala que se encontra no ângulo do alçado nascente do edifício.

Como se pode observar ao longo da visita, o edifício dispõe de um pé direito alto, típico das casas nobres da cidade. Apesar disso, nem sempre foi assim, pois, durante a ocupação pela Companhia de Seguros «Douro» foram introduzidas aqui lajes de betão, sensivelmente a meia altura das janelas. Isto ocorreu em todos os compartimentos com a exceção da sala central¹¹⁸ que iremos ver mais à frente¹¹⁹. Isto explica-se talvez com o intuito de criar mais compartimentos para um maior aproveitamento funcional do espaço.

O arquiteto Alfredo Ascensão, na entrevista realizada no dia 31 de janeiro de 2025, menciona que o primeiro impacto que teve do edifício foi de que este era um autêntico labirinto - no sentido em que um labirinto não tem uma sequência lógica de percurso e mesmo o arquiteto Alfredo Ascensão mencionou que quem não conhecesse ou não tivesse já um conhecimento prévio de como era o edifício no interior, ficaria perdido. Isto devia-se a acrescentos sem lógica, feitos de uma forma orgânica e sem planeamento. O interior encontrava-se completamente adulterado. Destacou ainda que quase todos os andares que têm um pé direito muito alto, estavam divididos em dois níveis com uma laje de betão. Além disto, nestas divisões, tinham sido construídos complexos sistemas de escadas, elevadores e monta-cargas, gerando ainda mais confusão na circulação e aumentou os riscos em termos de falta de segurança e acessibilidades¹²⁰.

¹¹⁸ Segundo as plantas da Companhia de Seguros «Douro», esta sala funcionava como secretaria.

¹¹⁹ Entrevista realizada ao Arquiteto Alfredo Ascensão/ Prémio João de Almada- 25 anos (2013), Caleidoscópio, pág.32.

¹²⁰ Entrevista ao Arquiteto Alfredo Ascensão.

Através das janelas, viradas para o Largo de S. Domingos, conseguimos visualizar várias claraboias nos edifícios, que como já se tinha mencionado, acabaram por se tornar um elemento funcional e decorativo nas casas do Porto.

Ainda aqui no Largo, vemos a última obra de Alberto Carneiro, inaugurada em 2018, «Três metáforas de árvores para uma árvore verdadeira». Trata-se de um conjunto constituído por três árvores de granito, uma oliveira e uma pequena delimitação com relva. No que corresponde aos «troncos» das árvores em granito, encontramos as palavras «Vida» e «Arte», temas bastante comuns na obra do escultor. Esta obra integra o Mapa de Arte Pública do Porto¹²¹. O que reflete que o Largo se mantém em transformação contínua e relevante.

Fundação da Juventude

A Fundação da Juventude adquire o imóvel em 2001 e é realizada a obra, sendo inaugurado em 2009. A missão primordial da Fundação da Juventude é promover a adaptação dos jovens à vida ativa e profissional. Para este propósito o edifício tem a função de ser um espaço de encontro entre artes, cultura, jovens e comunidade, com a conceção de ateliers, residências artísticas, salas polivalentes e multidisciplinares indo ao encontro destas ambições¹²².

Desta forma, como proprietária do edifício e responsável pela sua reabilitação, a Fundação demonstrou o compromisso com a valorização do Património cultural em articulação com o novo projeto que pretendia incitar a arte e a cultura entre jovens. Com isto, concedeu uma nova funcionalidade ao que era o «Edifício Douro», ligando-o ao futuro através da formação e do apoio à criação artística, sob o nome de «Palácio das Artes-Fábrica de Talentos».

Além do intuito de utilizar o Palácio das Artes como um polo de criatividade, também se liga ao objetivo de revitalizar o bairro Ferreira Borges. A par do turismo

¹²¹ Obra de Alberto Carneiro inaugurada este sábado no largo de São Domingos. Consultado em <https://www.ipn.up.pt/2018/05/11/obra-alberto-carneiro-inaugurada-sabado-no-largo-sao-domingos/> no dia 12 de Março de 2025.

¹²² Fundação da Juventude. Consultado em <https://www.fjuventude.pt/pt/sobre-nos> no dia 25 de Fevereiro de 2025.

e do Rio Douro, a Fundação da Juventude era parte integrante da estratégia para o desenvolvimento cultural, social e económico do Centro Histórico do Porto, sendo de extrema importância atual neste território, inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO¹²³.

A revitalização do Centro Histórico

Recuperando o ponto de contextualização histórica onde se ficou no início da visita, sobre o desenvolvimento e modernização da cidade no séc. XX, houve uma influência na dinâmica e vivência da rua no que é hoje o Centro Histórico do Porto. Com a expansão urbana de outras áreas da cidade, na qual se construíram novos modelos de habitação, verificou-se um esvaziamento paulatino do centro da cidade; além disso, as grandes instituições financeiras e decisoras já estavam há décadas instaladas na zona dos Aliados¹²⁴. Algo que se veio a alterar após a qualificação do CHP.

O processo de revitalização do Centro Histórico do Porto, intensificou-se com a CRUARB- instituição ativa desde 1974 a 2003. A 5 de Dezembro de 1996, assinalou-se um marco importante com a aprovação pela UNESCO da inscrição na lista do Património Mundial da Humanidade. Após este ato, dá-se continuidade ao já longo processo de reabilitação e revitalização do mesmo.¹²⁵ É na base da classificação do CHP como uma área de diversos valores urbanísticos e socioeconómicos, que é criada a Sociedade de Reabilitação Urbana, Porto Vivo. Esta entidade surge com a missão de conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense¹²⁶.

É neste contexto que a Fundação da Juventude adquire o imóvel e elabora o plano para o Palácio das Artes-Fábrica de Talentos, contribuindo para a revitalização do CH, mas também preservando o património da cidade.

¹²³ LOZA, Rui (2008), O «Palácio das Artes, Fábrica de Talentos» e a reabilitação urbana, in Revista Fábrica de Talentos, nº1, pág.9/10.

¹²⁴ TOURINHO, Ana Cecília Lage (2017), A construção do espaço a partir da mobilidade consciente- -o caso da Rua das Flores, Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Pág. 48.

¹²⁵ Plano de Gestão Centro Histórico do Porto Património Mundial, Câmara Municipal do Porto, Porto Vivo, SRU, pág.21.

¹²⁶ Idem, pág.68.

Nesta fase da intervenção, o CHP estava dividido em quarteirões com intervenções programadas, estando o Largo de S. Domingos e o Edifício Douro incluídos no Eixo Mouzinho/Flores. Com o objetivo de promover a re-habitação, a revitalização do comércio, o dinamismo de cultura e o turismo, em 2004, o Palácio dos Ferrazes, na rua das Flores foi adquirido para a sua transformação em Hotel, abrindo também a possibilidade de instalação de negócios ligados a indústrias criativas. Este fato terá impulsionado também a mudança do Palácio das Artes da rua das Flores para o Largo de São Domingos¹²⁷.

O Eixo Mouzinho/Flores, em 2014, integrou a área abrangida pelo projeto de requalificação do espaço público, incluindo infraestruturas, uma via de circulação somente pedonal sem a adesão de uma linha de elétrico- normalmente, muito apreciadas por turistas. Pretendia-se renovar a imagem da Rua das Flores, que à época era vista como perigosa e abandonada, tornando-a no que é hoje, com um espaço de comércio ativo, a valorização e preservação do património- como estava a acontecer com diversos edifícios que estavam a ser reabilitados (ex. Palácios dos Ferrazes) e que albergaram instituições voltadas para o turismo, como por exemplo hotéis. Destacaram-se instituições que colaboraram e que estavam e estão no quarteirão, como a Fundação da Juventude, com estratégias de criação de empresas novas, o Museu da Santa Casa da Misericórdia e o renovado Circuito do Vinho do Porto na Casa da Companhia¹²⁸.

Para uma experiência do espaço nos dias de hoje, com a realização de feira franca, passamos então pelo mercado. Aqui, eram onde estavam instalados os espaços funcionais da Caixa Filial do Banco de Portugal.

Próxima sala:

Está presente uma lareira, que se encontra entaipada, mas que já estava identificada na planta de 1898da Filial do Banco de Portugal. Hoje está oculta devido às

¹²⁷ Plano de Gestão Centro Histórico do Porto Património Mundial, Câmara Municipal do Porto, Porto Vivo, SRU, pág.73.

¹²⁸ BARBOSA, Jorge Ferreira (2015), Reabilitação do Património, cidade do Porto, estratégias e factos- Rua (Stª Catarina) das Flores, in Revista Arquitetura Lusíada, nº7, pág.188.

exposições que são realizadas nas salas, sendo uma intervenção potencialmente reversível.

Era nestas três salas que passamos que estavam os guichets - sendo possível ilustrar esta ocupação com documentação/desenhos da época.

Como se pode observar na ilustração:

[Mostrar ilustração seguinte, da obra de 1898 ao encargo de Licínio Guimarães e cujo projeto se encontra assinado pelo próprio.]

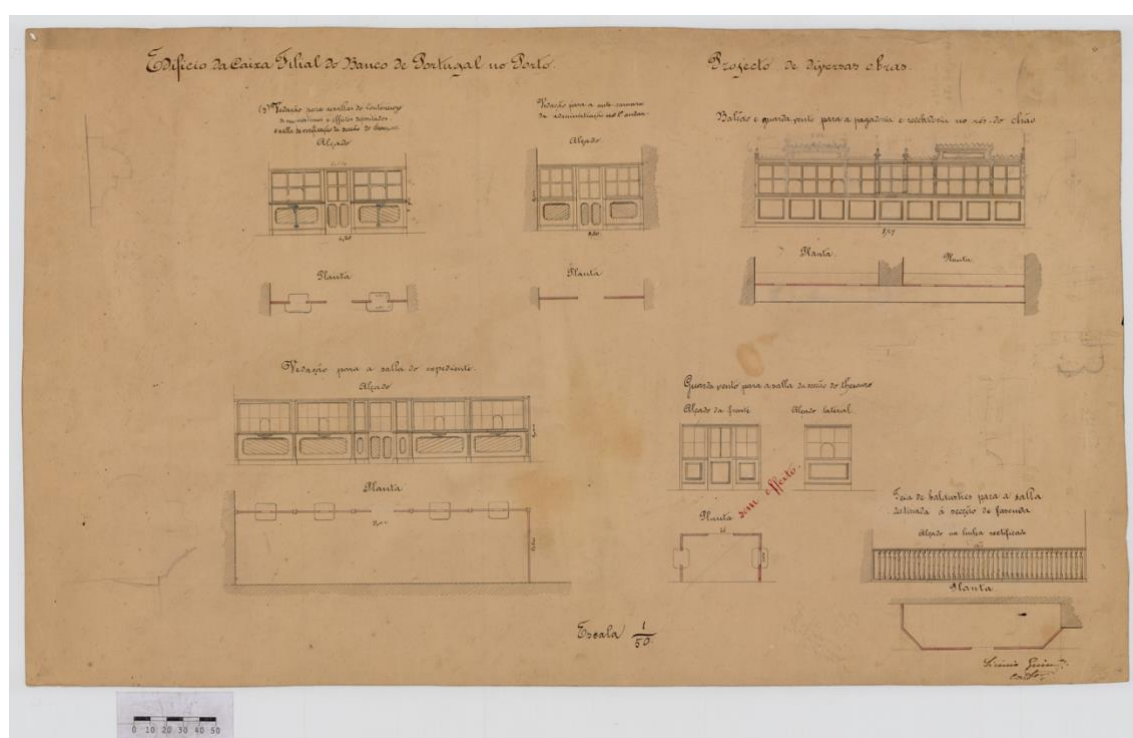


Figura 3- Projeto de diversas obras, das quais os guichets mencionados no guião de visita.

1898. PT/BP/OB/PD/PORTO/000077

Sala Central:

A sala central, do piso nobre, era a única que manteve o pé-direito original, sem a introdução de uma laje de betão. Foi utilizada como secretaria da Companhia Seguros «Douro».

Sala Rua Ferreira Borges:

Aqui reforçamos a instalação de um conjunto de instituições que contribuíram para a dinâmica económica e comercial desta zona, como o Instituto dos Vinhos do

Douro e do Porto, o Mercado Ferreira Borges e ainda o Palácio da Bolsa que conseguimos ver neste ângulo do alçado nascente, testemunhos da vitalidade/importância económica e simbólica desta área da cidade do Porto.

[Saudação final/ agradecimento]

Dou por terminada a visita, espero que tenham gostado e obrigado.

4.1.3. Realização da visita guiada e constrangimentos

A visita guiada decorreu no dia 29 de março de 2025 (Registos fotográficos nas figuras 31,32 e 33), no âmbito das celebrações do Dia Nacional dos Centros Históricos, assinalado anualmente a 28 de março¹²⁹ (Figura 30). Este dia celebra-se a 28 de março, desde 1993, cuja data está ligada ao nascimento de Alexandre Herculano (28 de março de 1810), figura da cultura portuguesa que lutava a favor da salvaguarda do património¹³⁰.

A ação foi concebida como um exercício de mediação cultural, com o objetivo de partilhar com a comunidade a história do Palácio das Artes, articulando os resultados da investigação desenvolvida durante o estágio com a valorização do património envolvente.

A participação na visita era gratuita, mediante inscrição prévia através de um formulário disponibilizado no site da Fundação da Juventude. Foram registadas 22 inscrições, tendo comparecido apenas 9 pessoas no dia do evento.

O guião foi estruturado para uma duração aproximada de uma hora e o percurso programado e testado no dia 29 de março seguiu a seguinte sequência:

¹²⁹ Link do Dia Nacional dos Centros Históricos, 2025: <https://museudoporto.pt/recurso/dia-nacional-dos-centros-historicos-2025/>

¹³⁰ Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico. Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses. Consultado em: <https://www.apmch.pt/dia-dos-centros-historicos>

Tabela 3 - Organização do guião de visita

Etapa	Local	Conteúdo abordado
1	Exterior-Largo de S. Domingos	• Enquadramento histórico sobre o espaço urbano envolvente • Leitura da fachada principal do edifício (Norte)
2	Interior - Escadaria	• Introdução à leitura global do edifício. Observação da escada e da sua pendente como reflexo das condicionantes da implantação
3	Patamar central	• Elementos arquitetónicos da casa nobre • Considerações sobre a organização funcional do edifício
4	Patamar da claraboia	• Obras de intervenção pelo Banco de Portugal • Intervenção recente: Demonstração de diferenciação pelos materiais
5	Casa-Forte	• Abordagem às fontes documentais consultadas, nomeadamente a correspondência • Referência à ocupação pós-conventual do edifício (em que estava instalado somente numa parte)

6	Sala da ponta do Alçado Poente	• Obra de reabilitação levadas a cabo de 2005 a 2009 • Ocupação do edifício pela Companhia Seguros «Douro»
7	Passagem pelo mercado até à sala última sala do alçado nascente	• Experiência performativa do espaço¹³¹ • Término da visita

Apesar da estrutura definida, a realização da visita enfrentou constrangimentos significativos, resultantes da sobreposição com eventos em simultâneo no Largo de S. Domingos e no próprio edifício (mercado a decorrer).

A visita iniciou-se às 14:35, no exterior do edifício, junto à entrada principal voltada para o Largo de S. Domingos. Aqui, foi apresentado um enquadramento histórico do largo e da sua importância na evolução urbana da cidade do Porto. Eram vários os eventos que estavam a ser realizados no Largo/ Rua das Flores, devido à própria atividade turística do local e às celebrações que estavam a ocorrer do Dia Nacional dos Centros Históricos, o que causou alguns constrangimentos que dificultaram o fluir da visita, conforme planeado. Tendo em conta as dificuldades em reunir a atenção dos visitantes, no exterior, a informação foi sintetizada abordando apenas alguns pontos essenciais para compreender a importância e a evolução do local.

Durante o percurso, o grupo foi interrompido pela circulação de pessoas externas, o que levou a momentos de dispersão e dificuldades de escuta. Foi necessário solicitar aos visitantes que se aproximassem da mediadora, para manter a comunicação eficaz. Algumas participantes chegaram com atraso e uma das visitantes optou por não preencher o inquérito de avaliação (ver apêndice 2) -dado no final da visita- por não ter assistido à totalidade da mesma. Importa ainda mencionar que uma das visitantes veio ter com a mediadora para expressar o seu descontentamento com a sobreposição de

¹³¹ SMITH, Laurajane (2023), O discurso autorizado do património e a fabricação do Património Cultural em contextos contemporâneos, *Confluências culturais*, v.12, nº2, pág.122-135.

eventos no espaço, que dificultou a audição integral da visita, tendo também deixado esse comentário por escrito, no formulário.

Apesar dos constrangimentos assinalados, a visita permitiu testar o guião como ferramenta de mediação cultural, alertando para a ausência de visitas guiadas regulares no edifício e reforçando a importância de estruturar narrativas interpretativas que possam ser acessíveis e replicáveis para públicos diversos.

O guião demonstrou ser um instrumento flexível, adaptável a diferentes contextos e públicos, sendo utilizado em mais duas visitas organizadas a pedido da própria Fundação da Juventude: uma realizada no dia 1 de abril (para um grupo de filantropos) e outra no dia 8 de abril (para um encontro dos fundadores). Ambas tiveram uma duração mais reduzida (cerca de 20 minutos). Deste modo, ficou também demonstrada a possibilidade de utilizar este recurso em vários campos. Pois, destaque-se, mais uma vez, que foi realizado um guião extenso com o intuito de se efetuar uma visita alargada ao Palácio. Contudo, este também pode ser ajustado como solução a diferentes fatores, entres os quais; o tipo de público, o interesse do público, tempo de visita, entre outros constrangimentos. Isto vai ao encontro ao que é indicado pela Carta ICOMOS (2008):

*6. Incentivar a participação e a inclusão social na interpretação dos sítios culturais, facilitando a participação ativa das comunidades interessadas e dos agentes implicados no desenvolvimento e implementação de programas de interpretação.*¹³²

A construção do guião teve em conta a diversidade do público, de todas as idades, procurando um equilíbrio entre clareza do discurso e a profundidade da informação. Esta preocupação está também relacionada com os níveis de «apresentação-interpretação» propostos por Figueira, que vão desde a iniciação à investigação especializada, reforçando a importância da adaptação da linguagem ao público-alvo¹³³. A adaptação da linguagem e o grau de complexidade do discurso oral foram ajustados em função do público generalista a que a visita se destinava.

¹³² Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais, ICOMOS (2008), pág.2.

¹³³ Figueira, Luís Mota (2013), Manual para a elaboração de Roteiros de Turismo Cultural, Instituto Politécnico de Tomar, pág.26-27.

E, assim, como se menciona na Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais (2008):

Os programas e atividades de interpretação devem, igualmente, ser documentados e arquivados para servir de referência e de reflexão do futuro.

Também este guião será guardado, podendo ser utilizado para o futuro.

No panorama nacional, muitas das práticas de mediação cultural - como visitas guiadas e workshops - são direcionadas sobretudo para o público escolar, especialmente crianças e jovens. Isto, porque, assim como menciona Cátia Oliveira, o Plano Nacional das Artes, baseado nos princípios da Carta do Porto Santo, procura promover a participação ativa, aproveitamento e criação cultural para todos os ciclos de estudo. Este incide sobretudo em crianças escolar e jovens, com o intuito de democratizar o acesso à arte e cultura¹³⁴. Tome-se como exemplo:

- Mosteiro São Martinho de Tibães com visitas destinadas a agentes educativos, peças de teatro para crianças, várias atividades destinadas ao público entre os 4 a 10 anos, como «Caminha, Procura e Observa...os cogumelos», «Alice no Mosteiro das Maravilhas de Tibães». Mas ainda com uma ou outra atividade para séniores, como «Contadores de histórias. Visita guiada».¹³⁵;
- Museu Nacional Soares dos Reis com oficinas e visitas orientadas para os vários ciclos de ensino, através do Serviço Educação e ainda para Universidades e Academias Séniores¹³⁶ ;
- Museu de Serralves, com mediação sensorial, ateliers criativos e ações específicas para o ensino pré-escolar, básico e profissional¹³⁷.

¹³⁴ OLIVEIRA, Cátia (2025), Mais Património, et. al- Laboratórios de Educação para o Património nos territórios de São Pedro da Afurada e Aguda (V.N. Gaia), Porto: Tese apresentada à Faculdade de Letras, Pág.289.

¹³⁵ Mosteiro de Tibães, serviço de educação. Consultado em <https://www.mosteirodetibaes.gov.pt/servicos/servico-educacao/>

¹³⁶ Museu Soares dos Reis. Programa educativo. Disponível em <https://mnsr.museusemonumentospt.pt/wp-content/uploads/2024/08/Programa-educativo-MNSR-24-25.pdf>

¹³⁷ Fundação de Serralves. Serviço educativo. Disponível em: <https://www.serralves.pt/ciclo-serralves/servico-educativo-2/>

Esta tendência dominante de orientação escolar resulta de políticas públicas que valorizam a articulação entre instituições culturais e o sistema educativo. A Carta de Porto Santo (2021) reforça esta perspetiva ao reconhecer que:

17. Reconhecer que as instituições culturais são territórios educativos e que as instituições educativas são polos culturais, promovendo a articulação de ações e projetos entre elas de forma estruturante e continuada.

Apesar de já existirem várias iniciativas de mediação, muitas delas têm-se centrado em públicos jovens e séniores, o que limita o desenvolvimento de outras propostas para outros géneros de públicos. A visita aqui proposta pretende colmatar essa lacuna, com uma abordagem acessível, envolvente e rigorosa, que valoriza a complexidade do património. Esta iniciativa é também resultado do interesse da Fundação da Juventude em relação a estas atividades que dão a conhecer a história do edifício e que concebem aqui o elo entre o património e o visitante.

A realização deste guião constituiu uma experiência desafiante e enriquecedora. Permitiu consolidar competências de investigação, de interpretação e de comunicação.

O guião tem potencial para ser utilizado tanto em visitas formais como em formatos educativos ou culturais mais alargados. No futuro, poderá ser complementado com suportes visuais, versões adaptadas a diferentes públicos ou a conteúdos mais interativos ou até mesmo conteúdos gráficos, permitindo ampliar a sua eficácia comunicativa e pedagógica.

4.2. Protótipo de Roteiro

No âmbito da preparação da visita guiada e inserido no trabalho de mediação desenvolvido durante o estágio curricular, foi concebido um roteiro destinado a funcionar como um recurso autónomo para os visitantes não acompanhados. Esta ferramenta de mediação tem como objetivo não só orientar a visita *self-guided*, mas também constituir-se como uma «memória futura» da experiência, consolidando e refletindo o novo conhecimento produzido. A proposta surge da necessidade de conceber formas alternativas de aproximação entre o público e o edifício, garantindo o

acesso à cultura, memória e ao património, mesmo na ausência de um mediador presencial.

Concebido como um produto de mediação cultural acessível, o roteiro procura tornar legível a complexa história de ocupações do Palácio das Artes:

*A interpretação pública de um sítio cultural deve distinguir e datar, com precisão, as sucessivas fases da sua evolução mostrando as diversas influências recebidas. Devem ser respeitadas as várias contribuições históricas para o significado do sítio*¹³⁸.

Embora derive da mesma base de conhecimento e da metodologia de *storytelling* utilizados no guião, o roteiro foi adaptado a um formato visual, sintético e versátil, com linguagem clara e apoio infográfico, pensado para públicos diversificados.

O percurso segue o mesmo itinerário da visita guiada, mas foi reorganizado de forma não-linear, permitindo uma leitura modular e autónoma. Cada secção funciona de forma independente, dando liberdade ao visitante de construir o seu próprio trajeto de exploração. Contudo, condicionado pelo espaço de circulação acessível ao público.

Os conteúdos de cada página são enriquecidos com caixas de texto explicativas, imagens de apoio, plantas e gravuras da grande obra de 1898 - cedidas pelo Arquivo do Banco de Portugal - que auxiliam na leitura do edifício e do seu meio urbano envolvente. Estes elementos visuais reforçam a capacidade interpretativa do documento, contribuindo para a contextualização histórica e arquitetónica do imóvel.

A estrutura do roteiro inclui as seguintes secções:

- Índice: facilita a consulta rápida dos tópicos;
- Nota de apresentação: Introdução ao propósito do roteiro e à relevância do edifício como objeto de mediação cultural;
- Cronologia: Linha temporal da ocupação do edifício, com base na investigação desenvolvida ao longo do estágio;
- O Palácio das Artes e a cidade do Porto: contextualização da localização, no Largo de S. Domingos;

¹³⁸ Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais, ICOMOS (2008). Princípio 7, pág.5.

- O Porto medieval e o Largo de S. Domingos até ao séc. XIX: Leitura da evolução histórica e urbana, com base em plantas do Porto medieval e na planta de Teles Ferreira;
- O Palácio das Artes: secção central dedicada à leitura do edifício - da fachada principal à escadaria, passando pela casa-forte, piso nobre e salas. Isto inclui elementos visuais (gravuras, desenhos técnicos) que reforçam o valor documental e interpretativo do espaço.

Este roteiro constitui um produto autónomo, replicável e adaptável, permitindo a continuidade da mediação mesmo fora do contexto da visita guiada, ao mesmo tempo que funciona como um registo duradouro da visita e do conhecimento produzido sobre o edifício. Para além de orientar a experiência do visitante, o roteiro preserva os conteúdos recolhidos, permitindo a revisitação de públicos futuros, contribuindo para a construção de uma memória coletiva em torno do espaço.

A conceção do roteiro segue os princípios propostos por Luís Mota Figueira (2013), para a elaboração de roteiros de turismo cultural. Segundo o autor, um roteiro deve articular um percurso lógico com uma narrativa interpretativa, promovendo a apropriação simbólica do espaço visitado¹³⁹.

Neste caso, a proposta respeita uma lógica de roteirização interpretativa, oferecendo ao visitante uma experiência estruturada, mas flexível. A narrativa foi construída com base em três critérios fundamentais:

1. Clareza na seleção de conteúdo
2. Adaptação da linguagem a um público generalista
3. Enquadramento visual e contextual que auxilie a leitura crítica do espaço.

¹³⁹ Figueira, Luís Mota (2013), Manual para a elaboração de Roteiros de Turismo Cultural, Instituto Politécnico de Tomar, Pág.26.

Roteiro Palácio das Artes

Memória e património

Largo de S.Domingos



Índice

1. O Palácio das Artes e a cidade do Porto.....	Pág.6/7
1.1 O Porto medieval e o largo de S. Domingos até ao séc. XIX.....	Pág.8
1.2 A Ribeira e o Largo de S. Domingos no séc. XIX.....	Pág.9
2.O Palácio das Artes.....	Pág.10
2.1 Fachada.....	Pág.10/11
2.2 Piso Térreo.....	Pág.12
2.3 Escadaria.....	Pág.13
2.3.1 Patamar Central.....	Pág.14/15
2.3.2 Estuque.....	Pág.16
2.3.3 Gradeamento de Ferro.....	Pág.17
2.4 Piso Nobre.....	Pág.18
2.4.1Clarabóia.....	Pág.19/20
2.4.2 Sinais de intervenções.....	Pág.21
2.4.3 Casa-Forte.....	Pág.22/23
2.4.5 Salas Multiusos.....	Pág.24/26
3.Bibliografia/Documentos em arquivo/ Arquivo em linha.....	Pág. 27/28

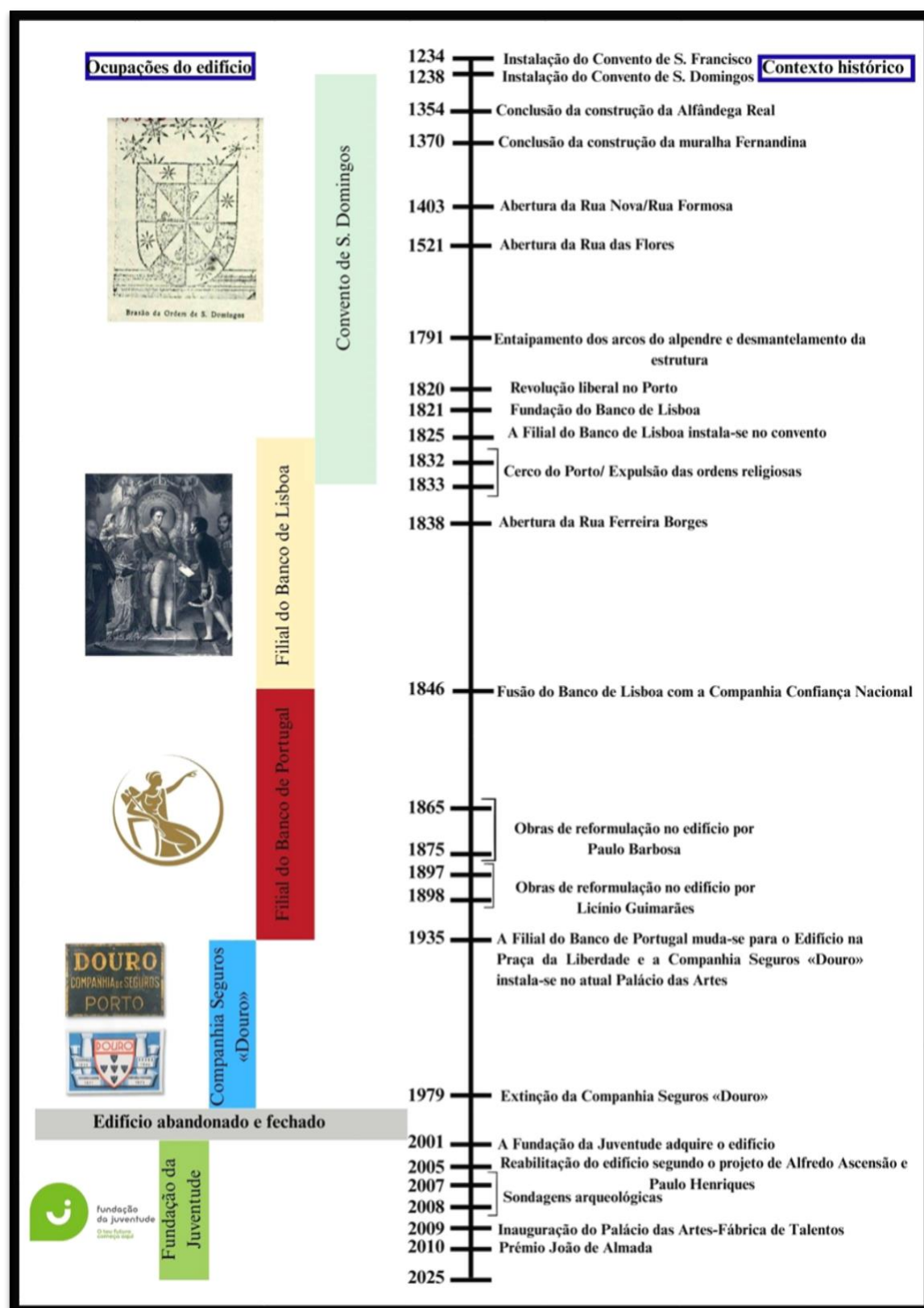
Nota de apresentação

O Roteiro aqui apresentado surge, em seguida, à realização de uma investigação, no âmbito de estágio curricular do Mestrado de História da Arte, Património e Cultura Visual da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e financiada por uma bolsa de investigação (R59/24A038) atribuída pelo CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Este roteiro pretende complementar a visita ao Palácio das Artes, proporcionando informação que permita ao visitante uma leitura e compreensão histórica do edifício, bem como a evolução do mesmo, de forma sintética, elencando os seus momentos essenciais. Com o intuito de ensinar o visitante a ler o que observa. Para tal, o roteiro parte daquilo que é o Palácio atualmente.

A escolha dos conteúdos teve por base o valor histórico e arquitetónico do edifício, procurando dar a conhecer as diversas camadas do mesmo.

Para que este roteiro seja um auxiliar de visita, foi estruturado em função do Palácio das Artes e da sua organização espacial. Assim, inicia-se pelo seu enquadramento urbano, o Largo de S. Domingos e o destaque dos seus usos ao longo dos séculos, desde a instalação do Convento de S. Domingos às transformações urbanas mais recentes. Seguindo, inicia-se a leitura do edifício, do exterior para o interior e desde o portão principal, prosseguindo pela escadaria até ao Piso Nobre.



O Palácio das Artes e a cidade do Porto

O Palácio das Artes encontra-se no Largo de S. Domingos. Este localiza-se no Centro Histórico do Porto e deve o seu nome ao antigo convento de S. Domingos.



Imagem 1- Centro Histórico do Porto com a localização do Largo de S. Domingos. © Porto Vivo, 2012.

Aspetos fundamentais do Largo de S. Domingos ao longo dos séculos:

- Impulsionou o desenvolvimento urbano da área envolvente. [17]
- Foi um nó de circulação primordial da urbe. [17]
 - Espaço onde se realizaram assembleias políticas de cidadãos (desde o séc. XIV). [14]
- Acolheu feiras e mercados que levou à construção do famoso alpendre de S. Domingos, situado diante da fachada do edifício. [14]
- Atualmente, é um dos epicentros de turismo da cidade do Porto.

9 de Abril de 1849- Inauguração de uma fonte, mais tarde demolida para a criação de uma vitrine da Papelaria Araújo & Sobrinho. Hoje ainda é possível ver o arco em pedra. [20]



Imagem 3- Antiga Fonte do Largo de S. Domingos. ©Adriano Fontes, 1908.

1521-Abertura da Rua das Flores. Mais tarde, é construída a Igreja da Misericórdia com a fachada voltada para o Largo. Isto levou à instalação da burguesia e da nobreza na Rua, concedendo-lhe extrema importância.[1]



Imagem 2- Largo de S. Domingos. © Ana Gomes, 2025.

Obra de Alberto Carneiro, inaugurada em 2018. «Três metáforas de árvores para uma árvore verdadeira», demonstrando que o Largo ainda se encontra em transformação. [31]

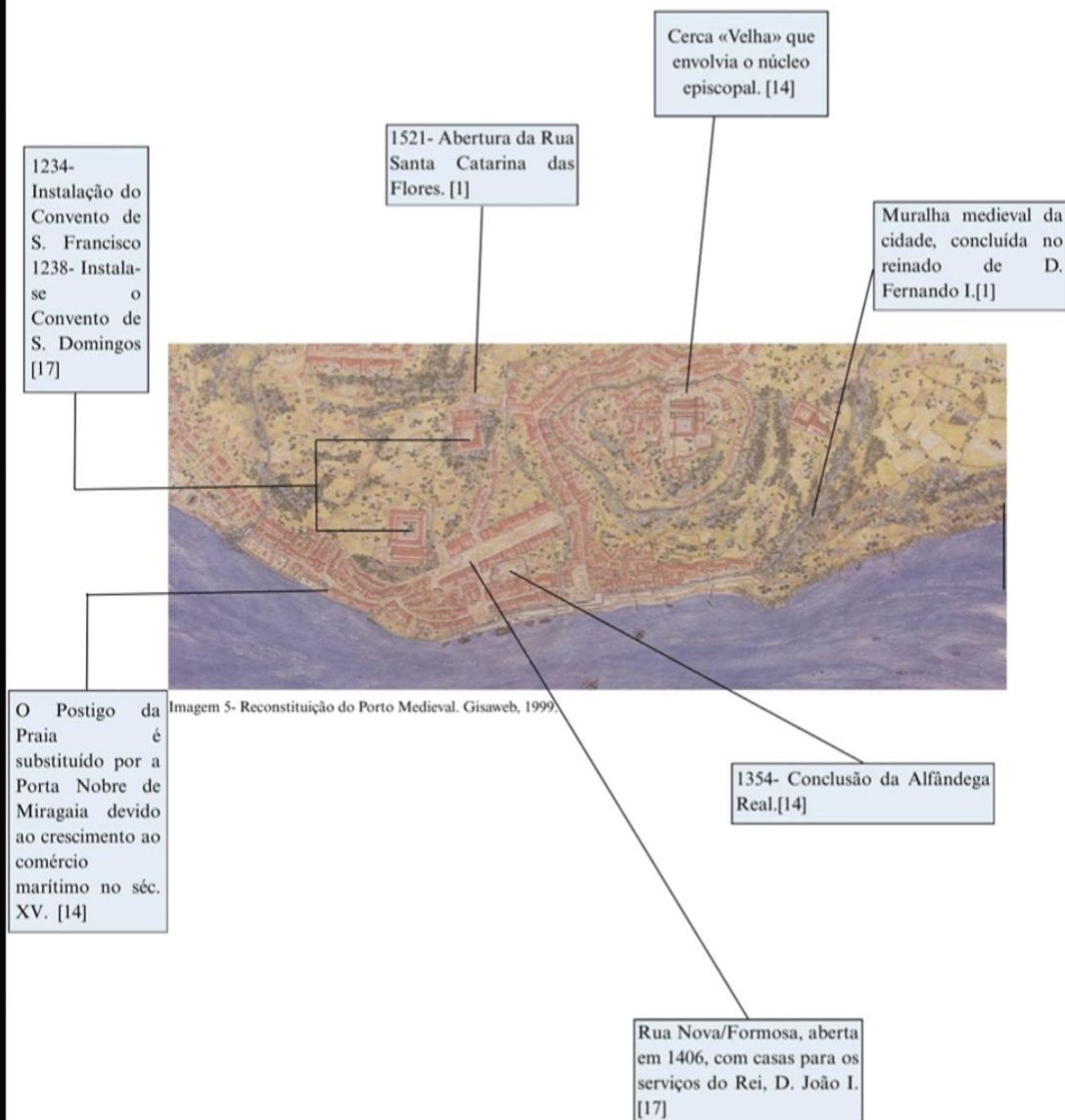
Durante o séc. XVIII, devido ao seu difícil acesso, foram realizados vários projetos para uma regularização de espaço. [8]



Imagem 4- Planta do Largo de S. Domingos, projetado por John Whitehead. Gisaweb, 1774. Este projeto tinha como objetivo facilitar a circulação do Largo e criar uma vista para a fachada da Igreja da Misericórdia. [8]

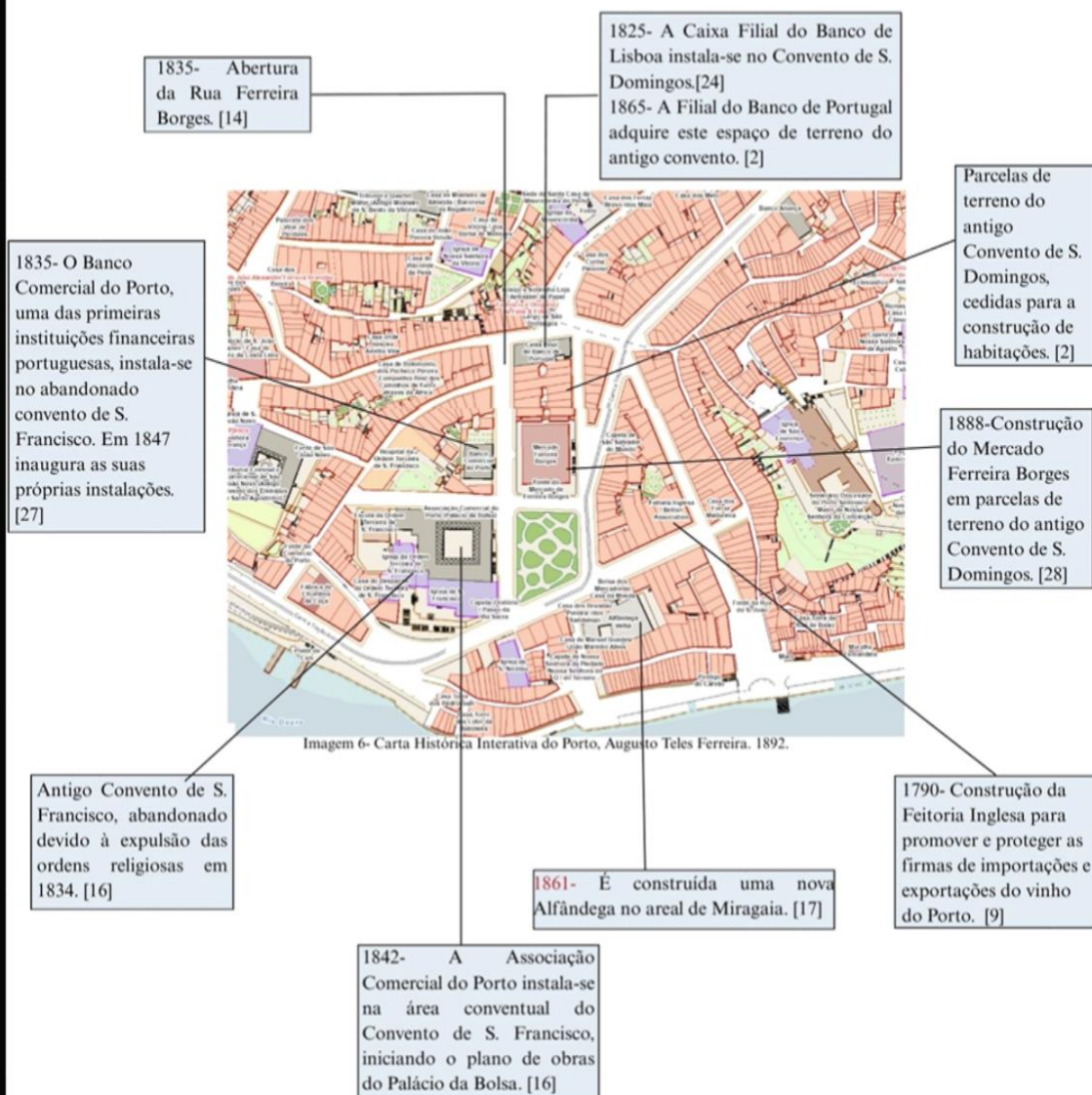
Em 2014 terminam as obras de requalificação do espaço urbano, quarteirão Mouzinho/Flores, com o objetivo de valorizar e preservar o património.

O Porto medieval e o Largo de S. Domingos até ao séc.XIX



A Ribeira e o Largo de S. Domingos no séc. XIX

No início do séc. XIX são vários os acontecimentos que marcam a cidade do Porto, nomeadamente, as invasões francesas, a revolução liberal e o cerco do Porto. Isto levou à destruição parcial da zona da Ribeira, devido aos ataques miguelistas. Ao longo dos séculos instalam-se nesta zona várias entidades ligadas ao capital financeiro.



O Palácio das Artes

Fachada

A fachada destaca-se pelo seu estilo neoclássico, com um frontão, com pilastras que aludem a colunas, juntamente com a organização de elementos que remetem para o modelo da Casa Nobre.

Piso Nobre: Habitualmente, é o andar mais importante do edifício, encontra-se acima do rés-do-chão e o que dispõe de mais elementos decorativos. Sendo também o que corresponde aos principais espaços no interior.

No centro deste andar, tem uma janela de sacada, que é a janela central. No topo um frontão, o que acentua o eixo central que se inicia no portão de entrada.

Neste andar vê-se o diálogo entre os elementos em cantaria e as superfícies brancas.

Piso intermédio

Piso térreo com espaços de funções comerciais

Em cantaria, com articulação de pilastras pouco salientes e arcos que criam ritmo.

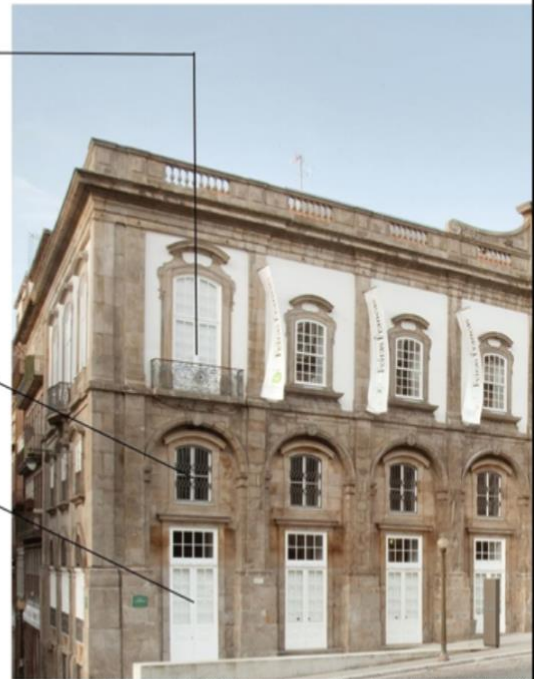


Imagem 7- Fachada do Palácio das Artes. © Fundação da Juventude, 2009



Frontão que acentua a verticalidade do eixo central do edifício.
O eixo inicia-se no portão principal, segue pela janela de sacada e remata com o frontão.

Elementos que remetem para o modelo da Casa Nobre.



Imagem 9- Recriação Gouvêa Portuense dos arcos de S. Domingos, onde se realizavam feiras e comércios. Em 1792 foram entaipados na fachada.



Imagem 10- Gravura de Joaquim Vilanova do Convento de S. Domingos, de 1833, com a Filial do Banco de Lisboa instalada no edifício e após a expulsão das ordens religiosas.



Imagem 8-Edifício ocupado pela Filial do Banco de Portugal. Fachada com leves alterações. Medalhão do Banco de Portugal no Portão Central. ©Banco de Portugal.

Piso Térreo

O Edifício do Palácio das Artes é constituído por um piso térreo e um andar nobre. O piso térreo era composto por vários compartimentos e os seus espaços eram arrendados para fins comerciais quando ocupado pelos Frades. Esta foi uma prática à qual a Filial do Banco de Lisboa deu continuidade e agora, recuperada pela Fundação da Juventude.



Imagem 11- Planta atual do edifício com a ocupação da Fundação da Juventude. Piso térreo com espaços de comércio- Restaurante dop (4), Loja das Tâbuas (12), entrada para a FJ (11) e Loja Castelbel (13)

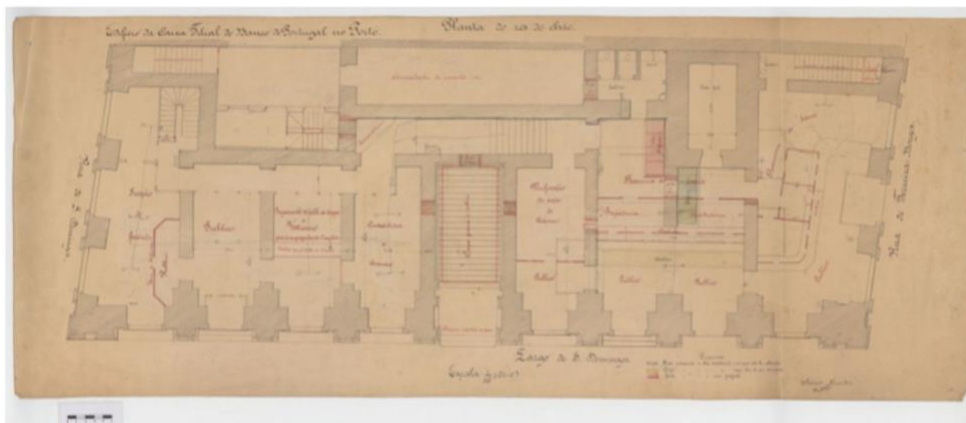


Imagem 11- Planta do rés-do-chão de 1898 quando o edifício era ocupado pela Filial do Banco de Portugal. Mostra como este piso deixou de ser utilizado como arrendamento e a Filial expandiu as suas repartições pelo edifício todo.

Escadaria de aparato

No interior do edifício, destaca-se a escadaria com lanços de escadas divergem.

Há um diálogo entre os materiais da escadaria, isto é, entre a pedra, o estuque e o gradeamento de ferro.

A escadaria em pedra foi construída em 1825 para substituir a anterior, que até aí era de madeira. [24]



Imagem 12- Arranque da escadaria central com cobertura em forma de abóbada em berço. Destaca-se um elemento decorativo em estuque. © Ana Gomes, 2025.



Imagem 13- Remate em cantaria no início da escadaria central, com elementos vegetalistas. © Ana Gomes, 2025.

Patamar central



«A escada acha-se no centro do edificio construido, com os seus lanços lateraes toda de cantaria, os tetos bem estucados.»[25]



Figura 13- Patamar central da escadaria de onde partem os dois lanços de escadas. Aqui também é possível observar que o edificio se implanta num lote estreito. Isto porque está ajustado à estreita parcela de terreno que a Filial do Banco de Portugal adquiriu em 1865. © Ana Gomes. 2025.

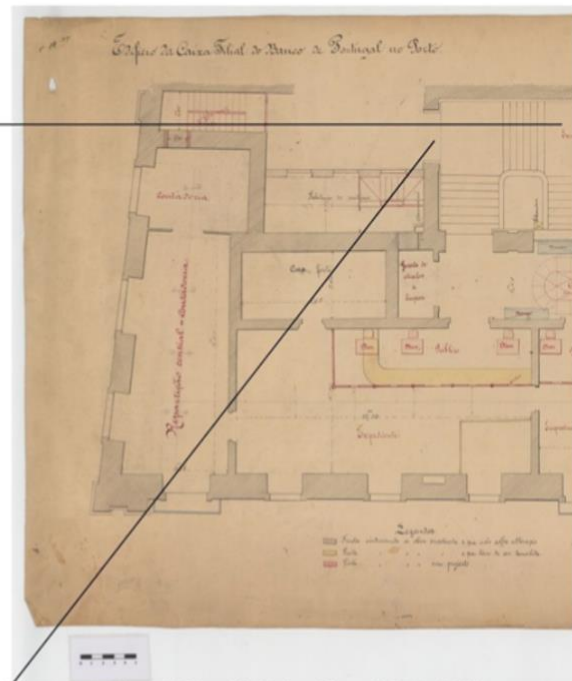


Figura 14- Planta Piso Nobre. © Banco de Portugal. 1898.



14 Figura 16- Arco cego do alçado nascente, Rua Sousa Viterbo. © Ana Gomes. 2025.



Figura 15- Arco cego do alçado poente, Rua Ferreira Borges. © Ana Gomes. 2025.

O saguão era coberto por uma clarabóia e de vez em quando as telhas dos vizinhos caíam e partiam os vidros. Era uma das pequenas queixas que a Filial do Banco de Portugal mencionava nas cartas enviadas para a Sede de Lisboa.

Saguão: Pátio estreito e descoberto no interior do edifício, ou que separa duas traseiras de prédios.

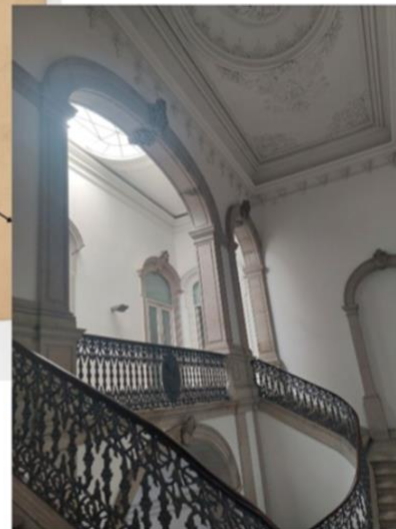
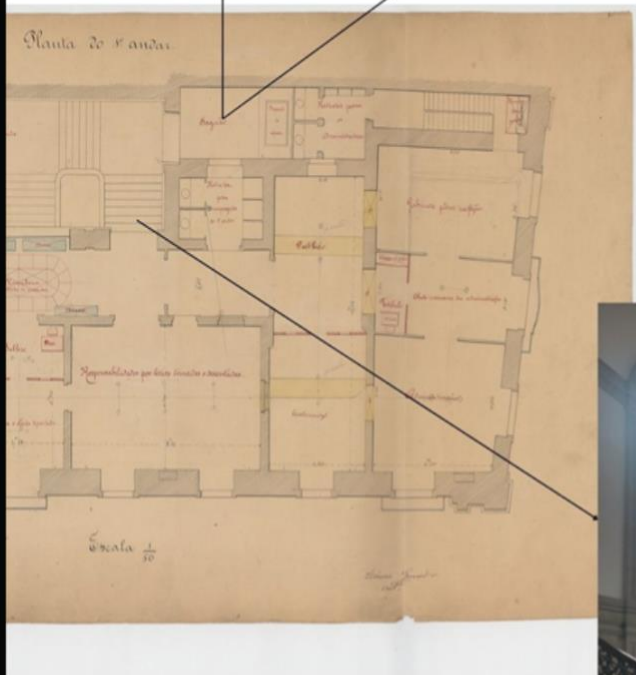


Figura 16- Arcos que fazem a passagem para o piso nobre, em cantaria com elementos decorativos. © Ana Gomes. 2025.

Estuque

Este elemento decorativo contém uma grande presença de motivos vegetalistas, rendilhados e arabescos. Alguns remetem para o tema marítimo, como é o caso das volutas que se encontram no interior da elipse central.



Figura 17- Perspetiva geral do teto em estuque sobre a escadaria. © Ana Gomes. 2025.

É possível observar um brasão com uma âncora e um caduceu, o que remete para o deus Mercúrio, utilizado para representar o comércio. [4]



Imagem 18- Interior da elipse central do estuque sobre o patamar central da escadaria, Palácio das Artes. © Ana Gomes. 2025.



Imagem 19- Promenor do estuque sobre o patamar central da escadaria, Palácio das Artes. © Ana Gomes. 2025.

Medalhão do gradeamento de ferro

No gradeamento de ferro fundido que acompanha a escadaria, por cima do arco em cantaria, encontra-se um medalhão em ferro. Este identifica a entidade que estava aqui instalada, neste caso, a Filial do Banco de Portugal.

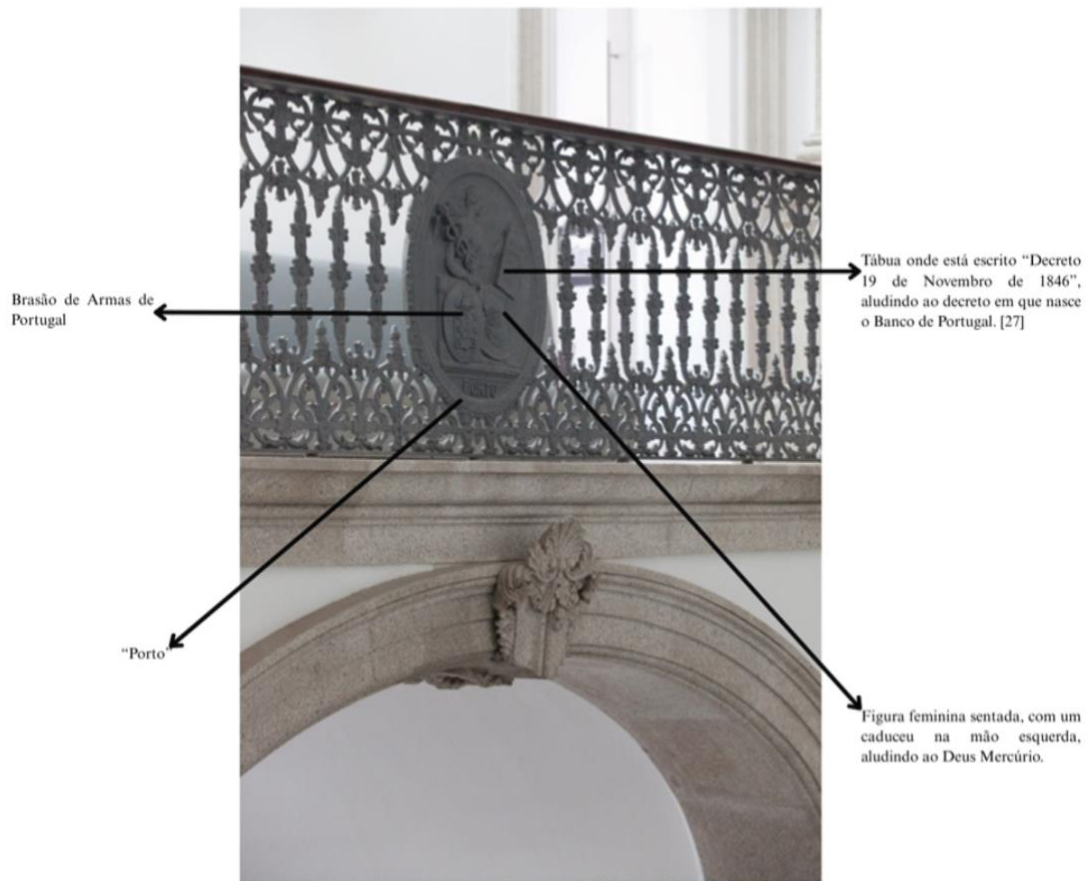


Imagem 20- Medalhão de ferro no gradeamento, Palácio das Artes. © Fundação da Juventude, 2009.

Piso Nobre



O Piso Nobre tem um patamar («corredor») que dá acesso aos espaços funcionais para usos polivalentes, pois é aqui que se realizam eventos culturais e mercados. Ao tempo da Filial do Banco de Portugal, estes espaços funcionais eram ocupados pelas repartições.

«melhorar o escriptorio e outras repartições no que se comprehendia o corredor a que vão dar os dois ramos da grande escada, do que resultará desvanecer-se o aspecto desagradável que estavam fazendo as tres portas humildes das cellas do antigo Mosteiro de S. Domingos. [25]»



Figura 21- Patamar do piso nobre que dá acesso a espaços funcionais. © Ana Gomes, 2025.

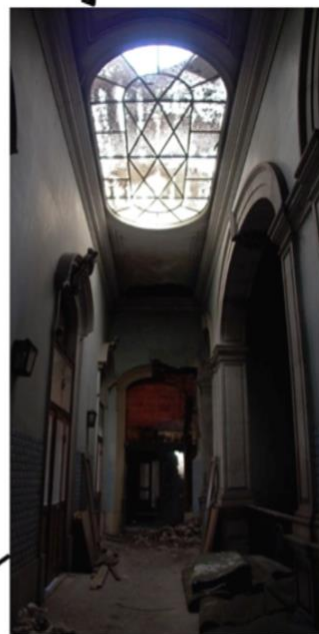


Figura 22- Patamar do piso nobre que dá acesso a espaços funcionais antes da obra de reabilitação. Aqui pode-se observar que era pintado de azul e que tinha um lambrim de azulejos. © Ana Gomes, 2025.



Figura 23- Azulejos retirados do Palácio das Artes durante a obra de reabilitação. Atualmente, encontram-se no Banco dos Materiais. © Banco dos Materiais, 2025.

Clarabóia

A clarabóia é um elemento urbanístico que marca a paisagem urbana da cidade do Porto. Esta foi introduzida no edifício durante as grandes obras que ocorreram em 1897/1898, ao encargo do Mestre de obras Licínio Guimarães. [26]

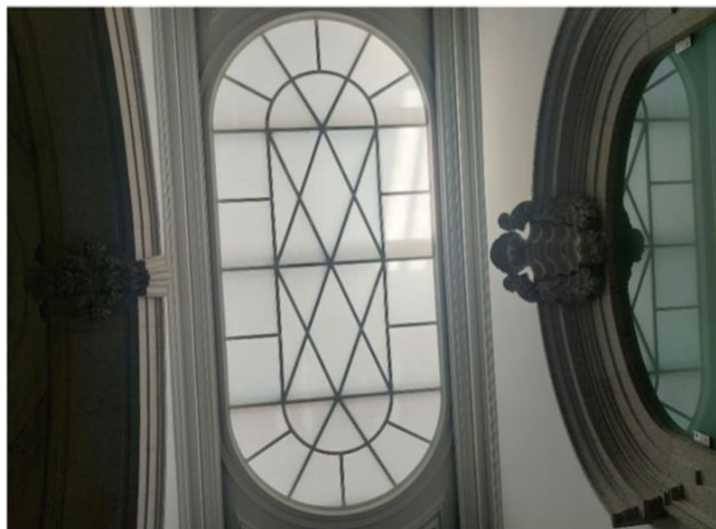


Figura 24- Clarabóia do Piso Nobre. © Ana Gomes. 2025.

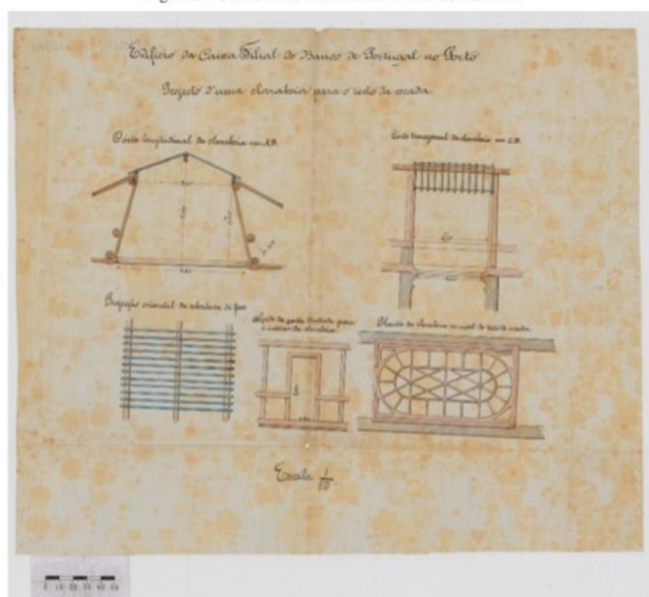


Figura 26- Projeto da clarabóia. © Licínio Guimarães, 1898.

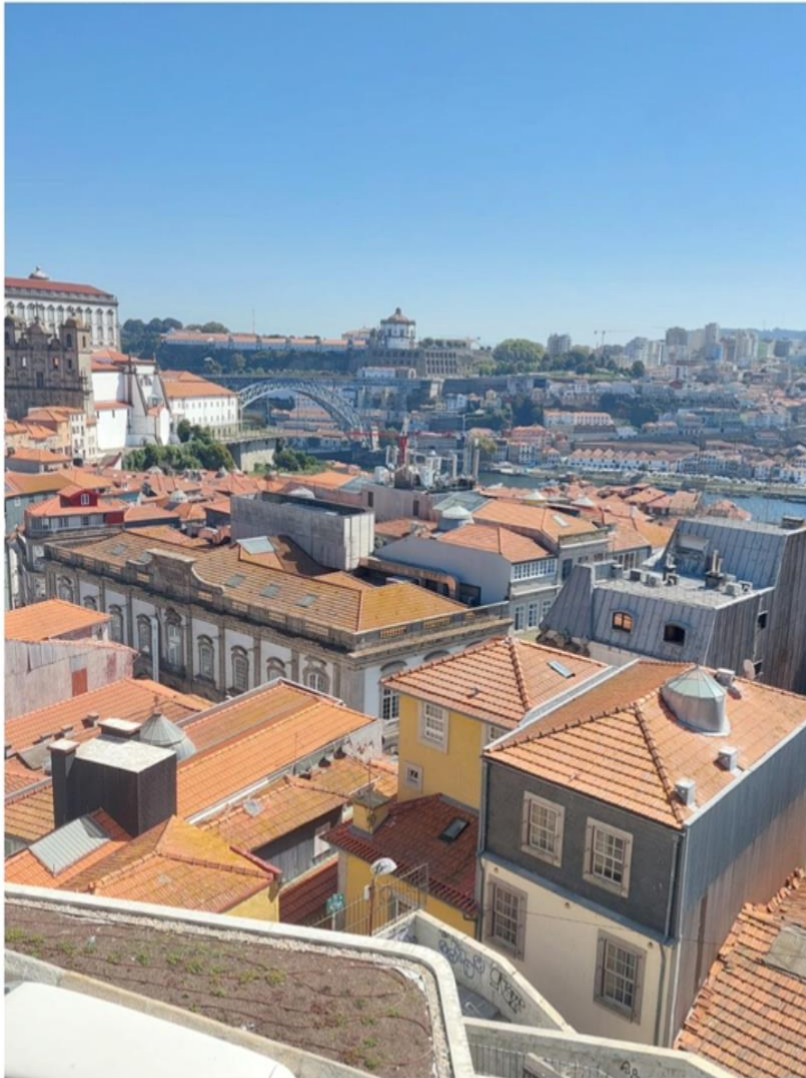


Figura 25- Print Screen de Google maps onde é possível observar as várias claraboias junto ao Palácio das Artes. Sendo algumas visíveis através das janelas do próprio.

Sinais de intervenções

Ao longo do patamar é possível observar vários indícios das obras realizadas no decorrer dos anos 2005-2009.



Imagem 27- Diálogo entre a pré-existência dos feixes de granito originais e um feixe de madeira pintada de branco. © Ana Gomes, 2025.



Imagem 28- Granito e mármore. © Ana Gomes, 2025.



Imagem 29- Fotografia do patamar antes da obra de reabilitação de 2005-2009. Aqui pode-se observar o feixe de madeira que foi reconstruído e a pedra de mármore e granito. © Inês D'ourey, 2005.

Casa-forte

Esta é uma das Casas-Fortes da Filial do Banco de Lisboa neste edifício. É mencionada na correspondência para a Sede de Lisboa em 1824:

«a dita Casa não terá outra luz se não a q. receber p.^a porta da entrada quando estiver aberta [24]»



Imagem 31- Casa-Forte após a ocupação pela Companhia Seguros Douro. Era utilizada como um arquivo, o armário vermelho era um elevador de documentos. Memória descritiva, 2005.



22

Imagem 32- Local onde estava o elevador de documentos, tapado após a obra de reabilitação. © Ana Gomes. 2025.



Imagem 30- Casa Forte após obra de reabilitação. © Inc D'ourey. 2009.



Prémio João de Almada-2010

A Fundação da Juventude adquiriu o edifício em 2001. Em 2005 iniciou-se a obra de reabilitação a cargo dos arquitetos Paulo Henriques e Alfredo Ascensão. A obra ficou concluída em 2009, ano em que o edifício foi aberto ao público.

Em 2010, o edifício Palácio das Artes ganhou o prémio João de Almada, que tem como objetivo incentivar as boas práticas na recuperação dos bens arquitetónicos da cidade portuense.

O Palácio das Artes foi descrito pelo júri, como um «exemplo cuidado de valorização do património» e «caráter e dignidade de intervenção.[32]»



Imagem 31- Cartaz Premio João de Almada, 2010.

Salas polivalentes

Durante a ocupação da Companhia Seguros «Douro» todos os compartimentos estavam divididos com uma laje de betão que cortava a altura das salas. Presume-se que isto tivesse o intuito de aproveitar melhor o espaço.

As lajes foram retiradas durante a obra de reabilitação realizada entre 2005-2009.



Imagem 32- Sala do canto do alçado nascente (Rua Sousa Viterbo). © Ana Gomes. 2025.



Imagem 33- Sala antes da obra de reabilitação com a laje de betão. Memória descritiva, 2005.

Também antes da obra, no interior, o edifício era pintado de diversas cores, como amarelo, azul e rosa.



24 Imagem 34- Salas do Palácio das Artes. © Ana Gomes. 2025.

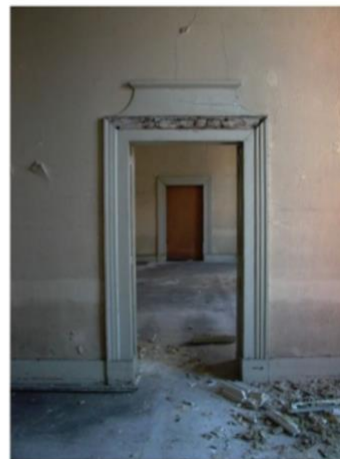


Imagem 35- Salas do Palácio das Artes, antes da obra de reabilitação, com a cor amarela. Memória descritiva, 2005.

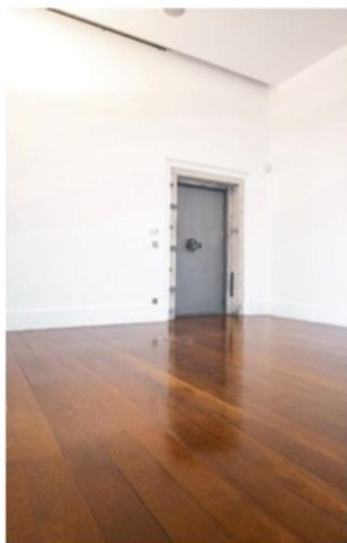


Imagem 37- Porta da Casa-forte. © Fundação da Juventude, 2009.



Imagem 38- Porta da Casa-forte durante a ocupação da Companhia Seguros Douro. (A VER)

Era ao longo destas salas que eram onde estavam instalados os serviços da Filial do Banco de Portugal.

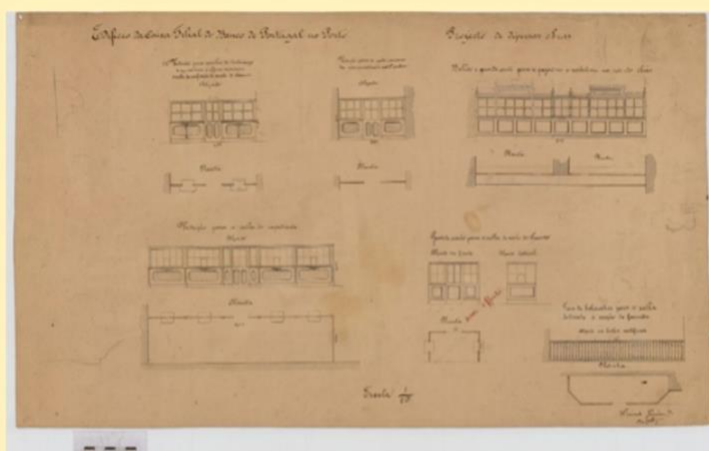


Imagem 36- Vedações das salas do piso nobre a instalar durante a obra de 1897-1898. © Banco de Portugal.

O projeto para os guichets está assinado por Licínio Guimarães, condutor de obras públicas da cidade do Porto no final do séc. XIX e início do séc. XX.



Imagem 39- Lareira reabilitada numa das salas do Palácio das Artes. Atualmente, encontra-se oculta. © Fundação da Juventude, 2009.



Imagem 40- Lareira antes de ser reabilitada. Atualmente, encontra-se oculta. Relatório de sondagens arqueológicas, 2008.



Imagem 42- Cofre na sala do canto do alçado poente (Rua Ferreira Borges), do qual não se detém informação. © Ana Gomes, 2025.



Imagem 41- A Sala central do Piso Nobre antes da reabilitação era a única que não tinha uma laje de betão. Durante a ocupação da Companhia Seguros Douro, esta sala era utilizada como secretariado. Memória descritiva, 2005.

Referências

- [1]-AFONSO, Diogo Borges Braz (2012), A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado. 2x, p.55/56. 1x, p.65.
- [2]-BANCO DE PORTUGAL (2009), Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico. “Filial do Banco de Portugal no Porto, nº2, ano 2. 1x,p.6.
- [3]-BARBOSA, Jorge Ferreira (2015), Reabilitação do Património, cidade do Porto, estratégias e factos-Rua (Stª Catarina) das Flores, in Revista Arquitetura Lusíada, nº7.
- [4]-CHAVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain (2010), Dicionário dos Símbolos, Editorial Teorema.
- [5]-DUNÕES, Maria Leonor de Albuquerque (2015), Diálogo entre Pré-existência e Intervenção Contemporânea: Estudo de cinco casas burguesas do Porto, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- [6]-FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime (2001), A casa nobre no Porto na época moderna, Inapa, Lisboa.
- [7]-FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro, in Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, I Série, Vol. IV.
- [8]-FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (1997), Formas urbanas do Porto Setecentista: A Praça intramuros, IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. 2x, p.693.
- [9]-FERREIRA-ALVES, J. J. B. F. (1988). O Porto na época dos Almadas: arquitectura, obras públicas. Câmara Municipal. 1x, p.135.
- [10]-GAGO, Alice Borges (2021), A Rua das Flores: Um espaço familiar (Séc.XVI), in in História da Arquitetura: Perspetivas temáticas (III) A Rua nas estrutura urbana, CITCEM.
- [11]-LOZA, Rui (2008), O «Palácio das Artes, Fábrica de Talentos» e a reabilitação urbana, in Revista Fábrica de Talentos, nº1.
- [12]-Plano de Gestão Centro Histórico do Porto Património Mundial, Câmara Municipal do Porto, Porto Vivo, SRU.
- [13]-Prémio João de Almada- 25 anos (2013), Caleidoscópio.
- [14]-TAVARES, Domingos (2024), Cidade da Pedra, DAFNE Editora. 1x, p.83. 1x, p.97. 2x, p.102. 1x, p.125.
- [15]-TOURINHO, Ana Cecília Lage (2017), A construção do espaço a partir da mobilidade consciente- -o caso da Rua das Flores, Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- [16]-RAMOS, Luís A. de Oliveira. (1994). História do Porto, Porto Editora, 3ª edição. 2x, p.384
- [17]-REAL, Manuel Luís (1996) (coord. Científica), Porto a Património Mundial, Câmara Municipal do Porto. 5x, p.67. 1x, p.74.
- [18]-Revista Interna do Banco de Portugal, nº4.
- [19]-Roteiros Turísticos do Património Mundial- No norte de Portugal, 2012, INCM.
- [20]-SILVA, Germano (2000), Fontes e Chafarizes do Porto. 1x, pág.202/203.
- [21]-SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2021), Os Ourives na Rua das Flores: Das oficinas às casas de ourivesaria, um percurso dos séculos XVIII a XX, in História da Arquitetura: Perspetivas temáticas (III) A Rua nas estrutura urbana, CITCEM.

Documentos em arquivo

- [22]-Caderno de encargos- Condições técnicas gerais e condições técnicas especiais, Anexo 1 (mapa de vãos interiores), Projeto de execução.
- [23]-Processo de Obras de conservação de cobertura e reabilitação do “Edifício Douro” localizado no Largo- “Edifício Douro” sito no Largo de S. Domingos, 16a-22B no Porto, LIC-11038, 47582.
- [24]-Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Registo de correspondência expedida para a Sede. 1824-1846. PT/BP/BL-PORTO/017. 1x, carta nº55. 1x, carta nº80.
- [25]-Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Departamento do Serviço de Obras. Processo de manutenção ou beneficiação de edifícios das delegações. Informação da direção do Banco de Portugal do resultado da sua visita feita à Caixa Filial da cidade do Porto no dia 12 de Julho de 1871. 1871. [Documentação não tratada].
- [26]-Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência recebida da Sede - Serviço de Obras. 1898-1978. PT/BP/BP-PORTO/170.

Arquivo em linha

- [27]-Banco de Portugal. Consultado em <https://www.bportugal.pt/arquivo/details?id=18160>, no dia 10 de Maio de 2025.
- [28]-Património Cultural. Mercado Ferreira Borges. Consultado em <https://imovel.patrimoniocultural.gov.pt/detalhes.php?code=74815>, no dia 16 de Março de 2025
- [29]-Prémio João de Almada. Consultado em <https://cultura.cm-porto.pt/premios-e-apoios/premio-joao-de-almada> , no dia 12 de Março de 2025
- [30]-Fundação da Juventude. Consultado em <https://www.fjuventude.pt/pt/sobre-nos> no dia 25 de Fevereiro de 2025.
- [31]-Obra de Alberto Carneiro inaugurada este sábado no largo de São Domingos. Consultado em <https://www.jpn.up.pt/2018/05/11/obra-alberto-carneiro-inaugurada-sabado-no-largo-sao-domingos/> no dia 12 de Março de 2025.
- [32]-Resultados da 13ª edição do Prémio João de Almada, 2010. Consultado em <http://www.oasrn.org/concursos.php?pag=noticia&id=35> , no dia 12 de Março de 2025

A elaboração deste roteiro teve também como referência produtos similares existentes, nomeadamente:

- Roteiros Turísticos do Património Mundial: Porto- Pela incidência da infografia, textos simples e independentes, no sentido em que é uma consulta flexível¹⁴⁰.
- Guia do Museu Arqueológico do Carmo- Também caracterizado pela predominância de elementos infográficos, acompanhado de um texto redigido com linguagem simples, clara e acessível¹⁴¹.

Em ambos os casos, observa-se – em concordância com os critérios fundamentais acima referidos - uma forte clareza gráfica, o uso de textos breves e objetivos, e uma organização compartimentada dos conteúdos. As informações são apresentadas em blocos autónomos, com imagens e legendas explicativas, de forma a permitir uma leitura rápida, acessível e não necessariamente linear. No caso do guia da INCM, a utilização de fotografias apelativas, mapas e tipografia limpa reforça o propósito de tornar o conteúdo atrativo para o público geral e turistas, sem comprometer o rigor.

Estes exemplos não foram replicados, mas serviram como inspiração formal e funcional, nomeadamente em relação a:

- Fragmentação dos conteúdos em blocos temáticos;
- Integração equilibrada entre texto e imagem;
- Abordagem clara, direta e acessível, sem termos técnicos excessivos;
- Criação de um roteiro autónomo, visual e flexível, compatível com a exploração individual.

Esta proposta também está alinhada com os princípios defendidos pela Convenção de Faro (2005), que entende o património como um recurso coletivo e vivo, e a Carta de Porto Santo (2021), que reforça o papel educativo e social das instituições culturais. Neste contexto, a Fundação da Juventude surge na mediação cultural e valorização do património.

¹⁴⁰ Roteiros Turísticos do Património Mundial: Porto (2013), INCM-Impresa Nacional Casa da Moeda, Vol.IV

¹⁴¹ Guia do Museu Arqueológico do Carmo (2019), coord. José Arnaud e Célia Nunes Pereira, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses: Museu Arqueológico do Carmo

Mais do que um produto informativo, o protótipo de roteiro infográfico assume-se como um instrumento de mediação cultural ativa, incentivando o visitante a uma leitura crítica, afetiva e contextualizada do edifício. Visto que, o património edificado é um espaço de sobreposição de tempos, usos e linguagens, que deve ser interpretado de forma dinâmica.

A inexistência, até à data, de materiais interpretativos sobre o Palácio das Artes reforça a importância deste protótipo de roteiro infográfico. Ao tornar visíveis as camadas históricas, contextualizar os elementos arquitetónicos e articular o edifício com a cidade e os seus públicos, o protótipo de roteiro contribui para a valorização simbólica e cultural do edifício, bem como para a democratização do património urbano, sendo um veículo de transmissão e fixação de conhecimento.

Além do uso autónomo por visitante individuais, o documento pode ser adaptado a contextos educativos, ações culturais ou mesmo como base para visitas futuras, funcionando como apoio à interpretação. Trata-se de um exercício de mediação cultural estruturado, replicável e consciente, que respeita a complexidade do edifício e que sensibiliza os visitantes para os seus valores culturais.

Em suma, os produtos desenvolvidos - o guião e o protótipo de roteiro infográfico - procuraram responder às necessidades de mediação cultural identificadas, aproximando o público do Palácio das Artes e reforçando o seu valor patrimonial. O respeito por estes princípios foi assegurado desde a fase de investigação documental até à construção dos produtos aqui apresentados, garantindo a coerência entre a base científica e a transferência de conhecimento.

5. Considerações Finais

*Todas as pessoas têm o direito de se implicar e de participar na valorização do património cultural (...), Daí a importância da mediação cultural, ou seja, de promover e aprofundar a participação dos cidadãos na gestão e preservação do património.*¹⁴²

Com o estágio curricular realizado no Palácio das Artes/Fundação da Juventude, foi possível realizar um levantamento documental e desenvolver uma investigação sobre a narrativa histórica do edifício, colmatando algumas lacunas identificadas na literatura. Através disto, procedeu-se à exploração e realização de atividades de mediação cultural como as visitas guiadas, através da criação de um guião de visita, e de um protótipo de roteiro infográfico do edifício em si. A narrativa focou-se sobretudo na ocupação do edifício após o ano de 1824, correspondendo ao aluguer pela Filial do Banco de Lisboa e estendeu-se até aos dias de hoje, com a Fundação da Juventude – Fábrica de Talentos. Mediante esta investigação, foram desenvolvidos os produtos de comunicação, com o objetivo de disseminar o conhecimento adquirido.

Criou-se um meio de comunicação direto em que há o contacto entre um guia e o público - visitas guiadas - com um guião extenso que permite adaptações para os diferentes tipos de público, e um meio mais autónomo para o visitante, pois não precisa de ser acompanhado – roteiro -, em que não é necessário um mediador e pode ser utilizado numa visita livre. Além do intuito de disseminação de conhecimento, este material também tem o grande propósito de permanecer como recurso disponível para ações futuras.

Guilherme d'Oliveira Martins afirma que a comunidade deve estar envolvida na valorização do património, daí a mediação ser importante e quando a cultura é mencionada, é sempre necessário referir-se também ao ato de educar para haver esta

¹⁴² Património a Norte, Mediação Cultural: objetivos, modelos e públicos, Património a Norte, 2020, nº5, pág.16.

valorização e proteção do património cultural. Neste sentido, os produtos de comunicação desenvolvidos no estágio curricular procuram responder a este fator de haver transmissão de conhecimento, de contribuir para educar a comunidade e para promover a valorização dos bens patrimoniais. Durante a investigação verificou-se que com a Caixa Filial do Banco de Lisboa/Portugal foram realizadas duas fases de obras de remodelação do edifício; a 1ª com o Mestre Paulo Barbosa e a 2ª com responsabilidade do condutor de obras públicas Licínio Guimarães; foram identificados grande parte dos materiais introduzidos em cada uma; os motivos pelos quais a Caixa Filial se instalou e saiu do edifício; que ocorreu outra grande obra com a Companhia Seguros «Douro» e o que envolveu a obra de reabilitação de 2005-2009, como os vestígios arqueológicos descobertos e as alterações realizadas.

Importa sublinhar que o Palácio das Artes não dispunha, até à data, de qualquer produto de mediação e que o presente trabalho constitui a primeira investigação mais aprofundada sobre o atual edifício. Sem este estudo, a conceção desses produtos não teria sido possível. Dessa forma, a criação e aplicação prática dos produtos de mediação ilustram como o património pode ser aproximado de diferentes públicos através de estratégias acessíveis, interativas e adaptadas às especificidades do edifício e do seu contexto urbano e histórico. Importa aqui realçar, novamente, os princípios e as boas práticas de intervenção no conteúdo, nomeadamente o princípio 7 da Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais (2008), no que concerne à sustentabilidade:

A interpretação e a apresentação devem fazer parte integrante do processo de conservação, aumentando a sensibilização do público para os problemas da conservação que o sítio cultural coloca e explicando os esforços realizados para proteger a sua integridade física.

É importante salientar que a seguinte citação do princípio 7 se enquadra na explicação da obra de reabilitação realizada pelos arquitetos Alfredo Ascensão e Paulo Henriques, que é abordada no guião. E ainda:

Cada programa de interpretação e apresentação deve ser considerado como um recurso educativo para pessoas de todas as idades. A sua conceção deve ter em conta, quer a sua possível utilização em vários campos, nomeadamente em programas

escolares, em estudos informais ou noutras formas de aprendizagem ao longo da vida, nos meios de comunicação, incluindo a Internet, e em eventos, que a participação sazonal de voluntários.

Importa reiterar que o guião de visita foi pensado para se adaptar a diferentes faixas etárias, circunstâncias, durações, etc.

Ao longo da investigação surgiram algumas dificuldades, em particular o tempo limitado para um estudo mais aprofundado das fontes, uma vez que algumas respostas de entidades chegaram tardiamente. Acresce que a documentação disponibilizada pelo arquivo do Banco de Portugal se revelou bastante densa, por se tratar sobretudo de correspondência em que algumas partes dos documentos estavam ilegíveis, além da necessidade de compreender diferentes tipos de letras, o que dificultou a celeridade da leitura. Realço ainda constrangimentos de tempo e espaço disponível para a redação deste relatório de estágio, que impossibilitaram uma análise mais profunda como se pretendia.

As descobertas, resultantes em particular da análise do arquivo do Banco de Portugal e do seu cruzamento com outras fontes bibliográficas, sobretudo com o relatório arqueológico, foram determinantes para consolidar a narrativa histórica do Palácio das Artes. Ao permitir estabelecer, com maior rigor, a cronologia das intervenções, compreender as motivações institucionais e contextualizar momentos marcantes - como o impacto do Cerco do Porto ou as duas fases de grandes obras (1ª: 1865-1871 e 2ª:1898) -, estes dados forneceram uma base documental sólida para a construção do guião de visitas e do conteúdo do protótipo de roteiro infográfico. Assim, a mediação cultural desenvolvida no âmbito do estágio não apenas difunde conhecimento, mas também reflete, de forma crítica, as diferentes camadas históricas do edifício.

No que concerne à visita realizada no dia 29 de março, evidenciou-se que, apesar das dificuldades inerentes - nomeadamente a sobreposição de eventos e a diversidade do público -, os produtos desenvolvidos mostraram-se eficazes e flexíveis, permitindo o diálogo entre o passado e o presente e promovendo uma leitura crítica e afetiva do património. Além disso, a criação do protótipo de roteiro infográfico para visitantes autónomos reforça o compromisso com a acessibilidade cultural, assegurando que o

conhecimento e a valorização do Palácio das Artes não dependam exclusivamente da mediação presencial. Importa ainda salientar que os objetivos inicialmente propostos foram integralmente concretizados.

O estágio curricular resultou de uma oportunidade singular, não só pelo apoio da bolsa de investigação do CITCEM, mas sobretudo por ter o privilégio de desenvolver trabalho pioneiro no estudo aprofundado do edifício atualmente ocupado pela Fundação da Juventude. Através desta investigação, foi possível reconstituir uma narrativa histórica e colocá-la em contacto com a comunidade, tanto de forma direta - com a realização de visitas guiadas - como indiretamente - com o presente relatório de estágio. Assim, o trabalho desenvolvido não se limitou à recolha e análise documental, mas também à realização de ações de mediação cultural que contribuíram para a valorização patrimonial e para a desmistificação de alguns equívocos históricos associados ao edifício.

Por fim, esta experiência revelou-se enriquecedora do ponto de vista académico e profissional, permitindo aplicar os conceitos teóricos da mediação cultural a um caso concreto e contribuir para a construção de práticas que promovam a educação patrimonial e a sustentabilidade cultural. Acredito que o trabalho desenvolvido abre caminho para futuras investigações sobre o edifício, que aprofundem ainda mais a história do Palácio das Artes, e ainda para propostas de mediação, que podem e devem continuar a integrar o património na vivência cultural.

Referências

- AFONSO, Diogo Borges Braz (2012), A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- Arquiv@: objetivos, conceitos, concessão e produção [Património a Norte N.º 14 - 2023]
- BANCO DE PORTUGAL (2009), Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico. “Filial do Banco de Portugal no Porto, nº2, ano 2.
- BARBOSA, Jorge Ferreira (2015), Reabilitação do Património, cidade do Porto, estratégias e factos-Rua (Stª Catarina) das Flores, in Revista Arquitetura Lusíada, nº7.
- BOTELHO, Maria Leonor (2020), Oporto’s Historic Center-From Historical Research to (Real) Virtual Heritage Visualization, in Digital Cities: Between History and Archaeology.
- Carta de Porto Santo, A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia (2021). Consultada em http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documents/Carta_do_porto_santo.pdf
- Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais, ICOMOS (2008). Consultado em <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/50%20Carta%20interpreta%C3%A7%C3%A3o%20e%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20s%C3%ADtios%20-%20ICOMOS%202008.pdf>
- CHAVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain (2010), Dicionário dos Símbolos, Editorial Teorema.
- Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade, Conselho da Europa (2005). Consultado em <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/49%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Quadro%20Conselho%20Europa%20valor%20patrim%C3%B3nio%20sociedade%202005.pdf>

- CRUZ, Nuno Viriato, Artigo Tripeiro- Palácio das Artes no Largo de S. Domingos, um edifício emblemático da cidade. Disponível em <https://cciporto.com/2020/10/27/artigo-tripeiro-palacio-das-artes-no-largo-de-s-domingos-um-edificio-emblematico-da-cidade/>
- DA SILVA, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA (2021), Inversão de sentidos: Arte como Património e Património como Arte. Porto: Relatório de estágio apresentado.
- DA SILVA, Elias de Campos Alves (2020), Dinâmicas territoriais e evolução urbana- o caso de Matosinhos, Porto: Dissertação de Mestrado da Faculdade de Engenharia.
- Decreto-Lei nº309/2009, Artigo 72.º Património Mundial. Consultado em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2009-75525223-75533027>
- Decreto-Lei nº107/2001, Artigo 15.º Categoria de bens. Consultado em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/107-2001-629790>
- Dia Nacional dos Centros Históricos, Porto. Programação disponível em <https://museudoporto.pt/recurso/dia-nacional-dos-centros-historicos-2025/>
- Gisaweb. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/>
- Mosteiro de Tibães, serviço de educação. Consultado em <https://www.mosteirodetibaes.gov.pt/servicos/servico-educacao/>
- Museu Nacional Soares dos Reis, programa educativo. Consultado em <https://mnsr.museusemonumentospt.pt/programa-para-a-comunidade-educativa-2024-2025-ja-disponivel/>
- Obra de Alberto Carneiro inaugurada este sábado no largo de São Domingos. Consultado em <https://www.jpn.up.pt/2018/05/11/obra-alberto-carneiro-inaugurada-sabado-no-largo-sao-domingos/> no dia 12 de Março de 2025.
- Património Cultural. Mercado Ferreira Borges. Consultado em <https://imovel.patrimoniocultural.gov.pt/detalhes.php?code=74815> , no dia 16 de Março de 2025
- Prémio João de Almada. Consultado em <https://cultura.cm-porto.pt/premios-e-apoios/premio-joao-de-almada> , no dia 12 de Março de 2025
- Fundação da Juventude. Consultado em <https://www.fjuventude.pt/pt/sobre-nos>, no dia 25 de Fevereiro de 2025.

- DUNÕES, Maria Leonor de Albuquerque (2015), *Diálogo entre Pré-existência e Intervenção Contemporânea: Estudo de cinco casas burguesas do Porto*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime (2001), *A casa nobre no Porto na época moderna*, Inapa, Lisboa.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., *Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro*, in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I Série, Vol. IV.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (1997), *Formas urbanas do Porto Setecentista: A Praça intramuros*, IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte.
- FERREIRA-ALVES, J. J. B. F. (1988). *O Porto na época dos Almadás : arquitectura, obras públicas*. Câmara Municipal.
- Figueira, Luís Mota (2013), *Manual para a elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*, Instituto Politécnico de Tomar.
- GAGO, Alice Borges (2021), *A Rua das Flores: Um espaço familiar (Séc.XVI)*, in *História da Arquitetura: Perspetivas temáticas (III) A Rua nas estrutura urbana*, CITCEM.
- *Guia do Museu Arqueológico do Carmo* (2019), coord. José Arnaud e Célia Nunes Pereira, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses: Museu Arqueológico do Carmo.
- LOZA, Rui (2008), *O «Palácio das Artes, Fábrica de Talentos» e a reabilitação urbana*, in *Revista Fábrica de Talentos*, nº1.
- MARÇAL, HORÁCIO, *O Largo de S. Domingos (II)*, in *O Tripeiro*, Ano XI
- MENARES, Carmen (2021), *O conceito de mediação cultural contrapõe-se à educação nos museus?*, Observatorio de Mediación Cultural
- OLIVEIRA, Cátia (2025), *Mais Património*, et. al- *Laboratórios de Educação para o Património nos territórios de São Pedro da Afurada e Aguda (V.N. Gaia)*, Porto: Tese apresentada à Faculdade de Letras.
- QUARESMA, Maria Clementina de Carvalho, *Inventário Artístico de Portugal- Cidade do Porto*, Vol. XIII, Academia Nacional de Belas-Artes.
- *Património a Norte, Mediação Cultural: objetivos, modelos e públicos*, Património a Norte, 2020, nº5.

- Plano de Gestão Centro Histórico do Porto Património Mundial, Câmara Municipal do Porto, Porto Vivo, SRU.
- Prémio João de Almada- 25 anos (2013), Caleidoscópio.
- Roteiros Turísticos do Património Mundial: Porto (2013), INCM-Impresa Nacional Casa da Moeda, Vol.IV.
- TAVARES, Domingos (2024), Cidade da Pedra, DAFNE Editora.
- TOURINHO, Ana Cecília Lage (2017), A construção do espaço a partir da mobilidade consciente- -o caso da Rua das Flores, Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (Coord. Científico) (1994). História do Porto, Porto Editora, 3ª edição.
- REAL, Manuel Luís (coord. Científica) (1996), Porto a Património Mundial, Câmara Municipal do Porto.
- Revista Interna do Banco de Portugal, nº4.
- Roteiros Turísticos do Património Mundial- No norte de Portugal, 2012, INCM.
- SÁ, Patrícia Oliveira (2019), A relação entre Mediação Cultural e Educação: um olhar a partir de uma experiência de estágio no Serviço Educativo do FACE, Porto: Relatório apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- SILVA, Germano (2000), Fontes e Chafarizes do Porto.
- SMITH, Laurajane (2023), O discurso autorizado do património e a fabricação do Património Cultural em contextos contemporâneos, Confluências culturais, v.12, nº2.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2021), Os Ourives na Rua das Flores: Das oficinas às casas de ourivesaria, um percurso dos séculos XVIII a XX, in História da Arquitetura: Perspetivas temáticas (III) A Rua nas Estrutura urbana, CITCEM.

Fontes documentais

- Caderno de encargos - Condições técnicas gerais e condições técnicas especiais, Anexo 1 (mapa de vãos interiores), Projeto de execução.
- Processo de Obras de conservação de cobertura e reabilitação do «Edifício Douro» localizado no Largo - «Edifício Douro» sito no Largo de S. Domingos, 16a-22B no Porto, LIC-11038, 47582.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Registo de correspondência expedida para a Sede. 1824-1846. PT/BP/BL-PORTO/017/001.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Registo de correspondência expedida para a Sede. 1825-1829. PT/BP/BL-PORTO/017/002.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Registo de correspondência expedida para a Sede. 1828-1834. PT/BP/BL-PORTO/017/003.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Registo de correspondência expedida para a Sede. 1832-1838. PT/BP/BL-PORTO/017/004.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Registo de correspondência expedida para a Sede. 1838-1841. PT/BP/BL-PORTO/017/005.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Registo de correspondência expedida para a Sede. 1841-1844. PT/BP/BL-PORTO/017/006.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Registo de correspondência expedida para a Sede. 1844-1846. PT/BP/BL-PORTO/017/007.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Conta das despesas com os reparos feitos no edifício da Caixa Filial por causa dos estragos causados por bombas e balas no tempo do cerco da cidade do Porto. 1833. PT/BP/BL-PORTO/025.

- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Correspondência confidencial expedida para a Sede. 1840-1873. PT/BP/BP-PORTO/117/0001.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Correspondência confidencial expedida para a Sede. 1897-1873. PT/BP/BP-PORTO/117/0002.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Lisboa no Porto. Correspondência confidencial expedida para a Sede. 1897-1913. PT/BP/BP-PORTO/117/0003.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência especial expedida para a Sede. 1899-1903. PT/BP/BP-PORTO/120/001.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência especial expedida para a Sede. 1903-1906. PT/BP/BP-PORTO/120/002.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência especial expedida para a Sede. 1906-1910. PT/BP/BP-PORTO/120/003.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência especial expedida para a Sede. 1910-1914. PT/BP/BP-PORTO/120/004.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência especial expedida para a Sede. 1914-1916. PT/BP/BP-PORTO/120/005.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência especial expedida para a Sede. 1916-1917. PT/BP/BP-PORTO/120/006.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência especial expedida para a Sede. 1917-1920. PT/BP/BP-PORTO/120/007.

- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência especial expedida para a Sede. 1920-1924. PT/BP/BP-PORTO/120/008.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência especial expedida para a Sede. 1924-1927. PT/BP/BP-PORTO/120/009.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência especial expedida para a Sede. 1927-1930. PT/BP/BP-PORTO/120/010.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência especial expedida para a Sede. 1930-1934. PT/BP/BP-PORTO/120/011.
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Departamento do Serviço de Obras. Processo de manutenção ou beneficiação de edifícios das delegações. Informação da direção do Banco de Portugal do resultado da sua visita feita à Caixa Filial da cidade do Porto no dia 12 de Julho de 1871. 1871. [Documentação não tratada].
- Portugal. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Caixa Filial do Banco de Portugal no Porto. Correspondência recebida da Sede - Serviço de Obras. 1898-1978. PT/BP/BP-PORTO/170.
- Projeto de Licenciamento de Alteração e Reabilitação do «Edifício Douro», Palácio das Artes-Fábrica de Talentos, LIC-11038, código de sistema 47582

Arquivos em linha

- Aaph arquitectos. Disponível em <https://espacodearquitectura.com/empresas/aaph-arquitectos/>
- Banco de Portugal. Consultado em <https://www.bportugal.pt/arquivo/details?id=18160> , no dia 10 de Maio de 2025.
- Resultados da 13ª edição do Prémio João de Almada, 2010. Consultado em <http://www.oasrn.org/concursos.php?pag=noticia&id=35> , no dia 12 de Março de 2025

- Serralves, serviço educativo. Consultado em <https://www.serralves.pt/ciclo-serralves/servico-educativo-2/>
- The new ICOMOS International Charter for Cultural Heritage Tourism supports a more responsible and sustainable tourism management (2025). Consultado em <https://www.icomos.org/actualite/the-new-icomos-international-charter-for-cultural-heritage-tourism-supports-a-more-responsible-and-sustainable-tourism-management/>

Anexos



Figura 4- Centro Histórico do Porto com a localização do Palácio das Artes assinalada. UNESCO.

Fonte: <https://whc.unesco.org/en/list/755/maps/>

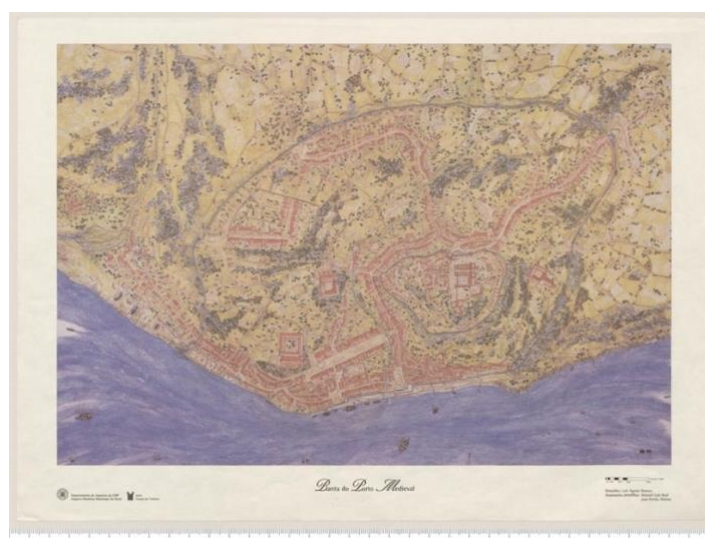


Figura 5-Reconstrução da cidade do Porto na Idade Média. Desenho da autoria de Luís Aguiar Branco. Apoio científico de Manuel Luís Real e José Afonso Ferrão. 1999.Fonte: Gisaweb D-CDT/B\$-110.

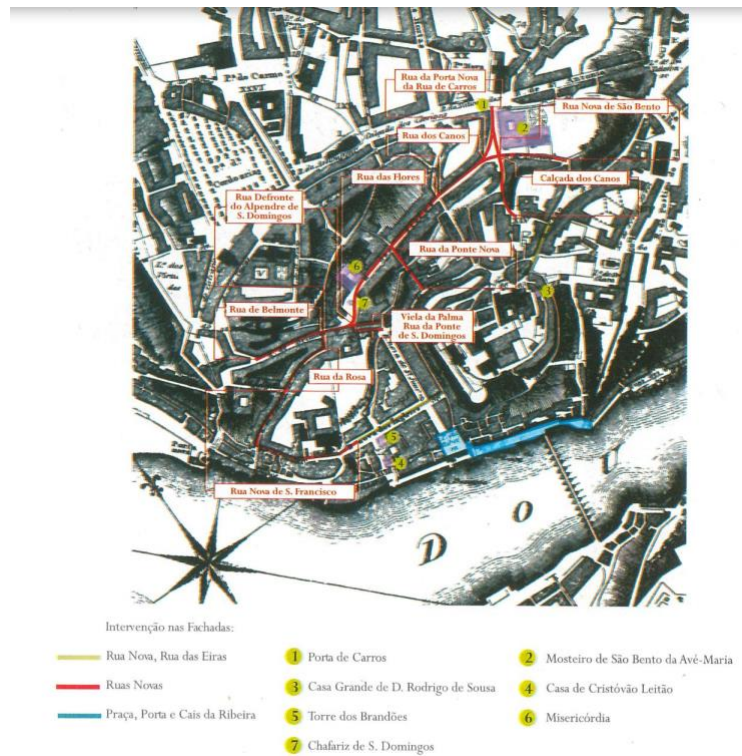


Figura 6- Acentuação da ligação da Rua das Flores. Fonte: José Afonso Ferrão-A Rua das Flores no séc.XVI.2000.



Figura 7-Planta da zona de Largo de São Domingos com o traçado da continuação da Rua de São João Novo. Atribuída a John Whitehead.1774. Fonte: Gisaweb D-CDT/A3-80

Figura 9- Planta do Largo de São Domingos. Teodoro de Sousa Maldonado. 179?. Fonte: Gisaweb (D-CDT/A3-77)

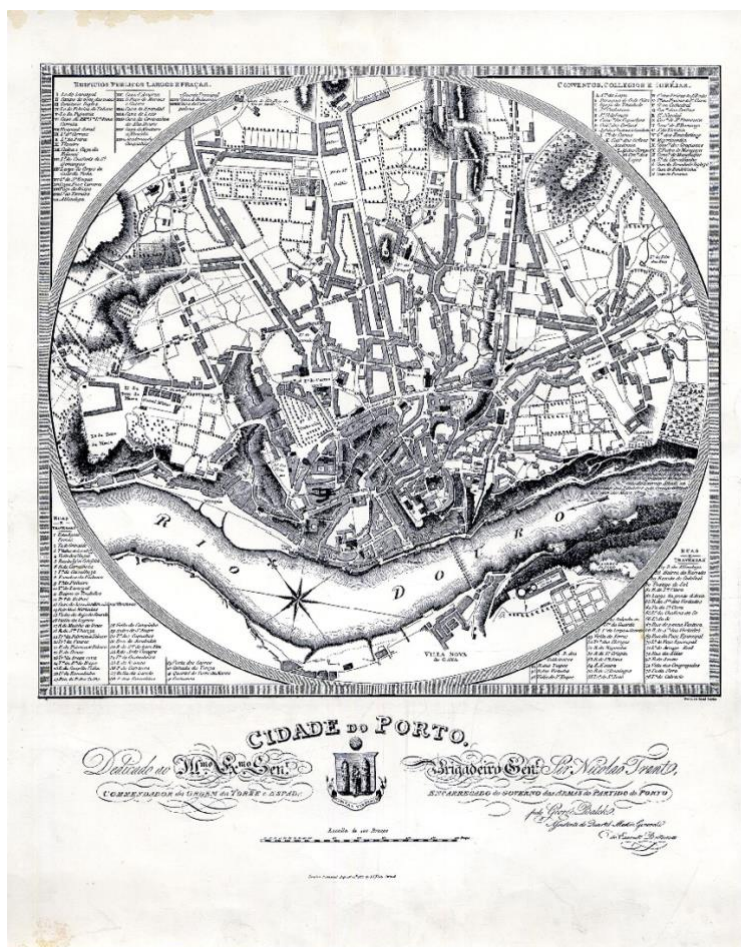


Figura 10-Planta da cidade do Porto onde a igreja do Convento de S. Domingos aparece voltada para a ponte. George Balck. 1813. Fonte: Gisaweb (D-CDT/B2-1)



Figura 11-Promenor da planta anterior, com a capela do Convento de S. Domingos.



Figura 12-Reprodução de uma gravura de Joaquim Cardoso Vilanova do Convento de São Domingos. Álbum «Edifícios do Porto em 1833». Fonte: Gisaweb (F-C/CMP/8/202)

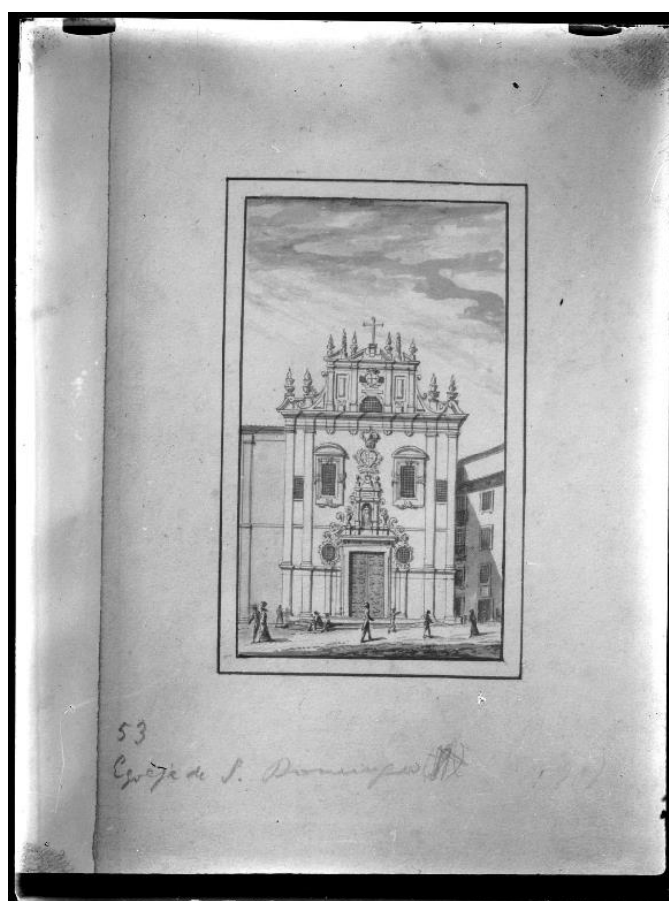


Figura 13-Reprodução de uma gravura, em frente à extinta igreja de S. Domingos. Álbum Edifícios do Porto em 1833. Fonte: Gisaweb (F-NV/FG-M/7/49)



Figura 14-Reconstituição dos Arcos de S. Domingos. Gouvêa Portuense. Fonte:

<https://portoarc.blogspot.com/2014/10/conventos-de-religiosos-i.html>

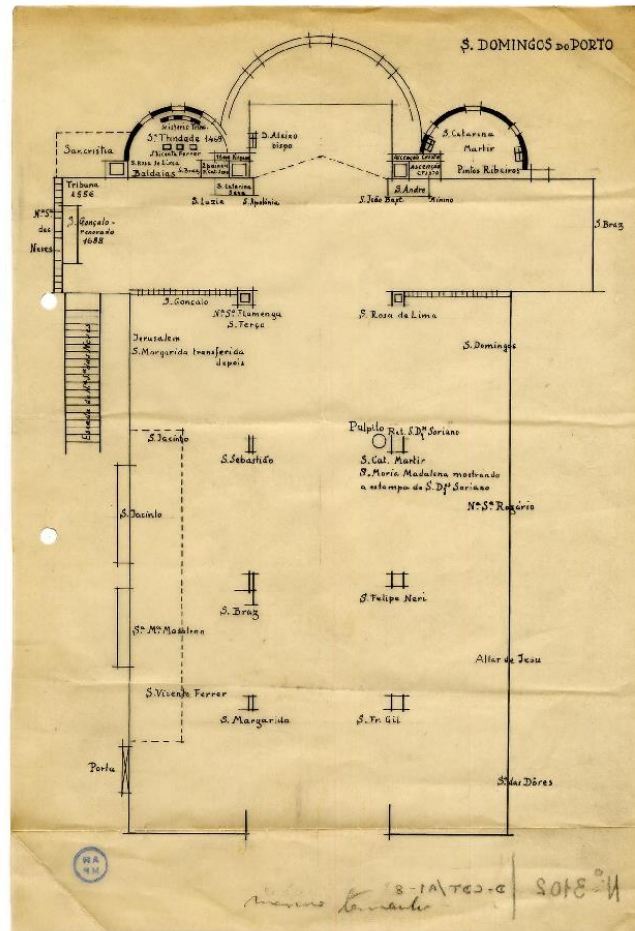


Figura 15- A Igreja de S. Domingos. Apontamentos para a sua história. Boletim Cultural, vol. XV.

Soares de Oliveira. 1952. Fonte: Gisaweb (D-CDT/A1-8)

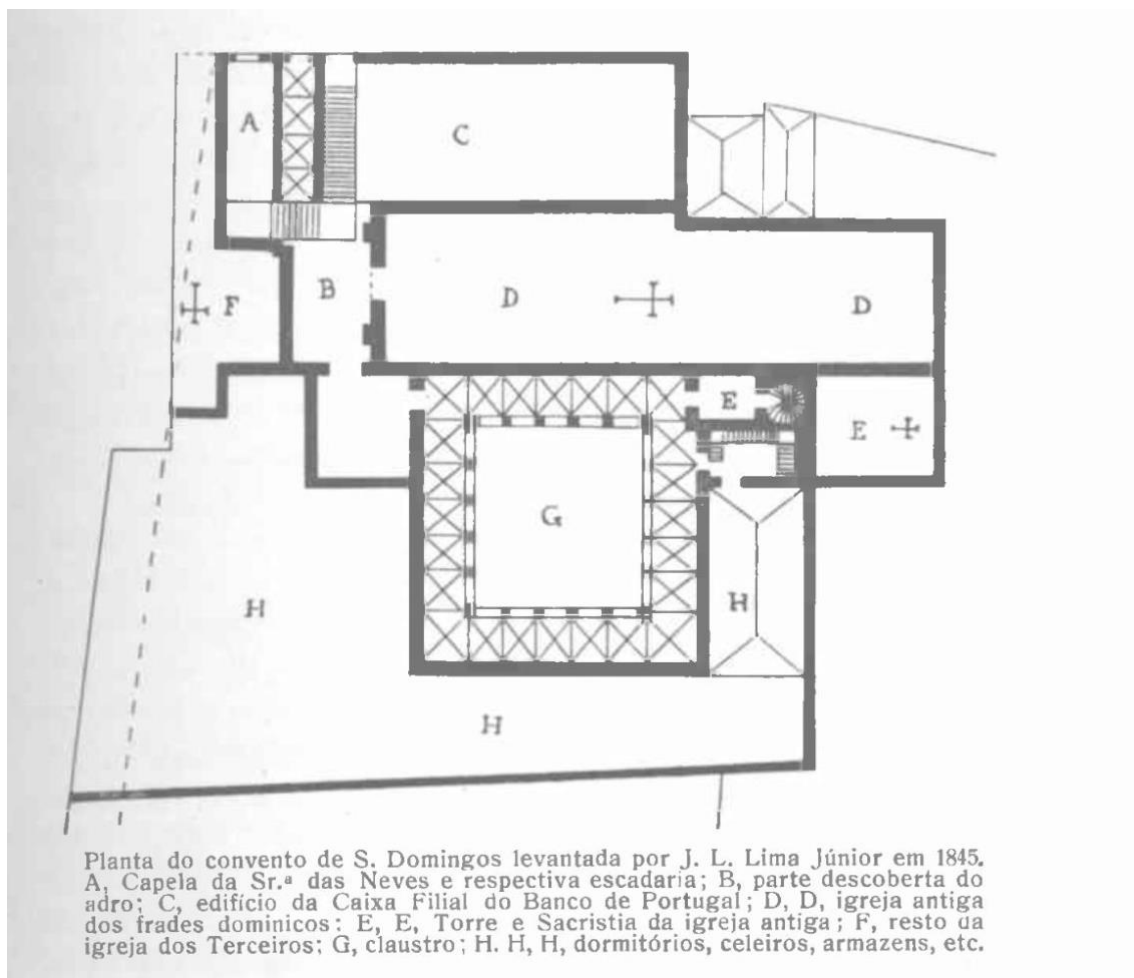


Figura 17- Planta do Convento de S. Domingos levantada por J.L.Lima Júnior. Boletim da Câmara Municipal do Porto, Vol.II. 1845. Fonte: Boletim Cultural da Câmara do Porto, Vol.II, Março 1939.

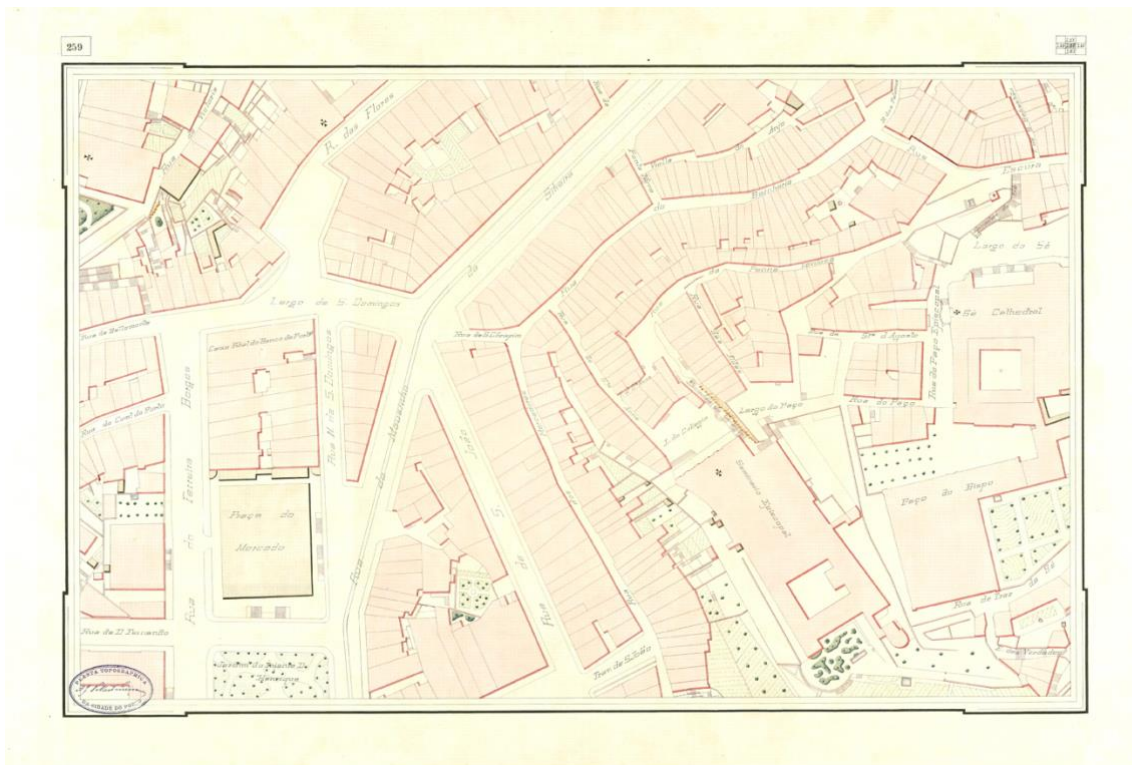


Figura 18- Menção da Caixa Filial do Banco de Portugal. Folha da planta da cidade do Porto de Augusto Teles Ferreira. 1892. Fonte: Gisaweb (D-CDT/A4-51(259))

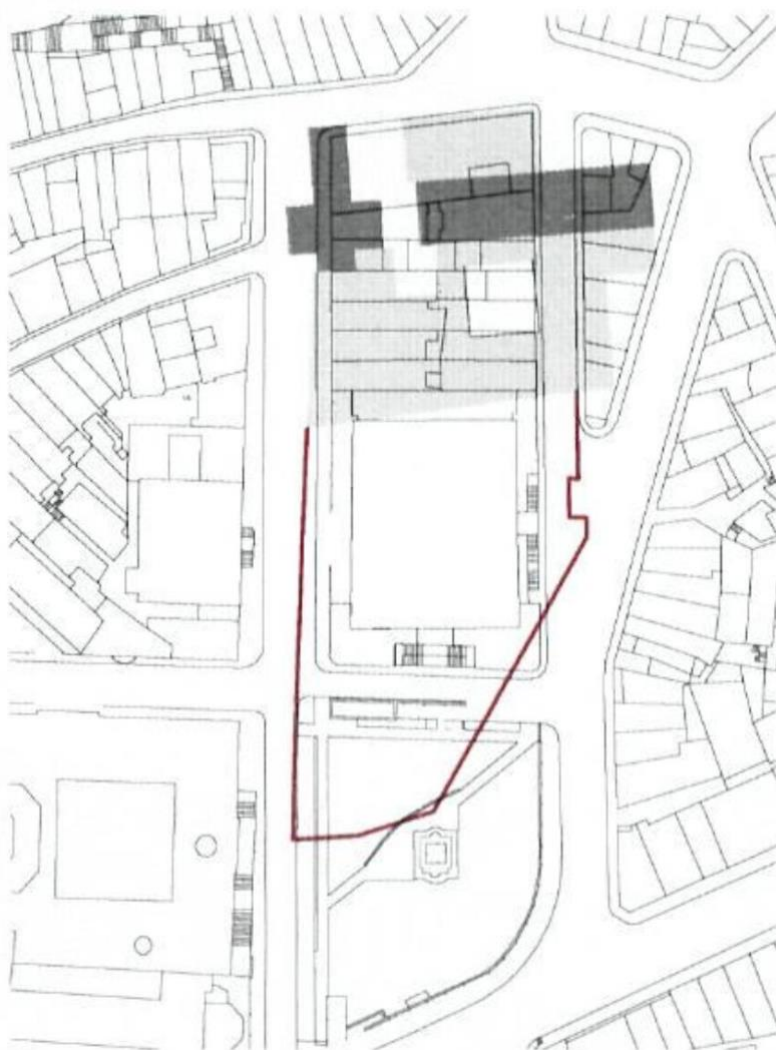


Figura 19- Planta atual com indicação da cerca do Convento de S. Domingos. Fonte:
Dissertação- Os conventos do Porto: Continuidades, transformação e reutilização, Ana Cristina
Pereira (2007)



Figura 20- Sobreposição de planta com a atualidade para o trabalho de investigação, 2025.



Figura 21- Dossiê consultado do arquivo da Fundação da Juventude. Edifício Douro «POC».
Elementos enviados pela FJ. Foto da autora.

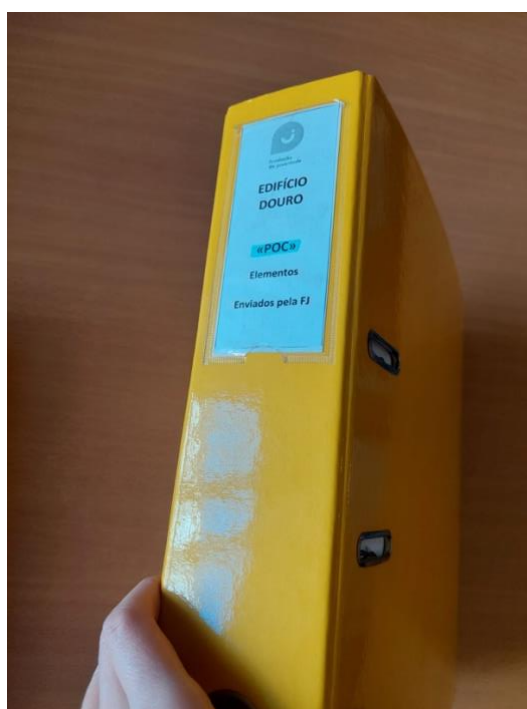


Figura 22- Dossiê consultado do arquivo da Fundação da Juventude. Edifício Douro «POC».
Elementos enviados pela FJ. Foto da autora.



Figura 23-Dossiê consultado do arquivo da Fundação da Juventude. Operação Norte-08-03693-
FEDER-00001-Palácio das Artes-Fábrica de Talentos. Dossiê da operação Parte I-Candidatura.
Foto da autora.



Figura 24- Dossiê consultado do arquivo da Fundação da Juventude. Operação Norte-08-03693-FEDER-00001-Palácio das Artes-Fábrica de Talentos. Dossiê da operação Parte I- Candidatura. Foto da autora.



Figura 25- Dossiê consultado do arquivo da Fundação da Juventude. Serviço Educativo-Informações-História-Palácio das Artes. Foto da autora.



Figura 26- Dossiê consultado do arquivo da Fundação da Juventude. Serviço Educativo-
Informações-História-Palácio das Artes. Foto da autora.

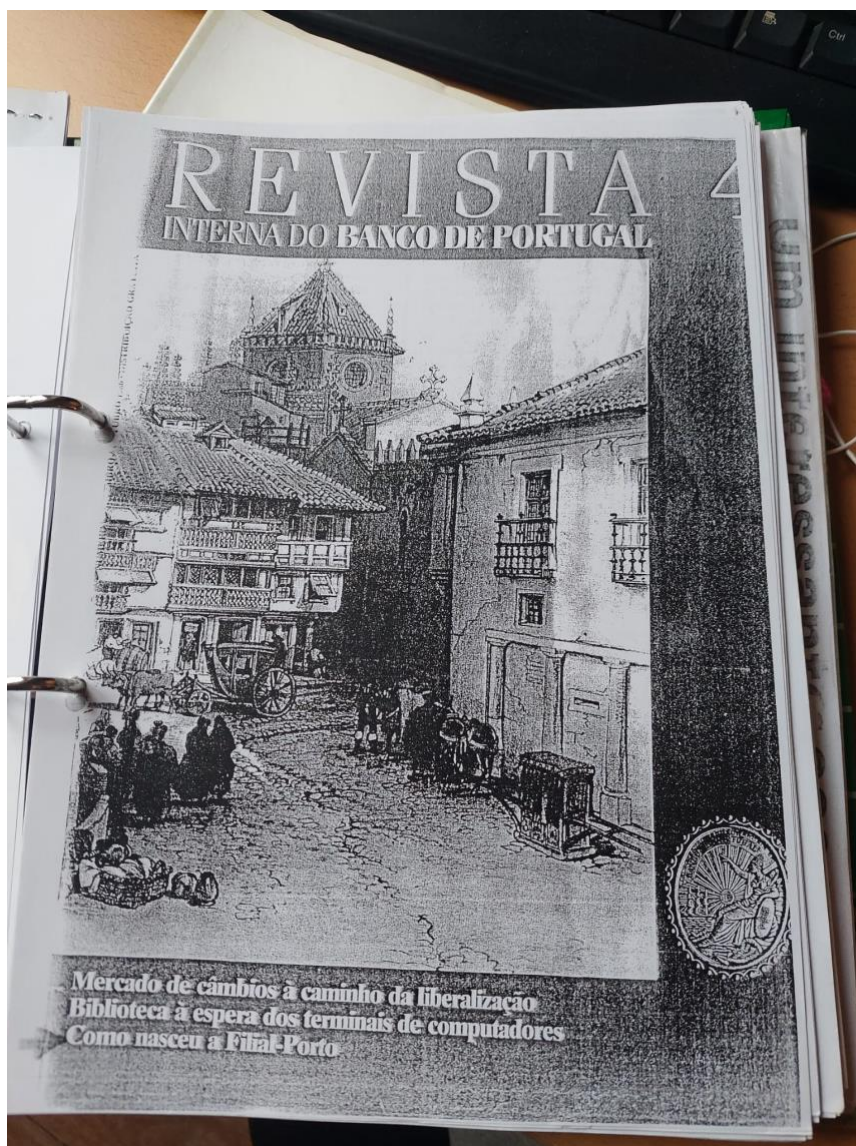


Figura 27- Capa da Revista Interna do Banco de Portugal que foi consultada e consta no dossiê.
Foto da autora.

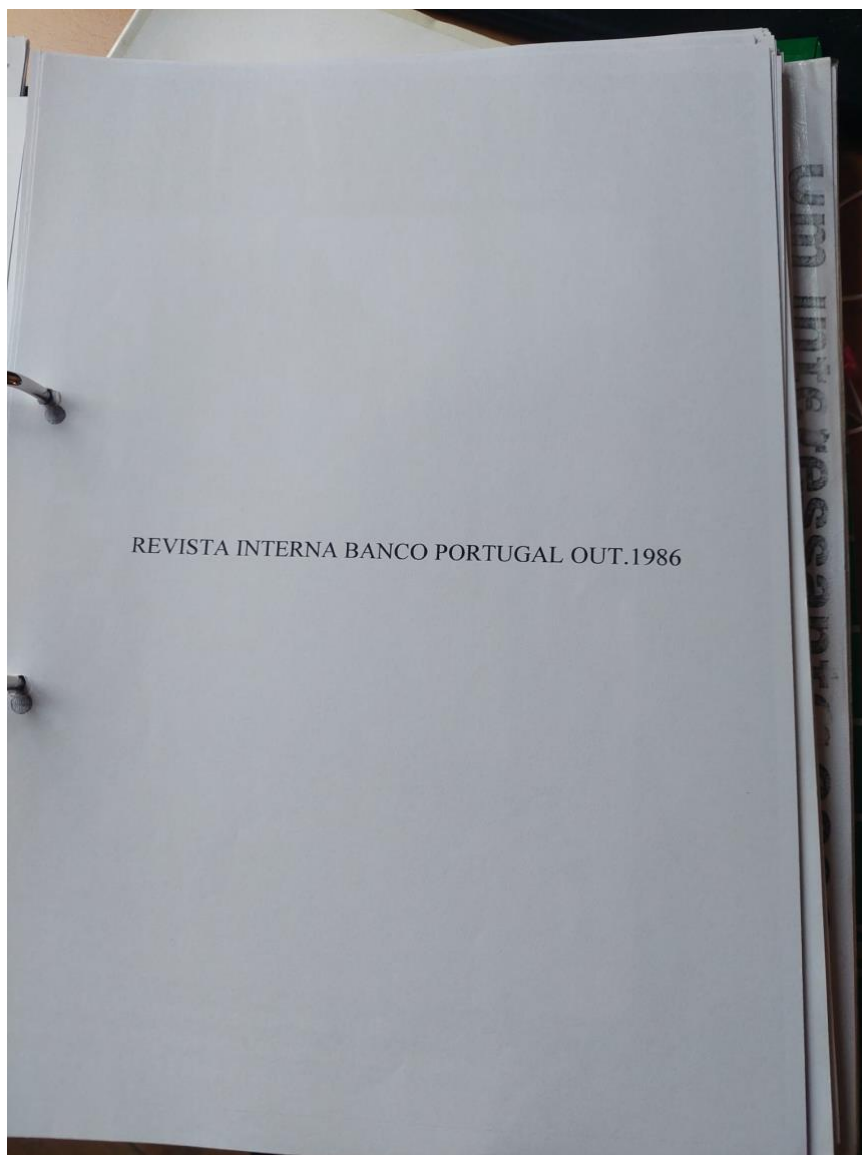


Figura 28- Capa da Revista Interna do Banco de Portugal que foi consultada e consta no dossiê.
Foto da autora.

... > PASTA_SERVIDOR_SEDE > 3. Departamentos > 3. Comunicação > #Outros > EQUADOR > Palácio das Artes > Palácio das Artes - Edifício						
	Nome ↑	Modificado...	Modificado...	Tamanho do fi...	Partilha	Atividade
	Fachada 2009	10/19/2022	Fundação da Juven	8 itens	Partilhado	
	Fachada 2010	10/19/2022	Fundação da Juven	24 itens	Partilhado	
	Fotos Antigas	10/19/2022	Fundação da Juven	64 itens	Partilhado	
	Interior Palácio das Artes	10/19/2022	Fundação da Juven	21 itens	Partilhado	
	Plantas PAFT	10/19/2022	Fundação da Juven	13 itens	Partilhado	
	Thumbs.db	10/19/2022	Fundação da Juven	8 KB	Partilhado	

Figura 29-Print da pasta online partilhada pela FJ.



Figura 30-Print da plataforma de Arquivo do Banco de Portugal



Figura 31- Fotografia do edifício Palácio das Artes quando ocupado pela Filial do Banco de Portugal. Fonte: Banco de Portugal.



Figura 32-Promenor da fotografia anterior, onde se vê o lambril de azulejo a iniciar junto à escada e um medalhão no portão principal.

ROS HISTÓRICOS



☐ **Palácio das Artes: História e Património**

29 de Março // Horário: 14:30 às 15:30

N.º participantes: 15

Local: Palácio das Artes - Rua das Flores, n.º 19

A Fundação da Juventude organiza uma visita guiada ao Palácio das Artes com uma perspetiva histórica e arquitetónica do edifício.

Mais informações: Atividade gratuita sujeita a inscrição obrigatória através de formulário disponível em <https://www.fjuventude.pt/>

Organização: Fundação da Juventude

Figura 33- Print Screen da Programação do Dia Nacional dos Centros Históricos 2025.



Figura 34- Registo fotográfico da visita realizada no dia 29 de Março de 2025.



Figura 32 - Registo fotográfico da visita realizada no dia 29 de Março de 2025.



Figura 33- Registo fotográfico da visita realizada no dia 29 de Março de 2025.